UFRR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS-CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E FRONTEIRAS
MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS

Histórias de adolescentes autores de atos infracionais Institucionalizados em um Centro Socioeducativo de Roraima

BOA VISTA-RR
2018

MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS

Histórias de adolescentes autores de atos infracionais institucionalizados em um Centro Socioeducativo de Roraima.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, parte dos requisitos para obtenção do título Mestre em Sociedade e Fronteiras na área de concentração Sociedade e Fronteiras na Amazônia, na linha Fronteiras e Processos Socioculturais.

Orientadora: Profª Dra. Eliane Silvia Costa

BOA VISTA-RR
2018

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

M379h Martins, Marilia Ross dos Reis Pantoja.

Histórias de adolescentes autores de atos infracionais institucionalizados em um Centro Socioeducativo de Roraima / Marilia Ross dos Reis Pantoja Martins. – Boa Vista, 2018.

158 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Silvia Costa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

1 - Adolescente. 2 - Medidas socioeducativas em meio fechado. 3 - Atos infracionais. 4 - Violência. I - Título. II - Costa, Eliane Silvia (orientadora).

CDU - 343.221(811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela:
Bibliotecária/Documentalista: Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS

HISTÓRIAS DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS INSTITUCIONALIZADOS EM UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE RORAIMA

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. Defendida em 30 de maio de 2018 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Profª. Drª. Eliane Silvia Costa
Presidente – CEDUC/UFRR

Profª. Drª. Manuela Souza Siqueira Cordeiro
Membro Externo – INAN/UFRR

Prof. Dr. João Carlos Jarochinski Silva
Membro Interno – CCH/UFRR

DEDICATÓRIA



“Aos meus amores de minha vida, dedico a cada um, essa homenagem, por me fazerem compreender o sentindo de tê-los e amá-los”.

Com amor e carinho:

Ao esposo, José Martins;

Aos filhos: Alessandra Kássia, Alex Ross,

Carla Caroline e Rodrigues Jhonny;

Ao meu neto, iluminação de minha vida Ruan;

Aos meus pais, Raimundo e Marcília Pantoja;

Minhas tias – *in memorian:*

Marcelina (mai-2016) e Amazônia (jun-2016);

Minha amiga e parceira, Arlete Spinelli.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que, de forma direta e indireta, ajudaram-me nesta jornada de dois anos de dedicação, isolamento dos amigos e estudos constantes.

À minha orientadora, Profª. Dra. Eliane Silvia Costa, por compartilhar comigo seus conhecimentos, teoria e todas as contribuições feitas ao meu trabalho.

Aos professores avaliadores da banca, Prof.º Dr. João Carlos Jarochinski Silva, que fortaleceu a trajetória de minha pesquisa, e Dra. Manuela Souza Siqueira Cordeiro, pelas contribuições no processo da qualificação, com suas sugestões e conhecimentos.

Aos entrevistados, seus familiares, autoridades e profissionais (assistente social, psicóloga, gerente, agentes, etc.) da Instituição e Juizado da Infância e Juventude do Estado, pela parceria e permissão para a realização deste projeto, sem os quais não seria possível sua conclusão.

Aos meus colegas de curso e professores do PPGSOF-UFRR e todos do programa.

À minha irmã, que é ex-interna da FEBEM/SP, e aos meus ex-alunos do CSE/RR pela inspiração no tema.

Aos meus filhos e esposo que aguentaram minha ausência, sendo o meu suporte para conclusão do curso.

A Deus, que me fez superar todos os obstáculos de saúde, perdas, compromissos, tristezas, cansaços...

“Criança desprotegida que encontramos na rua não é motivo para revolta ou exasperação, e sim um apelo para que trabalhemos com mais amor pela edificação de um mundo melhor”.

Chico Xavier

RESUMO

A partir de entrevistas realizadas com adolescentes reincidentes na realização de atos infracionais e que foram sentenciados com medida socioeducativa em meio fechado, cumprida em uma unidade de Boa Vista-RR, a presente dissertação teve como **objetivo geral:** Analisar a história de vida deles. Seus **objetivos específicos foram:** (a) identificar fatores que contribuíram para que praticassem atos infracionais e para a sua reincidência e (b) conhecer a dinâmica da Unidade Socioeducativa e a avaliação que fazem dos atendimentos oferecidos a eles no cumprimento de suas medidas como processo de ressocialização. Metodologicamente, a pesquisa teve como inspiração a História Oral de Vida, sendo que, do ponto de vista do procedimento, foram realizadas entrevistas abertas, bem como observação de campo e registros de dados da instituição. Em termos de resultados, evidenciei como fatores importantes: todos os adolescentes entrevistados afirmaram sofrer algum tipo de violência dentro ou fora da instituição, sendo uma delas o fato de viverem em condições financeiras bastante precárias ou de extrema pobreza; além disso, a maioria deles antes da internação já havia abandonado o ambiente escolar e o uso abusivo de drogas ilícitas fazia parte de suas vidas. Na instituição, esses adolescentes (que desde os 12 anos de idade passam por processos de reclusão em ambiente socioeducativo) vivenciaram experiências punitivas, sendo que, para eles, a concepção recuperadora do CSE/RR é repressiva, ou seja, consideram que, para o CSE/RR, o processo de ressocialização redunda em repressão. Os resultados mostram que esses adolescentes apresentam uma trajetória de vida marcada por violência, pobreza, fracasso escolar, inclusão social marginal e que, por isso mesmo, buscam reconhecimento nas amizades e respeito nos laços afetivos que constroem na trajetória de sua vida criminal. Diante da complexidade e das problemáticas que esta temática ofereceu, por intermédio do olhar dos entrevistados, busquei uma compreensão do papel da instituição socioeducativa de privação de liberdade em Roraima e seus elementos simbólicos e os fenômenos sociais que ocorrem dentro e fora dos muros dela, da instituição.

Palavras-chave: Adolescente. Medidas Socioeducativas em Meio Fechado. Atos infracionais. Violência.

ABSTRACT

Based on interviews conducted with adolescents who were recidivists in the conduct of infractions and who were sentenced with a socioeducational measure in a closed environment, carried out in a unit of Boa Vista-RR, the present dissertation had as general objective: To analyze their life history. Its specific objectives were: (a) to identify factors that contributed to the practice of infractions and their recidivism; and (b) to know the dynamics of the Socio-Educational Unit and the evaluation they make of the assistance offered to them in complying with their measures as a process of re-socialization. Methodologically, the research was inspired by the Oral History of Life, and from the point of view of the procedure, open interviews were conducted, as well as field observation and data records of the institution. In terms of results, I highlighted as important factors: all adolescents interviewed stated that they suffered some kind of violence inside or outside the institution, one of them being living in very precarious financial conditions or extreme poverty; in addition, most of them before the hospital had already left the school environment and the abusive use of illicit drugs was a part of their lives. At the institution, these adolescents (who, since the age of 12, undergo processes of detention in a socio-educational environment) experienced punitive experiences, and for them the recuperative conception of the CSE / RR is repressive, that is, they consider that for the CSE / RR, the re-socialization process leads to repression. The results show that these adolescents present a life trajectory marked by violence, poverty, school failure, marginal social inclusion and that, for this reason, they seek recognition in the friendships and respect in the affective bonds that build in the trajectory of their criminal life. In view of the complexity and problems that this theme offered, through the interviewees' perspective, I sought an understanding of the role of the socio-educational institution of deprivation of liberty in Roraima and its symbolic elements and social phenomena that occur inside and outside its walls, institution**.**

Keywords: Adolescent. Socio-educational measures in closed environment. Infractions. Violence.

LISTA DE SIGLAS

CASE	CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE PERNAMBUCO
CEDCAR	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RORAIMA
CFP	CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CNJ	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
CNMP	CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
COE	
CONANDA	CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CPB	CÓIGO PENAL BRASILEIRO
CSE	CENTRO SOCIOEDUCATIVO
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
EJA	ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
FEBEM	FUNDAÇÃO DE BEM-ESTAR DO MENOR
FEEM	FUNDAÇÃO ESTADUAIS DO BEM-ESTAR DO MENOR
FUNABEM	FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR
FUNASE	FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INEP	INSTITUTO NACIONAL E ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
LBGTT	LÉSBICAS, BISSEXUAIS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
MNPCT	MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA
OAB	CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
OMS	ORGANZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
OPS	ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
PAMC	PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO-RR
SAM	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR
SETRABES	SECRETARIA ESTADUAL DO TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL
SDH	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SINASE	SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
SUAS	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUS	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
UNICEF	FUNDO INTERNACIONAL DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de homicídio por 100 mil jovens na faixa etária de 15-29 anos de idade, na Região Norte entre 2005-2015. 38
Tabela 2 - Número de adolescentes no Sistema Socioeducativo no Brasil. 57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Tipologia da Violência- OMS 39
Quadro 2 - Processo histórico do atendimento à infância no Brasil (1830-1985). 43

Quadro 3 - Tipo de atendimento em instituição ao menor no SAM. 46

Quadro 4 - As medidas socioeducativas – ECA. 52

Quadro 5 - As instituições de atendimento após o ECA. 53

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de internação de adolescente autor de ato infracional em conformidade com o ECA (Fluxograma): 56

Figura 2 - Casa Salmon e Casa Azul- locais de cumprimento de medidas socioeducativa: Primeiro CSE. 62

Figura 3 - Escola e atividade esportiva que ocorrem na unidade. 67

Figura 4 - Dentro das alas 70

Figura 5 - Entrada do prédio. 70

Figura 6 - Bloco “B” dividido por duas alas B1 e B2. 71

Figura 7- Bilhete divulgado na página policial da Folha de Boa Vista 73

Figura 8 - Ocorrências no CSE-RR no período de outubro a dezembro de 2017.....77

Figura 9 - Celas com as camas de pedra. 99

Figura 10 - Genograma - Parentesco do adolescente Careca. 101

Figura 11 - Os Blocos D1 e D2 são destinados para visita íntima- funcionando para o cumprimento das restrições dos internos. 108

Figura 12 - Genograma - Parentesco do adolescente Bin Laden. 113

Figura 13 - Genograma - Parentesco do adolescente Pensador. 119

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....15

2. INTRODUÇÃO.....18

3. ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA.....23

3.1 Violência e marcadores sociais.....27

3.1.1 Desigualdade de classe.....29

3.1.2 Desigualdade de raça.....30

3.1.3 Desigualdade de gênero.....33

3.1.4 A violência contra crianças e adolescentes.....35

4. **BREVE HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL.....42**

4.1 As instituições de atendimento socioeducativa 42

4.2 A criação do ECA e as unidades socioeducativas: configuração da Unidade Socioeducativa em Boa Vista-RR.....50

4.3 A primeira unidade socioeducativa em Roraima: Violência institucional no sistema socioeducativo 59

5. PERCURSO DA PESQUISA.....65

5.1 Escolha do campo.....65

5.2 Algumas considerações sobre o novo CSE-RR.....65

5.3 Os sujeitos da pesquisa.....78

5.3.1 Playboy.....81

5.3.2 Careca.....81

5.3.3 Bin Laden.....82

5.3.4 Pensador.....82

5.4 Aspectos éticos para inclusão dos sujeitos na pesquisa.....83

5.5 História oral de vida como método investigativo: procedimento para análise dos dados.....84

6. HISTÓRIAS DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA.....89

6.1 História de adolescentes internos no CSE/RR: o sentimento do encarceramento.....89
6.2 Playboy: de adolescente a adulto – uma carreira de criminalidade.....90

6.2.1 As condições econômicas da família de Playboy e suas consequências perversas.....95
6.2.2 Playboy: relato de sua rotina na instituição.....97

6.3 Careca: a casa, a escola e a rua 100

6.3.1 A privação de liberdade: punição e restrição.....106

6.3.2 O adolescente Careca e suas relações com os demais internos.....109

6.4 Bin Laden: amigos e parceiros no crime.....112

6.4.1 A adolescência e a construção de uma identidade: vivendo com a violência.....116
6.5 Pensador: jovem, negro e pobre.....118

6.5.1 Família e a relação de gênero: violência e suas manifestações.....120

6.5.2 Fugir de casa a caminho do crime.....123

6.6. Significados para a reincidência.....130

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....134

REFERÊNCIAS.....137
Anexo.....147

1. APRESENTAÇÃO

Escolhi pesquisar a história da vida de adolescentes autores de atos infracionais não só pela relevância acadêmica, política e social que este tema tem, mas também porque trabalhei durante 07 (sete) anos (2008-2015) como professora e coordenadora pedagógica no antigo Centro Socioeducativo – CSE/RR, instituição voltada para adolescentes com esse perfil. As minhas experiências e convivências no Centro foram marcadas por muitos acontecimentos, desde a minha chegada. Elas foram decisivas para escolha do tema desta pesquisa, que ocorreu em 2014, e do Trabalho de Conclusão do meu curso de Bacharel em Direito, em 2010, sobre o tema: "*Adolescentes em conflito com a Lei: Uma análise nos aparatos jurídicos associados às políticas públicas no que se refere às sanções impostas como medida socioeducativa*".

Registrarei aqui algumas cenas que lá vivi:

No meu primeiro dia de trabalho, fui sem *scripts*, sem rótulos ou julgamentos: não sabia nada sobre a instituição. Fui para conhecê-la. Ao entrar na sala de aula, fui informada por um socioeducador que um interno, que estava há 30 (trinta) dias no isolamento, retornaria as atividades, ou seja, assistiria as minhas aulas, bem como participaria das demais atividades do CSE/RR. O aluno era considerado um adolescente de alta periculosidade e eu deveria ficar atenta: esse era o alerta!

Entrei na sala. Fui recebida por cerca de 10 adolescentes que tinham entre 15 e 17 anos, na época, todos estavam cursando a EJA – Educação de Jovens e Adultos, o que seria hoje o 7º e 8º anos do Ensino Fundamental. Apresentei-me e falei de minha formação e experiência, mas, antes de concluir minha fala, o referido aluno perguntou-me se eu era a professora que substituiria a que havia "abandonado a sala" e se eu tinha medo de alguma coisa.

A pergunta deixou-me intrigada, mas fui firme ao afirmar que não tinha medo de nada, apenas dos mortos. Ouvi algumas risadas e o aluno relatou que havia colocado na bolsa daquela professora um rato morto, motivo da saída dela. Prestei atenção ao que ele disse, mas não dei crédito à sua declaração! Dei continuidade a minha fala sobre a proposta de minhas aulas.

Acredito que esse momento foi decisivo para minha permanência na unidade, compreendi que o medo seria um obstáculo para a convivência entre os adolescentes, algo que não ocorreu.

Pouco tempo depois, passei por uma situação na qual averiguaram se poderiam confiar e ter respeito por mim. Era o que chamavam de batismo. Explico: uma semana a ministrar minha aula, um dia, ao entrar na sala e começar a escrever no quadro, percebi algo frio em meu pescoço, era uma lagartixa que alguns dos alunos haviam jogado em mim. Naquele momento percebi que estava sendo testada e que um grito tornar-me-ia a piada do dia; então, peguei com a mão o animal que estava amarrado em uma linha, coloquei-o na mesa e perguntei: “Quem fez essa crueldade com o bichinho?” Ficaram em silêncio. Solicitei que soltassem o “animal”, quer dizer, a lagartixa, e continuei minha aula. Dias se passaram e eu ouvi alguns alunos referirem-se a mim como “a professora tirada”, ou seja, uma pessoa legal e parceira. No decorrer dos oito anos de trabalho nunca fui ameaçada ou desrespeitada pelos adolescentes, ao contrário, recebi o voto de confiança deles, inclusive dos que chegavam.

Desde o começo do trabalho no Centro passei a usar a sala de aula como espaço de diálogo, o que possibilitava um processo de aprendizagem, no entanto, assim como em outros ambientes educacionais dentro da instituição, minhas aulas e as demais tinham uma conotação de obrigação ou, quando muito, de liberdade pontual, isto é: o horário das aulas era o momento em que os internos interagiam uns com os outros, podendo conversar e trocar suas experiências sobre suas medidas, os que recusavam a frequentar a escola, recebiam uma punição, a de não sair nos fins de semanas ou não receber visita. As quatro horas em sala de aula eram uma maratona constante e permanente para mim, pois queria ver o avanço daqueles adolescentes, algo que era uma inconstância em seus comportamentos, interesses e atitudes.

Muitos relatavam seu dia a dia na unidade: a fome que sentiam, as agressões que sofriam, as ameaças. Apesar de delatar à direção pedagógica, nada mudava, o sistema alimentava um discurso que todos que estavam na unidade não eram “santos” e que uma vez na unidade retornariam.

Vivi uma montanha-russa de experiências e sentimentos como profissional e como ser humano, minha batalha ia além do processo de aprendizado no contexto educacional, sendo que toda vez que um adolescente era liberado, sentia uma

felicidade por ele, pois via sua alegria e esperança de uma vida melhor. Quando esses adolescentes retornavam à unidade, o sentimento era de fracasso, pois, além de praticarem outro ato de infração, invariavelmente tinham abandonado a escola e estavam comprometidos com as drogas.

Esses acontecimentos motivaram meus estudos, passei a fazer leituras do campo jurídico, acreditando que essas leituras aprofundariam meus conhecimentos sobre o comportamento e a vida dos adolescentes institucionalizados.

Em 2012 visitei, em Recife-PE, o Centro de Atendimento Socioeducativo – CASE Abreu e Lima, considerado como referência no atendimento aos adolescentes entre 12 a15 anos do sexo masculino e, por meio da companhia do Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, fiz entrevistas informais com adolescentes, professores e com a diretora do Centro. Nesse período estive também na Procuradoria de Recife, que me forneceu alguns artigos publicados nos jornais de Recife-PE. Seu dossiê de artigos e matérias envolviam os centros socioeducativos de Pernambuco. A experiência foi impactante em minha vida. Passei a buscar novas leituras e ampliar meu conhecimento sobre essa temática tão complexa.

Com base nessas experiências e tendo em vista que em Roraima uma nova unidade de CSE tinha sido criada (em 2015), pareceu-me pertinente conhecer esse novo serviço e alguns dos adolescentes que lá cumpriam medidas socioeducativas, quem sabe, o cenário poderia ser diferente, quiçá, haveria perspectivas mais dignas em suas vidas.

Logo, o caminho desta pesquisa foi construído ao longo de minha história de vida, que deu início há quase de 07 anos, quando entrei como professora no primeiro Centro Socioeducativo de Roraima e fui construindo questionamentos; agora busco encontrar possíveis respostas para algumas dessas questões sobre os adolescentes autores de atos infracionais.

2. INTRODUÇÃO

No Brasil, no período colonial, as leis eram estabelecidas a partir do ordenamento jurídico português, sendo que, naquela ocasião, o respaldo jurídico destinava-se especificamente aos colonizadores, já que os escravizados eram considerados objetos, portanto, sem direito (AGUIAR; MACIEL, 2011). Com a criação do Código Criminal do Império Brasileiro, em 1830, houve a inauguração de um conjunto sistemático de leis brasileiras. Daquela época até hoje em dia mudanças nos marcos legais ocorreram, inclusive nas leis voltadas para a proteção das crianças e dos adolescentes, sendo que desde 1990 elas e eles estão protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), que, em linhas gerais, define juridicamente o que é uma criança e um adolescente, seus direitos e deveres, bem como estabelece as atribuições dos serviços que lhes acolhem. No caso de adolescentes que cometem ato infracional (dos mais simples aos mais complexos), o ECA estabelece a forma como serão responsabilizados social e juridicamente, na aposta de que, pedagogicamente, passem por processos de mudanças. Em outras palavras, o ECA estabelece medidas socioeducativas. Para cada modalidade de ato infracional há uma medida socioeducativa correspondente, sendo que, para o adolescente que comete um ato infracional considerado grave, o juiz aplica a medida socioeducativa de internação. Cabe frisar que essa medida deve ser prescrita somente em casos excepcionais, naqueles considerados graves.

O ECA foi criado como dispositivo legal a fim de garantir o direito e o respeito fundamental dos seres humanos, preconizando, portanto, que as crianças e os adolescentes sejam tratadas com dignidade, no entanto, é notório que as instituições socioeducativas de internação brasileiras são, de maneira geral, percebidas como um meio punitivo. Nesse sentido, na prática, a medida privativa de liberdade aplicada ao adolescente acaba por se contrapor ao princípio básico do ECA, o do respeito ao humano. Se, na lei, a medida visa o afastamento do convívio social, o isolamento, a distância do meio comunitário e familiar como recurso pedagógico (o que, por si só, é mote de debate e de discordância), na prática parece funcionar menos como possibilidade de aprendizagem e mais como castigo.

Ao analisar uma prisão e um Centro Socioeducativo de Internação, e inspirada na obra “Vigiar e Punir” (Foucault, 1999), podemos considerar que as duas instituições apresentam um caráter totalizante. O sistema socioeducativo de internação pode ser, pois, compreendido analogamente como uma prisão. A doutrina da proteção integral atribuída ao preso (e, por ampliação, ao adolescente internado por estar envolvido com uma prática infracional grave) diz respeito a um poder de controle totalitário, pois perdura por 24 (vinte quatro) horas. Esse confinamento controlado, segundo Sá (2007), causa conflito no sujeito, pois nenhum ser humano aceita-o de forma natural, nesse sentido, para o autor, a prisão e o cárcere não recuperam ninguém, não promovem reinserção à vida sociofamiliar, na contramão, alimenta um comportamento inverso, de degradação do ser humano. Sobre isso, mencionou:

> A vida carcerária é uma vida em massa. Sobretudo para os presos, evidentemente. Como consequência, ela lhes acarreta, dependendo do tempo de duração da pena, uma verdadeira desorganização da personalidade, ingrediente central do processo de prisionização. Entre os efeitos da prisionização, que marcam profundamente essa desorganização da personalidade, cumpre destacar: perda da identidade e aquisição de nova identidade; sentimento de inferioridade; empobrecimento psíquico; infantilização, regressão. O empobrecimento psíquico acarreta, entre outras coisas: estreitamento do horizonte psicológico, pobreza de experiências, dificuldades de elaboração de planos a médio e longo prazo. A infantilização e regressão manifestam-se, entre outras coisas, por meio de: dependência, busca de proteção (religião); busca de soluções fáceis; projeção da culpa no outro e dificuldade de elaboração de planos (SÁ, 2007, p. 115-116).

Por assim dizer, como as prisões, podemos considerar que as instituições socioeducativas de internação de maneira geral são incapazes de oferecer ao adolescente a garantia e o respeito a seus direitos fundamentais, preservam práticas de homogeneização que promovem rupturas com as formas de socialização. Assim, o adolescente em clausuro corre o risco de perder algumas características essenciais, como, por exemplo, sua autonomia e individualidade.

Nesse cenário opressor, é possível considerar que, por vezes, os adolescentes internos busquem alguma forma de resistência e sobrevivência. Segundo Gonçalves Filho (2004), em situações em que há violências persistentes, especificamente violências destinadas a pessoas que historicamente passam por processos de desigualdade social (como os pobres) é possível haver também contraviolência, ou seja, reações à violência primeiramente sentida. Aliás, não é

incomum serem propagadas notícias de lutas e brigas ocorridas dentro de instituições dessa natureza, instituições que, invariavelmente, recebem adolescentes pobres.

Michel Foucault já havia escrito acerca das diferentes forças exercidas nas relações, notadamente, nas relações estabelecidas no interior de instituições, sejam elas fechadas ou não. O teórico buscou compreender fenômenos sociais presentes nas realidades macrossociais e microssociais, seus escritos articulam processos sociais com a ação e o comportamento dos indivíduos. Para ele (2008), os enunciados têm uma historicidade e suas margens são povoadas de outros enunciados constituindo redes entre eles. Assim, segundo postulou (2005), as instâncias sociais devem ser vistas a partir de jogos de forças, em que os indivíduos numa determinada sociedade seriam constituídos de redes de poder e de saber. Em outras palavras, os poderes funcionariam como uma rede de dispositivos ou de um mecanismo no qual ninguém escapa, sendo vistos como algo que funciona por meio da soberania, da disciplina, da legislação e de mecânicas disciplinares. Os métodos disciplinares analisados por Foucault (1999) propõem controlar e fabricar indivíduos em conformidade com os interesses das instituições das quais os sujeitos fazem parte, por exemplo, das instituições prisionais, dos centros socioeducativos, dos hospícios, das escolas militares, dentre outros. Contudo, se há forças para conformar o indivíduo, há (ou pode haver) também a emergência de poderes rebeldes.

Tendo em vista esse cenário, sob a perspectiva de uma discussão interpretativa do indivíduo e seu meio cultural e social, resolvi ouvir a história de quatro (04) adolescentes institucionalizados em um Centro Socioeducativo de Roraima (CSE/RR), precisamente, escolhi realizar o campo da pesquisa com adolescentes reincidentes na realização de atos considerados ilegais e que estivessem cumprindo a medida socioeducativa de internação em uma unidade criada há pouco tempo, em 2015. Interessava-me compreender o porquê da reincidência. Mas, mais do que isso, escolhi o serviço novo não apenas porque é o único do estado a oferecer medida socioeducativa de internação, mas também porque considerei que, mesmo sendo uma instituição fechada, em função do acumulo de críticas que há no Brasil sobre maus-tratos em instituições de privação de liberdade (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2006; CANELLAS,2012; CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013; BRASIL: PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA SECRETARIA GERAL,2015) talvez o atual CSE pudesse estar mais alinhado ao que prevê a lei no sentido de ser um equipamento público em prol da dignidade humana.

Cumpri mencionar que, antes da implantação desse novo CSE/RR, eu e os funcionários do primeiro CSE fizemos reuniões com diferentes órgãos estaduais, tais como: Ministério Público, Secretaria de Bem-Estar Social, Juizado da Infância e Juventude e Promotoria da Vara Criminal, para denunciar o mau funcionamento do equipamento no qual trabalhávamos, bem como participamos da elaboração de como deveria ser o outro CSE, onde deveria atender exclusivamente medida de internação, ter um bom aparato educacional, cultural, esportivo, além de espaços para encontros íntimos, mas, sobretudo, deveria efetivamente investir no processo de formação psicossocial, educacional e profissional dos adolescentes que lá cumprissem a referida medida.

Perguntas como as seguintes guiaram a relação deste estudo: “Como o adolescente institucionalizado se vê, como compreende sua vida e o fato de realizar reincidentemente atos ilegais?” “O que pensa sobre o novo CSE/RR onde cumpre a medida socioeducativa de internação?”

Logo, esta pesquisa versa sobre medida socioeducativa de internação de adolescentes sem possibilidade de atividades externas. Ela teve como **objetivo geral** conhecer a história de adolescentes reincidentes na realização de atos infracionais e que estivessem internados no novo Centro Socioeducativo de Boa Vista-Roraima. Os **objetivos específicos** identificar fatores que contribuíram para que praticassem atos infracionais e para a sua reincidência; bem como, conhecer a dinâmica da Unidade Socioeducativa e a avaliação que fazem dos atendimentos oferecidos a eles no cumprimento de suas medidas.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos. No primeiro foi feita discussão conceitual sobre adolescência, violência e marcadores sociais. O capítulo foi finalizado com tópico sobre violência institucional no sistema socioeducativo. No segundo capítulo, a pesquisa trata da história das instituições de atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais, com um breve histórico do modelo assistencialista entre os anos 1921 a 1964, marcado pela criação do Código de Menores, apresenta a trajetória desse modelo até a criação do ECA e faz uma breve apresentação das unidades socioeducativas em Boa Vista e seus modelos. No terceiro capítulo, há a apresentação do método, o qual, do ponto de vista teórico,

teve inspiração na História Oral e, no tocante ao procedimento, incluiu visitas a órgãos públicos (Juizado da Infância e da Juventude, CSE, SEED[1], outros) bem como realização de entrevistas para a coleta de dados, observação participativa e registro em diário de campo. O quarto capítulo refere-se à análise dados. No último capítulo há uma síntese da pesquisa.

Este estudo propiciou compreensão acerca da trajetória de vida dos entrevistados: sobre o dia a dia dentro da instituição de internação, a relação deles com a instituição, com a reincidência e com seus familiares, bem como acerca de seus desejos e conflitos vividos dentro e fora da instituição. Para tanto, esta pesquisa trouxe o desafio de percorrer diversos campos de estudos, tais como: desigualdades de classe, raça e gênero, conflitos familiares, uso abusivo de drogas ilícitas, dentre outros, todos eles em maior ou menor grau relacionam-se com ou são sinônimos de violência social.

[1] SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO/RR

3. ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA

Neste capítulo discuto conceitualmente a temática da violência contra crianças e adolescentes. O capítulo propõe duas linhas de discussão: violência e seus marcadores sociais e violência contra criança e adolescente, cujo pressuposto é de que o sujeito (e, no caso, o adolescente) se constitui a partir do vínculo que estabelece com o outro, com o contexto sócio-histórico e político-cultural, sendo determinado socialmente. Antes de discorrer acerca da violência, trarei alguns dados gerais sobre adolescência.

A pesquisa realizada pela Organização Pan-Americana da Saúde – OPS e pela Organização Mundial da Saúde – OMS (2017) assegura que a população de adolescente representa atualmente 17,9% do total dos brasileiros, um total de quase 34 milhões de adolescentes, ou seja, trata-se de uma parcela expressiva da população brasileira.

O termo “adolescer”, segundo dicionário do Aurélio, vem do latim e significa atingir a adolescência, já a palavra “adolescência”, do latim “adolescentia”, seria o período da vida humana que sucede a infância e inicia-se após a puberdade. No campo jurídico, Diniz (1998) faz sua definição de adolescência observando os precedidos demarcados no Direito Civil e no Estatuto da Criança e Adolescente-ECA, segundo os quais, adolescente é a pessoa com direitos e deveres e que possui entre doze e dezoito anos. No entanto, para a Organização Pan-Americana da Saúde – OPS e a Organização Mundial da Saúde – OMS (2017), adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade, e abrange as idades de 10 a 19 anos, sendo divididas por etapas. Heilborn, Aquino, Kanauth e Bozon (2006), nomeiam esse período de vida de juventude, vista como uma categoria essencialmente sociológica, que indica o processo de preparação para o indivíduo assumir o papel de adulto na sociedade. Mencionaram:

> A linhagem de trabalhos sociológicos contemporâneos sobre juventude enfatiza o entendimento desse termo como um processo social de passagem ou entrada na vida adulta. O conceito de trajetória biográfica torna-se assim um operador valioso para a compreensão dessa transição, caracterizada, grosso modo, por quatro marcos: o término dos estudos, o início da vida profissional, a saída da casa dos pais e o início da vida conjugal (HEILBORN; AQUINO; KANAUTH; BOZON,2006, p. 40).

Embora para alguns autores haja diferenciação conceitual entre adolescência e juventude, nesta pesquisa ela não será considerada. De modo que esses termos serão tratados como sinônimos, mesmo porque essa diferenciação não se sustenta do ponto de vista linguístico/etimológico nem mesmo é consensual entre pesquisadores. Por exemplo, segundo Bock (2007), a adolescência é constituída historicamente como um ideal no seu aspecto psicológico e social. Conforme sua teoria, os meios de comunicação, a literatura, as relações sociais, as teorias psicológicas, dentre outros, estabelecem modelos de adolescência, aos quais os jovens se sujeitam e reproduzem, sendo que, nesse processo de constituição identitária, transformariam elementos e modelos sociais em individuais. A autora acrescentou: "Os jovens que não possuíam referências claras para seus comportamentos, utilizando-se essas características como fonte adequada de suas identidades: são agora adolescentes". (BOCK, 2004. p.12).

Benghozi (2010) propõe um olhar interessante sobre o processo de adolescer, compreendendo-o como um processo de organização psíquica, familiar e social. Para o teórico (2010), a fase da adolescência é uma etapa crítica e dificultosa, mais especificamente, um momento de crise identitária. Tal crise redundará em um processo positivo de mudança, de crescimento, caso o adolescente consiga apoio de seus grupos de pertencimentos, notadamente de sua família e amigos, tanto quanto tenha suportes culturais e sociais que o ajudem a significar-se e posicionar-se num tempo vindouro. No entanto, esse período é caracterizado por uma crise identitária vivida pelo adolescente e por sua própria família, quando ela não consegue oferecer-lhe cuidado suficiente, produzindo tensão e vulnerabilidade entre os diferentes membros da família, o que poderá afetar o laço matrimonial e fraternal. Em última instância, a situação pode ser de tal magnitude que atingirá um grau catastrófico, o que poderá atingir diferentes elos geracionais (filhos pais, tios, avós …), bem como a comunidade a qual o adolescente pertence (escola, igreja, amigos, etc.). Nesse caso, a função de cuidado familiar e comunitário/institucional ficará enfraquecida e não assegurará a sustentação da mudança vivida pelo adolescente, ao contrário, a crise alastrar-se-á e passará a haver um sofrer coletivo, são exemplos desse caso famílias nas quais há sintonias como tentativa de suicídio, violências sexuais, dentre outras transgressões sociais. Ou seja, se, para o autor, na adolescência há mudanças pertinentes ao processo de

crescimento, mudanças atinentes ao fato de o adolescente começar a lidar consciente e inconscientemente com o passado e o futuro, com o fato de deixar de ser criança e caminhar para se tornar adulto, nessa fase podem também emergir problemas que dizem respeito não apenas à sua singularidade, mas também a de sua família e de seu entorno, justamente porque, em geral, nesse estágio da vida o adolescente é questionado a refletir sobre si (seus desejos, sonhos, conflitos, medos…) no mundo que vive.

Nessa mesma direção, Erikson (2004) afirma que o desenvolvimento psicológico do sujeito necessita da interação que tem com outras pessoas num ambiente social. No percurso de sua vida, o ser humano permeia estágios que servirão para a construção de seu comportamento, caracterizados pelas chamadas "crises psicossociais", eventos marcantes que influenciarão as decisões que esta pessoa tomará perante à vida.

Na obra “Sociedade e adolescência” (2004), Erikson afirma que o aspecto “social” da identidade do adolescente deveria ser explicado dentro daquela dimensão comunitária na qual um indivíduo deve se encontrar. Acredita que ninguém vivi no isolamento, sem a companhia de outrem. Em sua concepção, ao longo da vida, existe uma estabilidade e manutenção de uma força capaz de conciliar descontinuidades e ambiguidades dependendo do apoio, em primeiro lugar, dos modelos parentais e, mais tarde, dos modelos comunitários.

Para Lepre (2006), a adolescência é estabelecida no momento em que o indivíduo toma consciência desse novo mundo, que seria a entrada na realidade social mais ampla que, por si só, produz confusão de conceitos e perda de referências e, ainda, pela configuração de uma nova autoimagem corporal, mudança de sua aparência que passa por várias transformações. Ademais, a adolescência é uma época em que nada é estável e nem definitivo.

Logo, adolescência aqui deve ser entendida como um período e um seguimento psicossociológico de passagem entre a infância e a fase adulta e que depende das conjunturas sociais, históricas e psicológicas, sinalizada pela tomada de consciência do sujeito para construção de si como sujeito. Nesse seguimento, a identidade, a sexualidade, os grupos sociais de amizade, os valores, a experiência e a experimentação ganham outros significados, amigos, parceiros e namoradas tornam-se importantes nas relações do adolescente com o seu mundo.

Como a presente pesquisa volta-se para uma categoria específica de adolescentes, aqueles vistos como autores de ato infracional, é imprescindível discorrer sobre infração, transgressão, crime, em última instância, acerca da violência. Vê-se que a noção de violência pode abarcar diferentes modalidades de condutas que em maior ou menor grau lesam alguém.

De maneira geral, a violência é evidenciada por meio da tirania, da submissão, desrespeito à integridade física, moral e opressão psicológica praticada a um ser humano. Para Minayo (2006), a violência como fenômeno sócio-histórico é vivenciada pela humanidade há longa data, temos notícias sobre ela desde os primeiros registros históricos, por exemplo, a autora citou o fato de Abel ter matado o próprio irmão, um acontecimento cruel de violência, que marcou o primeiro homicídio da humanidade, segundo a crença cristã. Essa vontade de aniquilamento, que aparece em diferentes momentos históricos e nas diversas culturas, se evidencia de várias formas como: desprezo e menosprezo pelo outro, discriminações, crueldades, autoritarismo, guerras, terrorismos e processos de autodestruição.

Os motivos da violência são relacionados muitas vezes a problemas sociais como miséria, fome, desemprego, todavia não se pode associar todos os tipos de violência somente às condições econômicas. Segundo estudo da ONU – Organização das Nações Unidas (2017), o Brasil encontra-se na sétima colocação da maior taxa de homicídios no mundo, ficando atrás de Honduras, El Salvador, Colômbia, Venezuela, Iraque e Síria, sendo que, e tal como revelam os dados do Ministério da Saúde de 2015 das 60 mil pessoas assassinadas por ano no Brasil, 67,9% têm entre 15 a 19 anos e destas 71,5% são negras (UNICEF,2017). Portanto, além da desigualdade de classe, é preciso considerar a desigualdade de raça tanto quanto a de gênero, tento em vista que, em sua maioria os que são assassinados no Brasil são jovens, negros e homens. Nesse mesmo sentido, o Atlas da Violência 2017 (CERQUEIRA, 2017) analisou o processo de crescimento de homicídios no Brasil no período de 2005 e 2015, verificou que para cada 100 pessoas assinadas no Brasil, 71 são negras.

No Brasil, enquanto mata-se principalmente homens negros, as mulheres (especialmente as negras e indígenas) são as mais violentadas. Vale destacar que Roraima é o Estado com o maior índice de violência contra mulher. O Ranking dos estados mais violentos para mulheres aponta Roraima em primeiro lugar com a taxa

de 11,4% por 100 mil mulheres, enquanto São Paulo assume o 27º lugar com a taxa de 2,4% (CERQUEIRA, 2017).

No tópico seguinte, para dar sequência à discussão acerca da violência, serão apresentadas algumas considerações sobre desigualdade de classe, raça e gênero.

3.1 Violência e marcadores sociais

A violência encontra-se nos diversos setores da sociedade: nas ruas, nos espaços públicos (praças, campo de futebol, etc.), em nossas casas, nas escolas, empresas, instituições religiosas e sociais, entre outros ambientes da sociedade. Considerado uns dos problemas sociais e políticos pertinente ao ser humano, difícil afirmar que uma sociedade específica tenha eliminado a violência de seu ambiente social, por mais avançada que seja em seu sistema social, cultural, educacional e político.

Ao se buscar uma definição do que é violência, no seu termo etimológico, uma palavra que vem do latim violentia, que sugere o emprego da força física, intimidação moral ou ato violento exercido com força vital (HOLANDA, 2010). Decorrente de suas várias formas, a definição de violência que se aproxima desta pesquisa é feita pela Organização Mundial da Saúde- OMS, que determina violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Conforme Minayo (2006), a definição de violência transcorre o campo da área da saúde, uma temática complexa e com grau de dificuldade, assim afirma:

> A maior parte das dificuldades para conceituar a violência vem do fato de ela ser um fenômeno da ordem do vivido, cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia. Por isso, para entender sua dinâmica na realidade brasileira vale a pena fazer uma pausa para compreender a visão que a sociedade projeta sobre o tema, seja por meio da filosofia popular, seja ponto de vista erudito. Os eventos violentos sempre passaram e passam pelo julgamento moral da sociedade (MINAYO,2006, p.14).

A contribuição de Minayo (2010) nos leva a compreender que o adolescente em questão, que são sujeitos desta pesquisa, podem assumir vários papéis na produção da violência, diria que em alguns momentos são agressores, em outra

ocasião são vítimas e, quem sabe, presenciam a violência em seu contexto social e familiar.

A violência pode ser explícita ou implícita, uma relação assimétrica, desigual ou em desnível (GOMES, 1997). Quanto maior for a desigualdade social em uma sociedade, maior será o potencial de uma violência, uma ação violenta pode ferir, matar, mutilar, difamar e produzir medo, destruir o indivíduo e até um grupo coletivo.

Para Levisky (1998), vivemos o que nomeou de violência estrutural da sociedade, que despreza a criança, o adolescente, o idoso e as minorias políticas, como é o caso das mulheres, das pessoas pobres, negras e indígenas. Nessa perspectiva, se faz necessário compreender o conceito de “violência social”:

> A violência social, ocorrente em todos os planos (econômico, político, social e psicológico) da existência, quando considerada por suas formas externas de manifestação, apresenta dois tipos básicos: a violência direta, que é uso imediato de força física; e a violência indireta (latente), que inclui os diversos modos de pressão (econômicos, políticos, social e psicológicos) ou então a ameaça do emprego de força (SODRÉ, 2006, p.17-18).

Em seus estudos, Sodré (2006) concebe diferentes perspectivas a serem consideradas no que diz respeito ao objeto “violência”, nas diversas definições do termo faz uso da palavra “poder” e a noção de “uso da força”, assim violência incluiria relação assimétrica/desigual de poder.

No Relatório Mundial sobre a violência da Saúde de 2002 (HUTZ, 2002), o “uso do poder” serve para incluir negligência ou atos de omissão, além de atos violentos, com isso “o uso da força física ou do poder” poderia ter como sentindo uma forma de negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, bem como o suicídio e outros de atos abusivos. Alguns estudiosos, como Abramovay (2002), Adorno (2002), Almeida (2010), Gomes (1997), Minayo (2006) e Trassi (2006), defendem a ideia que a violência é um fenômeno social que atinge governos e populações.

Segundo Abramovay (2002), devido a amplitude do fenômeno da violência na sociedade, seria impossível afirmar que existem grupos sociais protegidos, divergente a outros momentos históricos. Embora haja alguns que tenham mais condições de buscar proteção institucional e individual. Isto é, a violência não mais se reduz a determinadas categorias sociais, raciais, econômicos e/ou geográficas, ou seja, ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres estão expostos à possibilidade de cometerem ou sofrerem violências, no entanto, ainda que a

violência esteja generalizada, no que diz respeito àqueles que são costumeiramente vítimas dela, é crível afirmar que ela histórica e persistentemente afeta as bases daqueles nichos sociais, ou melhor, os pobres, negros, indígenas e mulheres. Nesses casos, trata-se de violência de classe, de raça e de gênero, respectivamente (CFP, 2017).

Conforme documento do Conselho Federal de Psicologia - CFP, “Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os” (CFP, 2017), diferentemente do que ocorre quando um homem rico e branco é humilhado, as violências de classe, racial e de gênero afetam não apenas o sujeito em sua singularidade, mas a comunidade a qual ele pertence e representa, logo, quando uma mulher é golpeada pelo machismo, não é apenas ela a pessoa quem sofre, mas todas as mulheres; o mesmo ocorre com os indígenas, os negros e os pobres. No caso de homens pobres e não brancos (negros ou indígenas), eles sofrem os efeitos da opressão por serem pobres e não brancos; concernente às mulheres pobres e não brancas, elas sofrem esses mesmos efeitos, acrescidos do fato de serem mulheres. Assim sendo é preciso considerar essas modalidades de desigualdade (classe, raça e gênero) de forma intercruzada.

A seguir, explicarei sucintamente cada uma delas de forma separada apenas como recurso didático, na prática, quando o golpe da opressão afeta a vida do indivíduo, afeto-o em sua totalidade, isso é, pelo fato de ser ao mesmo tempo pobre e negro, por exemplo. E, como já mencionado, segundo Gonçalves Filho (2004), violências cometidas pelos grupos sociais historicamente oprimidos devem ser consideradas contraviolências, ou seja, reações à violência social historicamente vivida.

3.1.1 Desigualdade de classe

A população pobre é historicamente explorada pelos ricos. Abramovay (2002) assinala um aspecto perverso da vulnerabilidade social que é a escassa disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos oferecidos a indivíduos ou grupos marginalizados da sociedade. A não aquisição a determinados “direitos” (educação, trabalho, saúde, esporte, lazer e cultura) reduz as oportunidades de mobilidade social dos jovens e adultos pobres, impede-os de acessar e aproveitar bens socioculturais construídos ao longo dos tempos. Portanto ressalta-se que a

violência associada à pobreza diz respeito não apenas à escassez econômica como também à negação de direitos (bens, lazer, esporte, cultura, educação, etc.) aos pobres. O que se pode analisar é que a violência sofrida e praticada por adultos e adolescentes pobres possui um forte vínculo em relação a condição de vulnerabilidade social em que se encontram.

No Brasil, a desigualdade social é existente, sendo citada como uma das principais causas da violência e, dentre as diferentes formas de violência, a criminalidade. Nessa mesma perspectiva, segundo Pinheiro (1983), a desigualdade, a pobreza e a exclusão social (ou inclusão social excludente), resultantes das políticas neoliberais, seriam propulsoras da violência urbana. Para o autor, o alto índice de jovens pobres envolvidos com atos ilícitos demonstra a relação entre pobreza e a violência, para ele, a criminalidade torna-se um canal mais rápido de mobilidade social.

Sabemos que são principalmente os negros e indígenas os pobres que têm negado o acesso aos bens sociais citados, portanto a desigualdade de classe está associada à de raça, outros fatores associados a esses que contribuem para o crescimento da violência são o uso abusivo de drogas lícitas (álcool) e ilícitas (drogas), a facilidade de comprar armas, dentre outros.

3.1.2 Desigualdade de raça

Para o UNICEF (2017), a face mais trágica das violações de direitos que afetam as crianças e adolescentes no Brasil são os homicídios de adolescentes. Em seus estudos, as vítimas têm cor, classe social e endereço, na maioria são meninos negros, pobres que vivem nas periferias e em áreas metropolitanas das grandes cidades. Logo, o racismo é um fator determinante. Ele cria estereótipos negativos, preconceitos e discriminações que afetam, simbólica e materialmente, a vida subjetiva e social de crianças e adolescentes negros e indígenas, e influência esse diferencial de taxa de homicídios entre adolescentes.

A questão da desigualdade em relação à população negra mantém-se ao longo dos anos, no Brasil, desde o período da escravidão. Contudo, no campo científico, as teorias sobre o racismo só foram elaboradas a partir do século XIX (CFP, 2017).

Para Munanga (2003), o conceito de raça veio do latim “ratio”, como do italiano “razza”, que, por sua vez, significa sorte, categoria, espécie. Em um breve histórico, a definição de raça usada inicialmente na Zoologia e na Botânica buscava classificar as espécies de animais e vegetais. Assim, o naturalista Carl Von Linné, conhecido em Português como Lineu (1707-1778), apropriou-se desse conhecimento para classificar as plantas em raças ou classes, classificação essa que nos dias atuais encontra-se desprezada. No entanto, hoje em dia a categoria raça é utilizada sociopoliticamente para classificar e hierarquizar os seres humanos em superiores ou inferiores. Ela dá lastro para o racismo.

> Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural... Ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo à qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2003, p.7-8).

O racismo tem como um de seus principais dispositivos a discriminação racial, a qual se refere a qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça/cor, origem ou etnia. Tem por objetivo ou efeito anular ou restringir os direitos dos grupos raciais tidos como inferiores em qualquer âmbito da vida (BRASIL, 1969).

A questão do racismo nesse estudo tornou-se pertinente nas falas de alguns adolescentes, produzindo o sentimento de humilhação e opressão. Para Souza (1983), afirma que o racismo esconde seu verdadeiro rosto, levando a pessoa negra a projetar um futuro identificatório antagônico em relação à sua realidade de seu corpo e de sua história ética e pessoal.

Segundo CFP (2017), é preciso diferenciar raça de etnia, já que falar de raça e de racismo é um tabu, muitas vezes no Brasil há substituição da palavra raça por etnia, no entanto existem diferenças entre esses conceitos, uma vez que raça refere-se ao fenótipo/ao corpo enquanto etnia diz respeito à construção simbólico-cultural

de elementos que ligam os sujeitos em um mesmo grupo, por exemplo, um mito, uma língua, uma religião.

O documento sobre racismo do CFP (2017) estabelece nexos entre racismo, identidade de gênero e sofrimento psíquico, nele há uma citação de Maria Lúcia Silva que contribui para a compreensão desse nexo. Ela afirmou:

> O racismo como expressão de violência é um ato de terror, suas ameaças aterradoras provocam perturbações cotidianas no(a) negro(a). A polícia, quando aborda o homem negro – mais suscetível a isso que a mulher negra –, já o coloca sob suspeita pelo simples fato de ser negro. Quando acorda – isso às vezes nem é consciente –, o(a) negro(a) já se prepara para viver uma luta cotidiana, porque vários assédios raciais irão acontecer ao longo desse dia. Mesmo que se acredite que as ameaças racistas não se cumprirão, isso não faz com que desapareça o pavor de viver a humilhação, pois seu corpo carrega o significado do execrável, que incita e justifica a violência racial. O racismo sobrevive num "vir a ser" interminável. Você dorme e acorda, e ele está presente (Silva apud CFP, 2017, p. 12).

A autora menciona que a pessoa negra está exposta a qualquer hora e a qualquer lugar à discriminação racial, além disso sinaliza que há particularidades na forma como homens negros e mulheres negras são golpeados(as) pelo racismo: os homens são mais frequentemente barrados e presos pela polícia. Em outra passagem do documento do CFP (2017) foi ressaltado que as mulheres negras são mais violentadas sexualmente do que as brancas. Nota-se aí particularidades e o entrecruzamento entre o racismo e o sexismo. Por intermédio desses exemplos é possível também compreender as diferentes dimensões presentes do racismo, a saber: dimensão institucional, interpessoal e pessoal.

No primeiro caso, diz respeito ao racismo estar presente em toda e qualquer instituição, independentemente de seus membros serem ou não em suas singularidades racistas, por exemplo, a instituição polícia brasileira é racista e um Centro de Socioeducativo composto basicamente por adolescentes negros e pobres e que seja punitivo em vez de socioeducativo configura-se como serviço, do ponto de vista institucional, racista e classista. O racismo interpessoal diz respeito à relação racialmente discriminatória estabelecida entre pessoas brancas em detrimento das não brancas (negras e indígenas), por exemplo, entre um policial branco e presos negros. Por sua vez, a intrapessoal volta-se para o sujeito em sua singularidade, para o fato de uma pessoa branca ser racista e para os efeitos que o sujeito negro e o indígena sofrem do racismo, sendo que, por vezes pela repressão

ou persuasão, o racismo pode impulsionar o sujeito negro (e o indígena) a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal, pode desejar (como defesa psíquica) não ser negro; mas, por outro lado, e quando compreende conscientemente o que é o racismo, um dos efeitos para o negro será o da resistência política, isso é, terá uma atitude de enfrentar pessoal e publicamente a discriminação racista.

Segundo o CPF (2017), a função do racismo é simultaneamente aviltar (material e simbolicamente) a população não branca e perpetuar situações de privilégios para a população branca, ainda que ela não saiba ou não queira.

3.1.3 Desigualdade de gênero

No tocante à discussão de gênero, Margareth Mead, em sua obra etnográfica “Sexo e Temperamento” (2009) realizada em Samoa, colocou em xeque a naturalização das identidades de gênero, tendo em vista que homens e mulheres (a depender de seu grupo étnico) são concebidos e representados socialmente de maneira muito variada**.** Ela exemplificou tal afirmativa com base na descrição dos comportamentos de homens e mulheres e dos padrões de afetividade apresentados, em 03 (três) grupos culturais: Cultura Arapesh, Cultura Mundugomor e a Cultura Tchambuli.

Assim, a cultura Arapesh possui uma organização social de forma cooperativa, associada a alimentação, na qual cultivam a hospitalidade e afetividade. Poderia ser caracterizada como maternal, no que se refere às alianças e hierarquias entre jovens e idosos, suas crianças (entre sete e oito anos) são consideradas com personalidade formada. Os padrões de fecundidade são cruéis para o sexo feminino, o nascimento do filho homem há um significado importante para o povo Arapesh, pois é a alegria e conforto do pai, já a mulher Arapesh, no momento do nascimento de seu filho, no caso de ser uma menina e na família existir outras filhas, ela é abandonada. O infanticídio é algo presente na cultura Arapesh.

Já a cultura do Mundugomor tem como ideal social a poliginia, a gravidez de uma mulher é carregada de hostilidade, e privação sexual, com a rejeição do marido, que pode buscar outra esposa e até abandonar a esposa. Os rituais de iniciação para a menina ocorrem entre os doze ou treze anos, sendo um privilégio para a

família (a virgindade tem um valor importante de oferta e troca). A jovem tem sua experiência sexual com um homem mais velho e casado.

Na terceira sociedade analisada, os Tchambuli suas personalidades se opõem e se completam idealmente, sendo que os signos de masculino e feminino estão invertidos em relação ao padrão ocidental, sua estrutura é patrilinear. Os jovens entre oito e doze anos passam pelo cerimonial de escarificação[2], fazendo um desenho em suas costas, as meninas casam-se e passam a viver na casa da irmã do pai, que se torna sua sogra.

Usando como análise a obra de Mead (2009) para discutir a questão da desigualdade de gênero, é possível afirmar que os comportamentos do homem e da mulher estão relacionados aos elementos da sociedade (trabalho, educação, religião, etc.) e por sua vez o ser humano seria um produto vinculado à cultura, e que o preconceito e a desigualdade de gênero seria fruto de uma construção social, que subjugam a mulher a uma situação de fragilidade e inferioridade ao homem. No entanto Mead (2009) defende que, ao logo da história, a sociedade vem quebrando alguns paradigmas no que tange o papel da mulher na sociedade.

Nesse sentido, as identidades de gênero são socioculturalmente construídas. Portanto, naturalizar as distinções de gênero significa gerar um padrão eliminador da diversidade de comportamento. O estudo de Mead (2009) enfatiza, portanto, que não há uma relação direta e biológica entre sexo (macho e fêmea) e personalidade (de homem e mulher, por ex.), já que cada sociedade estabelece um sistema simbólico em torno da diferença sexual e elege o que é chamado de afetividade como um campo privilegiado de diferenciação entre os gêneros. A autora afirma, pois, que a cultura constrói o gênero e, por convenção, estabelece quais atividades são consideradas masculinas ou femininas.[3]

No Brasil, como se sabe, o modelo hegemônico associado à identidade de gênero masculina é ainda aquela clássica apregoada pela cultura machista. O machismo ou o sexismo é uma modalidade de violência efetuada de forma conscientemente ou inconscientemente por homens contra mulheres e a população LGBTT (lésbicas, bissexuais, gays, travestis e transexuais) (CFP, 2017). Ele

---

[2] Série de arranhões ou pequenas incisões praticadas sobre uma superfície do corpo.

[3] Segundo Jesus (2012), o conceito de sexo está ligado ao corpo biológico, isso é, ao aparelho genital e reprodutor, aos hormônicos e aos cromossomos XY e XX, são esses elementos que, do ponto de vista biológico, indicam se um sujeito é macho, fêmea ou intersexo. Já o gênero diz respeito aos papéis sexuais atribuídos socialmente às pessoas.

perpetua a associação do homem com a virilidade, o poder, a agressividade, a figura do provedor, em outras palavras: é ele quem manda; a mulher (e a população LGBTT) é vista como o avesso disso, isso é, a ela atribui-se o papel da passividade, da fragilidade, da emotividade, da mãe e responsável pelo cuidado da casa. Trata-se de representações hierarquizadas, em que ao homem é concedida uma posição de superioridade em relação à mulher, o que, em última instância, pode redundar no poder do homem para humilhá-la, violentá-la, matá-la, assim como de maneira geral são os homens aqueles que mais matam homens. Vale destacar que coletiva e paulatinamente as mulheres e a população LGBT têm lutado contra o machismo, contra a opressão imposta.

No tocante à violência machista praticada por adolescentes masculinos, Strey (2004) ressaltou:

> Para conceitualizar as relações entre agência, gênero, sexualidade, adolescência e violência sexual, é crítico apreciar como os adolescentes agressores do sexo masculino constroem e dão sentido ao seu mundo particular e compreender as maneiras pelas quais eles interpretam suas próprias vidas e o mundo ao seu redor. Para muitos, essa construção se baseará em ter sucesso no trabalho, ter poder, ter dinheiro, ser forte, ou se igual a papai que prega tudo isso (STREY ,2004, p.25).

Então, Strey (2004) compreende que a violência de gênero inclui as expectativas de que os meninos e os homens sejam dominantes e que usem a força para isso. Esforços complementares de mulheres e homens são essenciais para criar uma nova “ordem de gênero” que beneficie ambos os grupos identitários.

Assim, a desigualdade de gênero percorrer vários campos de discussão e debate, que inclui a violência sexual, a violência contra mulher, adolescente e criança, e a violência por meio da discriminação e do preconceito. A violência é um ponto importante a ser analisado nesse estudo, que por sua vez está interligada com a questão da desigualdade de gênero.

3.1.4 A violência contra crianças e adolescentes

Ao se tentar compreender os tipos complexos de violência praticados na sociedade, bem como a violência na vida cotidiana de indivíduos, famílias e comunidades, faz-se necessário dialogar com diversos campos das ciências,

considerando a natureza dos atos violentos, a relação entre agente e vítima, os casos de violência coletiva e a motivação para a violência que muitas vezes não são claras. A violência contra crianças e adolescentes acompanha a história humana, expressando-se distintamente em cada cultura. É essencial compreender que a busca de uma definição sobre o tema gerou um leque de debate em nossa sociedade, na qual contemporaneamente as crianças e adolescentes tornaram-se sujeitos de direito e, portanto, reconhecidos como portadores de cidadania, conquista de direitos que percorreu diversos movimentos e lutas em favor desse grupo etário, no entanto, ainda hoje, como a violência impera, há um número elevado de crianças e adolescentes que não possuem direitos sociais básicos respeitados.

Os dados das Nações Unidas (2017) destacam que existem pelo menos 50 conflitos étnicos ou políticos violentos em andamento no mundo, registrando uma estimativa de 1,5 milhões de mortes de crianças. No Brasil, a violência sucede em uma rede de fatores, que são: socioeconômicos, políticos e culturais, articulados com as condições de vida de grupos sociais e de áreas específicas em que vivem.

Para Minayo (2001), a violência contra criança e adolescente perpassa todo contexto social e cultural ao longo da história. Sendo um ato de omissão praticado pelos pais, parentes e por outras pessoas, e até em instituições, o que pode causar vários danos: físico, econômico, social, sexual e psicológico para a vítima. A violência é percebida pela pesquisadora como uma transgressão no poder e no dever que o adulto tem em relação à criança e adolescente. Na ausência dessa proteção, pode-se afirmar que ocorre uma negação do direito que a criança e ao adolescente têm como sujeito de direito.

Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), estima-se que o Brasil possuía aproximadamente 60,5 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos, sendo que 19,3 milhões de crianças e adolescentes (entre zero a 14 anos) vivem em situação de pobreza, ou seja, recebem menos de um salário-mínimo. Enquanto 7,4 milhões estão incluídos no critério de extrema pobreza, com renda per capita mensal de R$220,00 ou menos. O Brasil tem desafios a serem enfrentados em defesa das nossas crianças e adolescentes, que incluem os diversos tipos: domésticas, sexual, as mortes por homicídios, a pobreza e a questão da escolarização, etc.

Sincronicamente, a ONU- Organização das Nações Unidas (2015) realizou uma pesquisa sobre as condições de vida das crianças no Brasil, apresentando dados preocupantes da situação de nossas crianças e adolescentes, indica que 14,5% dos jovens menores de 14 anos encontram-se em situação de pobreza extrema, ou seja, suas famílias possuem uma renda de até um quarto do salário-mínimo per capita. O Brasil encontra-se no ranking do décimo país mais desigual do mundo, afirma o Relatório de Desenvolvimento Humano- RDH elaborado pelas Nações Unidas (2015).

A agência da ONU (2017), em seu relatório verificou que o Brasil assumiu a sétima colocação de país que mais mata jovens no mundo, com relação aos países da América Latina e do Caribe registrou uma taxa de 59 mortes para cada 100 mil jovens com idade entre 10 e 19 anos. Com isso o Brasil assumiu o quinto lugar dos países com maior taxa de homicídios de crianças e adolescentes. No ano de 2015, mais de 82 mil jovens morreram vítimas de homicídios ou de alguma forma de conflito armado ou violência coletiva.

Como a presente pesquisa foi realizada em Roraima, inclui uma tabela com taxas de homicídio de jovens da região norte brasileira. Com exceção de Rondônia, nota-se que, em uma década, a taxa de homicídio de jovens cresceu em todos os estados, inclusive em Roraima.

Os dados apontam que a taxa de homicídios na população de jovens entre 15-29 anos, teve um aumento significativo, e que o Brasil não consegue retardar esse crescimento de morte entre a população jovens, que em sua maioria são jovens do sexo masculino, negros e pobres. Os índices de homicídios retratam todo um processo socioeconômico de desigualdade em nosso país, que afeta consideravelmente nosso Estado.

Tabela 1 - Taxa de homicídio por 100 mil jovens na faixa etária de 15-29 anos de idade, na Região Norte entre 2005-2015.

Taxa de homicídio por 100 mil habitantes												Variação %		
Região Norte	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2005 a 2015**	**2014 a 2015**	**2010 a 2015**
Acre	34,3	42,7	35,5	36,9	37,2	34,8	33,8	46,2	53,8	49,5	46,2	34,8	-67	32,7
Amapá	69,2	70,2	60,9	73,4	54,9	83,5	59,3	78,1	68,6	74,0	73,7	6,5	-0,4	-11,7
Amazonas	36,4	43,0	42,6	46,5	51,3	59,3	72,9	66,5	59,1	60,1	70,9	94,6	18	19,6
Pará	51,5	55,6	58,4	74,6	77,4	86,4	77,9	79,2	78,3	79,5	84,2	63,5	5,9	-2,5
Rondônia	53,5	55,0	44,4	43,8	47,8	46,4	38,2	46,9	43,2	46,7	53,4	-0,1	14,3	15,2
Roraima	35,4	37,6	37,3	29,3	39,1	38,3	28,1	49,5	54,2	38,3	51,9	46,5	35,4	35,5
Tocantins	22,6	30,7	23,5	30,2	33,1	43,3	38,9	44,1	36,0	45,4	58,6	158,8	29,0	34,9

Fonte: CERQUEIRA, D. Atlas da Violência. Instituto de Pesquisa Econômica aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://ipea.gov.br/atlasviolencia.

Para Trassi[4] (2006), a adolescência e a violência no contexto da cultura seriam um binômio em sua dupla fase: o adolescente como autor no cenário da violência (a execução do crime) e como vítima (a tortura, a humilhação, a perda de vida). Em seus escritos, a autora afirma que existe uma vulnerabilidade de todos os setores, que se intensifica na vida dos adolescentes, e que há uma representação social falsa de que o adolescente é responsável pelo crescimento dos índices de criminalidade no Brasil, afirmando:

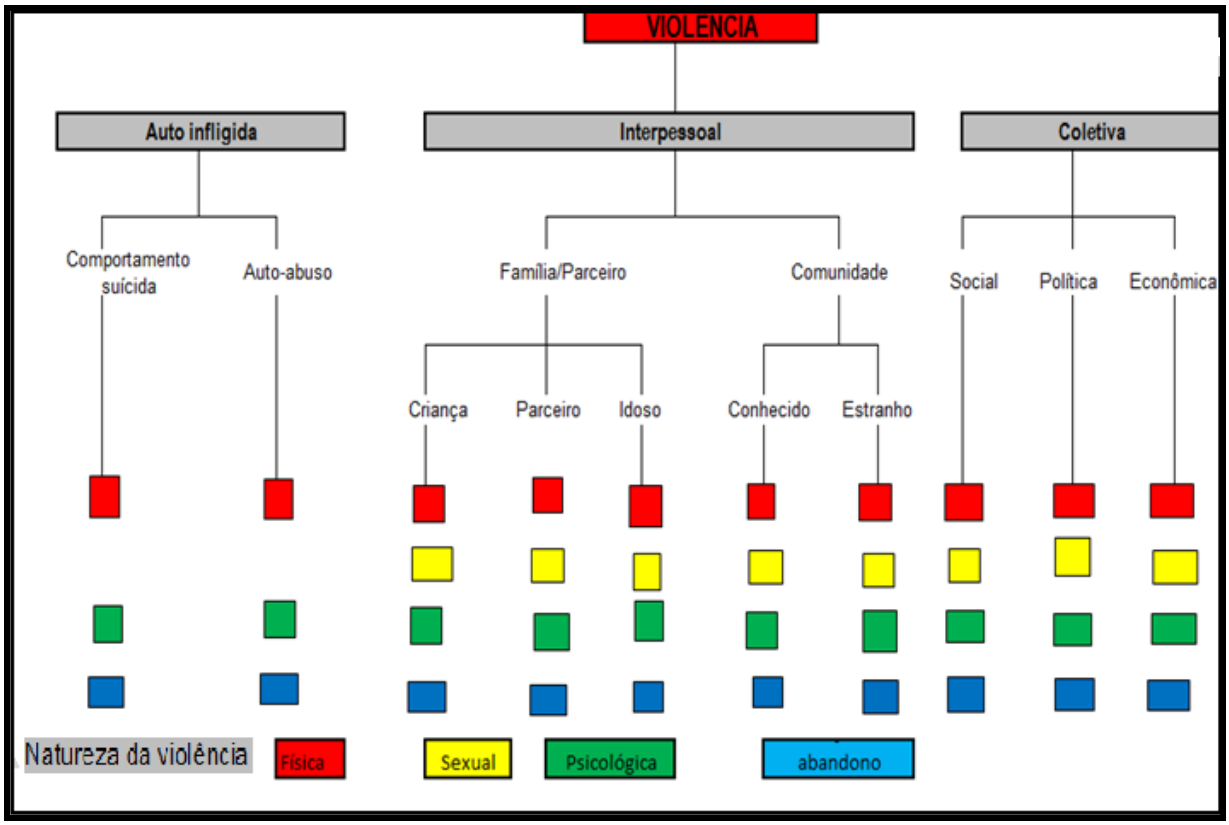
> Esta ideia equivocada pode ser desconstruída com os dados que situam a prática de delitos dos adolescentes no contexto mais geral da criminalidade, a proporcionalidade dos adolescentes envolvidos com crime em relação à população de adultos, e os dados relativos ao tipo de crime no qual está envolvido (TRASSI, 2006, p.15).

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (2015), existem três tipos de violência: a autoinfligida, a coletiva e interpessoal. A violência contra criança e adolescente está inserida no contexto da violência interpessoal, quando se trata de violência familiar e conjugal; no caso de crianças e adolescentes institucionalizados, pobres, negros/indígenas, meninas e adolescentes LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, etc.) trata-se de violência social, sendo que, a depender do efeito que essa violência social venha a imprimir na criança/adolescente, ela própria

[4] A pesquisa da autora tem como recorte temporal um período entre os anos de 1960 a 2005 tendo como lócus espacial a cidade de São Paulo.

(a criança/adolescente) pode, por vezes, se auto punir, se violentar. Como se sabe, há casos, por exemplo, de adolescentes que foram sexualmente violentadas que se suicidaram.

Quadro 1- Tipologia da Violência- OMS



Fonte: KRUG, Etienne. G. (Org.). Relatório mundial sobre violência e saúde. Geneva: Organização Mundial da Saúde,2002.

Natureza da violência

A violência é perceptível em contextos sociais, ela pode ser definida por meio de relações desiguais de poder, da cultura do machismo, do patriarcado e da inferioridade atribuída a estes sujeitos. Desse modo, torna-se imprescindível analisar a criança e adolescente vítima de violência, imersos no contexto da sociabilidade capitalista, racista e machista transitando por todo o processo de transformações na organização familiar em todos os aspectos inerentes à vida em sociedade, como a cultura e a religião.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) nos ajuda na definição da violência contra criança e adolescente em seu artigo 5º:

> Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.

Contudo, percebe-se que há ocorrências e situações de violação grave a esses direitos, a violência praticada contra crianças e adolescentes é tarjada por uma relação na qual não há respeito, e por sua vez não são considerados como sujeitos em desenvolvimento e que possuem direitos de cidadãos. Compreender o evento da violência contra a criança e adolescente implica em investigar questões sociais em sua totalidade, excluindo análises reducionistas e a naturalização da realidade que transcorrer diante das desigualdades sociais e negação de direitos. A violência praticada por adolescente tem, gradativamente, se transformado em um grande complicador para a sociedade, particularmente nas áreas urbanas, acompanhando uma tendência mundial de crescimento deste fenômeno.

Ao tratar da questão da violência institucional no contexto do sistema socioeducativo, é necessário verificar algumas peculiaridades que dificultam a sua prevenção e enfrentamento. A violência contra adolescentes autores de atos infracionais não se limita à violência física praticada por policiais, no momento da apreensão em flagrante desses sujeitos, ou por educadores ou agentes que atuam nas instituições de internações. Além da gravidade dessa violência, temos também a violência estrutural (ela equivale à violência coletiva anteriormente mencionada) inerente à falta de política pública adequada, o que redunda em superlotação crônica nos centros socioeducativos, na falta de pessoal e na manutenção negligente das unidades, nos conflitos que há nas unidades entre os internos, nas rebeliões, fugas e motins etc.

Nesse contexto, busco analisar alguns dados sobre a violência na instituição socioeducativa no Estado, uma realidade em muitas instituições socioeducativas do Brasil. Segundo Costa (2006), atualmente contamos com um sistema que, além de tirar do adolescente sua liberdade, acaba suprimindo outros direitos como: o respeito, a dignidade, a privacidade, a identidade e a integridade física, psicológica e moral.

O cenário de violência na unidade socioeducativa em Roraima tornou-se mais generalizado após as rebeliões ocorridas de outubro de 2016 a janeiro de 2017 na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (CRUZ, 2017), nesse período os adolescentes internos viviam, pois, em um contexto de forte temor e tensão. Conforme será abordado nos próximos capítulos.

4. BREVE HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL

No capítulo presente apresento sucintamente aspectos relativos às instituições que produziam o encarceramento de pessoas, dentre elas, aquelas voltadas para o que hoje em dia convencionou-se chamar de adolescentes autores de atos infracionais. Foram destacados alguns aspectos históricos e jurídicos estabelecidos desde o período colonial até o período anterior ao estabelecimento do ECA, antes, pois, da década de 1990.

4.1 As instituições de atendimento socioeducativo

Ao recuperar parte da história do atendimento à infância, entre os anos 1830 a 1985, procurei sinalizar as normas, legislação que vigoraram nesse período.

O Código Criminal do Império de 1830 introduziu a pena de prisão em duas formas: a prisão simples e a prisão com trabalho, que poderia ser perpétua. No tocante ao encarceramento das pessoas com menos de 18 anos, o referido código adotou o “Sistema do Discernimento”, que estabelecia em seus artigos 10 e 13:

> Art.10 Também não se julgarão criminosos: Parágrafo 1º Os menores de quatorze anos.
> Art.13 Se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às casas de correções, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda a idade de dezessete anos (BRASIL, 1830).

O quadro baixo apresenta as normas e leis voltadas para as crianças e adolescentes e evidencia as inserções e alterações que ocorreram após a criação do Código Criminal do Império de 1830 até a constituição do Código Penal de 1940. São elas:

Quadro 2 - Processo histórico do atendimento à infância no Brasil- (1830-1985)

PERÍODOS	NORMATIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
1830-1930	- Código Criminal do Império-1830 - Código Penal da república-1890 - Código de Menores -1927	Infância como objeto de atenção e controle do Estado.
1930-1945	- Decreto-Lei nº 2.024/1940 (Departamento Nacional da Criança) - Decreto nº 3.799/1941 (Serviço de Assistência ao Menor) - Estabelece a Legião Brasileira de Assistência	Autoritarismo Populista e o avanço estatal no serviço social de atendimento infantil, objetivando dar uma orientação nacional às práticas de assistência e controlar as instituições públicas e particulares que realizavam serviços nessa área.
1945 a 1964 (Democracia Populista)	- Lei nº 560/1949 (Serviço de Colocação Familiar) - Decreto-Lei nº 4.269 /1957 (Instituto de Adoção)	Manutenção do aparato legal e regulamentação dos serviços de adoção.
1964 a 1985 (Ditadura Militar e a Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor)	- Decreto nº 4.513 /1964 (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) - Lei nº 5.358 /1967 (Diminuição da idade penal para 16 anos) - Decreto nº 62.125/1968 (Acordo entre o Fundo das Nações Unidas para Infância e o Governo dos Estados Unidos do Brasil) - Lei nº 6.697/1979 (Código de Menores)	Incoerência entre a realidade das leis vigentes e as recomendações das convenções internacionais sobre o direito da infância.

Fonte: Produzido com base na Constituição Política do Império (1824); Constituição da República Federativa o Brasil (1988); Priore (2010); Rizzini; Rizzini (2004).

Entre os anos de 1830 a 1890, as cadeias não eram instituições excessivamente importantes nos esquemas de punição que foi implementado pelas autoridades coloniais. As cadeias eram utilizadas na maioria das vezes apenas como simples lugares de detenção para pessoas suspeitas que estavam sendo julgadas ou para delinquentes condenados, e que esperavam a execução da sentença (MAIA, 2009).

Com o surgimento de instituições prisionais e seus modelos disciplinares, a proposta da época era construir uma rede disciplinar que funcionasse pela vigilância,

adestramento e normalização. O sistema penal ocupava um lugar importante na sociedade, marcado por um conjunto de penas: trabalho forçado, silêncio, privação alimentar, entre outros castigos. A finalidade da instituição prisional destinava a recolher criminosos, inclusive escravos, para aguardar a execução de suas penas, as quais eram aplicadas às pessoas livres, pois em relação aos escravos a aplicação da pena de açoite permanecia, estava atrelada à escravidão e submetida às vontades dos grandes proprietários de terra (MOTTA, 2011).

O surgimento do primeiro Código Penal da República de 1890, foi considerado mais severo aos que cometiam crimes, apesar dos menores de nove anos completos não serem considerados criminosos ou aqueles maiores de nove e menores de quatorze agissem sem discernimento. O “contexto do discernimento” era examinado pelo juiz, que apreciava a situação de responsabilidade do menor, pela sua educação ou pelo seu estado de abandono, pela miserabilidade, pelas condições morais do meio em que vivia (CARTAXO,2016).

O novo Código Criminal de 1890, aboliu as penas de morte, penas perpétua, açoite e as galés e previa quatro tipos de prisão: prisão celular; reclusão em “fortalezas, praças de guerra ou estabelecimentos militares”, destinada aos crimes políticos; prisão com trabalho que era “cumprida em penitenciárias agrícolas, ou em presídios militares, aos menores de 21 anos era aplicado a pena disciplinar que era cumprida em estabelecimentos especiais (MOTTA, 2011, p. 295).

O Código Penal Republicano de 1890 foi concluído em menos de um ano e era uma imitação aperfeiçoada do Código Criminal do Império. A Constituição e o Código penal marcaram o modo de pensar e de fazer a política republicana. A legislação penal punia principalmente a resistência à autoridade, a vadiagem, as sociedades “secretas”, e outros atos ilícitos (RIZZINI, 2000).

Após a promulgação do Código Penal, pode-se destacar outro aspecto bastante interessante, a utilização pela primeira vez do termo “menor”, não mais apenas para designar a idade do indivíduo, mas, sobretudo, para definir a criança e o jovem que através do artifício jurídico teve sua condição de pobreza transformada em irregularidade. Afirma Cavalieri (1997), a palavra MENOR contém uma conotação jurídica inegável, levando à interpretação de que no rol social existiriam meninos, crianças e garotos, já quando se fala em “menor” se refere ao menor abandonado, menor delinquente, menor vítima, assumindo-se um tom pejorativo

popular e socialmente ligado a esse termo, terminologia menor foi eliminado com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pelo fato de o termo “menor” ter adquirido uma conotação preconceituosa, entre o século XIX o termo designava a criança desvalida, abandonada e delinquente. Nessa fase, observava-se uma oscilação entre a defesa da criança e a defesa da sociedade contra estas mesmas crianças e adolescentes. A discrepância nos discursos e tratamento era marcante: de um lado, o Estado preocupava-se com as crianças abandonadas simultaneamente buscava-se uma punição aos que praticavam “ato criminoso” (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

No ano de 1927, surgiu o Código de Menores como instrumento de inovação, baseado na nova legislação da Europa e das Américas, reunindo a contribuição de juristas, pedagogos, parlamentares. No texto do Código de Menores de 1927, o discernimento é definitivamente eliminado:

> **Art.69**. O menor indigitado autor ou cumplice de fato qualificado crime ou contravenção, que contar mais de 14 anos e menos de 18, será submetido a processo especial, tomando ao mesmo tempo, a autoridade competente as precisas informações a respeito do estado psíquico, mental e moral dele, e da situação social, moral e econômica dos pais, tutor ou pessoa incumbida de sua guarda.

Nessa perspectiva, instituições de correção, regulamentada com surgiram grandes debates na sociedade para elaboração de leis que disciplinassem os “menores”, atendendo o anseio da população dominante, cuja solução apontada pela elite seria a internação em a criação do Código de Menores de 1927.

Diante da legalidade, é importante considerar algumas mudanças destinadas a proteger crianças e adolescentes: finalizava o uso da “Roda dos Expostos”, todo menor sem distinção de sexo, considerados abandonados ou delinquentes estavam submetidos às medidas de assistência e de proteção que o Código de Menores determinava. Recebendo um reforço com a Constituição de 1937 em seu artigo 127:

> A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades. O abandono moral e intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral. Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole (BRASIL, 1937, p.27).

Em 1941, institui-se o Serviço de Assistência ao Menor-SAM, que se estruturou sob a forma de reformatórios e casas de correção e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para menores carentes e abandonados, funcionava como um equivalente ao sistema penitenciário para a população menor de 18 anos, cuja lógica de trabalho era a reclusão e a repressão de crianças e adolescentes abandonados ou autores de atos infracionais (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Tais instituições de internação de reclusão tinham um caráter de intervenção formadora e reformadora do Estado, sendo o vital objeto de assistência à infância no país. O SAM tinha nesse período 33 educandários, sendo quatro oficiais, estes somente para o sexo masculino. Uma década depois, pelo processo de expansão nacional, os estabelecimentos particulares "articulados" com o SAM eram em número de 300, todavia em situação irregular, pois não havia nenhum vínculo contratual com o Serviço (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.34). Os estabelecimentos particulares funcionavam na informalidade, com abusos contra os internos.

O SAM era um órgão que funcionava como um modelo equivalente do sistema prisional para a população menor de idade. Sua finalidade era a correção e repressão, a instituição previa um atendimento diferenciado para adolescente autor de ato infracional e para menor carente e abandonado, veja a tabela:

Quadro 3 - Tipo de atendimento em instituição ao menor no SAM.

Situação irregular do menor	Adolescente autor de ato infracional	Menor carente e abandonado
Tipo de atendimento	Internatos: reformatórios e casas de correção	Patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos.

Fonte: Produzido pela pesquisadora com base em Rizzini; Rizzini (2004).

Essas instituições funcionavam com um autêntico depósito de pessoas, embora fossem vistas pelo poder público como uma organização racional com seus objetivos bem definidos. Após quase 20 anos o SAM passou a ser considerado, perante a opinião pública, uma instituição repressiva, desumanizante e produtora de criminosos, conhecida como "universidade do crime". Essas instituições tinham como finalidade disciplinar os que podiam "sair do controle", tornando mais fácil a administração do trabalhador, acatando as imposições do capitalismo (RIZZINI; RIZZINI,2004). Disciplinar também implica agir sobre o tempo: ritmar o tempo,

garantir que ele esteja bem empregado e que os corpos estejam regulamente bem aplicados, jamais ociosos:

> A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ele procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT,1999, p. 133-134).

Nesse modelo disciplinar, o treinamento para as crianças era o treinar/disciplinar: uma forma cruel de “adestramento”. O corpo era um alvo do poder, que podia ser moldado, treinado e submetido às diversas formas de controle do indivíduo. A disciplina é considerada massificadora no meio de uma sociedade que reproduz a inclusão marginal, ou seja, o ser humano possivelmente pode ser considerado um marginal, decorrente ao cruel regime que lhe imposto. No regime ditatorial criou-se um aparato de violação e dominação dos corpos para que o sujeito não saísse do controle e de fácil domínio.

A instituição SAM julgava que a internação do “menor” poderia acarretar a recuperação mais eficiente, não existindo nenhuma preocupação com as necessidades da criança e do adolescente. Deste modo, operava com um verdadeiro sistema prisional, que tinha como camuflagem o regime de “internações”, e que na realidade eram “penas de prisão”. Tal sistema sustentava a ideia de que a “privação total de liberdade” funcionaria como proteção à criança e ao adolescente, e que a instituição obteria um valioso resultado na reconstrução da personalidade ao aplicar tal tratamento ao “menor”. Já na década de 1950, as autoridades públicas, políticos e diretores do SAM condenaram o órgão e pronunciaram a criação da FUNABEM- Fundação do Bem-Estar do Menor (1964), que tinha como missão instituir o “Anti-SAM”. A proposta buscava a instauração de um novo órgão nacional com independência financeira e administrativa da instituição e na rejeição aos “depósitos de menores”, nos quais se transformaram os internatos (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

A restrição à liberdade de opinião e expressão transformou-se numa realidade cruel, ocorreu um retrocesso no campo dos direitos sociais e instituição

dos Atos Institucionais, que possibilitavam punições, exclusões e marginalizações políticas, eram algumas das medidas desta nova ordem, trazidas pelo golpe. Na época do Regime Militar, foram produzidos dois documentos para a área da infância, a Lei que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Lei nº 4.513/1964) e o Código de Menores de 1979 (Lei nº 6.697/1979).

Em 1964, fundou-se a tal polêmica Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), órgão normativo que tinha como objetivo criar e implementar a chamada "política nacional de bem-estar do menor", por meio de "diretrizes políticas e técnicas". As autoridades do governo buscaram junto à FUNABEM obter um resultado mais positivo e extraordinário, objetivando a assistência à infância, tendo como linha de ação a questão da internação e dos menores abandonados e carentes, priorizando principalmente os adolescentes infratores:

> Pela legislação que vigorou no Brasil de 1927 a 1990, o Código de Menores, particularmente em sua segunda versão, todas as crianças e jovens tidos como em perigo ou perigosos (por exemplo: abandonado, carente, infrator, apresentando conduta dita antissocial, deficiência ou doente, ocioso, perambulante) eram passíveis, em um momento ou outro, de serem enviados às instituições de recolhimento. Na prática isto significa que o Estado podia, através do Juiz de Menor, destituir determinados pais do pátrio-poder através da decretação de sentença de "situação irregular do menor". Sendo a "carência" uma das hipóteses de "situação irregular", podemos ter uma ideia do que isto podia representar em um país, onde já se estimou em 36 milhões o número de crianças pobres (ARANTES, 1999, p. 258).

O Código de Menores de 1927 e o Código de Menores de 1979 não obtiveram um avanço em seus instrumentos normativos, limitaram-se apenas a um grupo social de infância, os “menores” que estivessem em “situação de perigo moral ou material” ou em “situação irregular”, termos estes definidos em lei e tratados como uma “patologia social”. O art. 2º do Código de 1979, considerava em situação irregular a criança ou o adolescente:

> I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração pena (BRASIL, 1979, p. 04).

O Código de Menores (1979) não diferenciava crianças e adolescentes, todos eram agrupados sob a categoria “menor”, sendo que o menor não era definido como sujeito de direitos, não havia nesse caso deveres do Estado ou da sociedade, e nem penalidades previstas para quem cometia atos de violência contra crianças e adolescentes.

O discurso dos estudiosos contemporâneos, que abordam o tema referente à visão da assistência a crianças e adolescentes, trouxe grandes contribuições para o debate sobre o Código de Menores. Alguns doutrinadores afirmam que com o Código de Menores (1979) as crianças pobres passaram a ser denominadas “menores” e eram subdivididas em três categorias: os abandonados, para os que não tinham pais; moralmente abandonados, para os que eram oriundos de famílias que não tinham condições financeiras e ou morais; e delinquentes, para os que praticavam atos “criminosos” ou contravenções (BRITTO, 1929).

No campo jurídico, “delinquente” é aquele que infringe quaisquer normas e regras sancionadas por lei (MATOS, 1978). As causas da produção da delinquência destacam-se pela pobreza e pela violência que ocorre dentro do seio da família causas determinantes que propicia a exclusão social, quando se espera do poder público e da sociedade uma postura mais eficaz e com resultados positivos aos índices de violência juvenil. Ampliando ainda mais essa discussão, Adorno (1991, p.183-184) faz a seguinte abordagem:

> Nas instituições de bem-estar do “menor”, verifica-se um flagrante descompasso entre o discurso civilizatório, que supõe preparo das crianças e adolescentes à vida social na condição de cidadãos sujeitos de sua própria história, e o repertório de recomendações práticas e técnicas, que orienta o cotidiano dessas “estufas” para mudar pessoas, como bem nomeou Goffman, as instituições totais [...].

No século XX o crescimento da industrialização e a urbanização em paralelo com o fenômeno dos meios de comunicação, a má distribuição de renda e o acesso cada vez mais fácil às armas foram fatores que contribuíram para a piorar a situação social e o aumento do número de menores internados.

A história da instituição de crianças e adolescentes tomou outra direção na década de 1980. A cultura institucional vigente no país por tanto tempo começou a ser nitidamente questionada. Até esse momento, utilizava-se o termo “internato de

menores” para nomear as instituições que tinham a função de acolher de forma provisória ou permanente as crianças e adolescentes órfãos, carentes e delinquentes, com ideal de clausuramento. Como apontado, a política de segurança nacional empreendida no período de ditadura militar colocava a reclusão como medida repressiva a todo e qualquer sujeito. Se no nome e no texto as instituições voltavam-se para o “Bem-Estar do Menor”, na prática, e como mencionado, faziam o avesso daquilo que lhes estava recomendado: O Código de 1979 priorizava as instituições fechadas e ignorava um tratamento digno aos menores, no sentido em que a disciplina interna e a segurança externa eram os principais critérios de eficácia dos programas de assistência aos menores (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

O país almejava uma lei que garantisse o direito pleno da criança e adolescente.

4.2 A criação do ECA e as unidades socioeducativas: configuração da Unidade Socioeducativa em Boa Vista-RR

Após várias discussões e críticas por diversas correntes doutrinárias feitas aos Códigos de Menores de 1927 e de 1979, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal n° 8.069/90 (BRASIL, 1990), que visa romper com a visão “menorista” e preconiza que o atendimento deve ser voltado para toda criança ou adolescente independente da sua condição financeira, ética e social, caracterizando esses seres humanos como sujeitos de direitos.

Nos anos de 1980, com os movimentos não governamentais que denunciaram o tratamento brutal que o Estado oferecia às crianças e a total falência das instituições de internação e o extermínio de crianças e jovens, em 1987, com a Emenda Popular denominada Criança Prioridade Absoluta, proposta por organizações não governamentais, a Assembleia Nacional Constituinte promulgou um novo texto, doutrinário à Proteção Integral à criança e ao adolescente, encontrado no dispositivo do art. 227 da Constituição Federal do Brasil. Criado em 13 de julho de 1990, o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente baseia-se nos princípios da cidadania, do bem comum e da condição peculiar de pessoa, com diversos dispositivos inovadores, fundamentados na Política de Proteção Integral à

criança e ao adolescente. Com esse dispositivo legal o termo “menor” foi revogado, reconhecendo a criança e adolescente como sujeitos de direito amplamente definido no ECA (DIGIÀCOMO; DIGIÀCOMO, 2013).

O adolescente infrator perante a lei atual não é um criminoso e tampouco deveria passar e/ou ser tratado como tal. Segundo Trindade (1993), as civilizações antigas não usavam a expressão “delinquência juvenil”, o surgimento do termo se deu a partir de um paradigma jurídico-normativo. De acordo com Adorno (1993, p. 194):

> Não é uma trajetória biográfico típica que derive para delinquência, ao contrário do que apregoam certas tendências na literatura, inspiradas em teses criminológicas discutíveis, que elegem a desorganização familiar, a pobreza, a baixa escolaridade, a falta de profissionalização, a intermitência no trabalho com estímulo à construção de uma carreira no crime. De fato, a derivação para delinquência pode estar associada a tais situações, estar associada a algumas delas combinadas entre si, ou a nenhuma delas.

As punições impostas para as crianças e os adolescentes infratores passaram a ter o caráter educacional e de proteção, que ocorrem com as medidas protetivas e medidas socioeducativas. Levando em conta que a Doutrina da Proteção Integral pressupõe a participação proativa da criança e do adolescente na construção de sua vida, as medidas protetivas se destinam às crianças de até 12 anos de idade e são expostas no artigo 101 do ECA:

> Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio E acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; IX - colocação em família substituta (BRASIL, 1990, p. 57).

Verifica-se que, para os adolescentes, assim considerados os maiores de 12 anos até os 18 anos incompletos, tem-se a aplicação das chamadas medidas socioeducativas, ditadas no artigo 112 do Estatuto supramencionado. As medidas socioeducativas propostas pelo ECA são aplicadas pela autoridade judiciária ao adolescente que cometeu ato infracional. Embora possuam aspectos sancionatórios

e coercitivos, do ponto de vista da lei, não se trata de *penas* ou *castigos*, mas de oportunidades de inserção em processos educativos em consonância com o artigo 112 do ECA. As medidas socioeducativas que poderão ser aplicadas aos adolescentes são:

Quadro 4 - As medidas socioeducativas – ECA.

Art.115 Advertência	**Art.116 Obrigação de reparar o dano**	**Art.117 Prestação de serviços à comunidade**	**Arts.118 e 119 Liberdade assistida.**	**Art.120 Semiliberdade**
A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.	Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma que compense o prejuízo da vítima.	A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistências, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.	A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros.	O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.
Art. 121 a 123 Internação				
Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.	Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II-Por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III-Por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.	Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.		

Fonte: Produzido com base no Estatuto da Criança e Adolescente de 1990.

Após a sanção e promulgação do ECA, parte da sociedade civil que não concordava com o processo de desinternação de adolescentes considerados infratores, por meio de ação judicial, lutou pela construção de unidades de internação com as exigências das normas internacionais e nacionais relacionadas à Infância e Juventude. Mesmo se atendessem às exigências normativas, instituições de internação não deixariam de ser instituições totais, tal como são caracterizadas

por Goffman (2005), que defini as instituições como um local de resistência e trabalho, sendo que os indivíduos em situação de internação são separados da sociedade por um longo período de tempo, levando uma vida fechada e explicitamente administrada.

O autor aponta características de uma instituição total, sendo representada pelo isolamento, pelo processo de estigmatização, e um sistema de vigilância rigoroso, comum nos centros socioeducativos nos quais há internação de adolescentes. Ao adolescente que pratica ato infracional é aplicada uma sanção diversa da que é aplicada a um adulto que cometa o mesmo crime, visto que são eles inimputáveis, essa sanção vem prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente como medida socioeducativa, a qual visa a regeneração deste adolescente, tendo como objetivo o não cometimento de nenhum ato de infração. Com relação às unidades de atendimento à criança e ao adolescente, o ECA estabeleceu diferentes tipos de instituições:

Quadro 5 - As instituições de atendimento após o ECA.

ECA	INSTITUIÇÕES	ATENDIMENTO
Artigo 101 parágrafos único	Abrigo - Refere-se à entidade que desenvolve programa específico de proteção especial de abrigo na modalidade de acolhimento institucional.	Crianças e adolescentes órfãos ou em situação de abandono familiar.
Artigo 101, parágrafos I a VI, Artigo 129, I	Instituições governamentais (CREAs[5], CRAs[6], abrigos, casas mães, etc.) e não governamentais (igrejas, fundações, etc.).	Crianças e adolescentes em situação de risco.
Artigos 112, 120 (Regime semiliberdade)	Centro socioeducativo de semiliberdade (recebem MSE com possibilidade de atividade externa).	Adolescentes que tenham praticado ato infracional grave
Artigos 112, 122 a 125 (Regime Fechado)	Unidade de Internação (recebem MSE sem possibilidade de atividade externa).	Adolescentes que tenham praticado ato infracional mediante a grave ameaça ou violência à pessoa e reiteração de outros atos de infrações.

Fonte: Produzido com base no BRASIL (1990) e SINASE (2006).

[5] Centro Especializado de Assistência Social.
[6] Centro de Referência de Assistência Social.

Muitas são as discussões a respeito da ambiguidade da natureza da medida socioeducativa de internação, pelo seu caráter de repressão ou socioeducativo. Não podemos ignorar que a internação se refere um modelo altamente repressivo no tratamento do adolescente em conflito com a lei, nesse contexto, a pesquisa da UNESCO, feita no Rio de Janeiro e em Pernambuco pela pesquisadora Assis (1999), destaca que:

> A relação dos internos com os agentes responsáveis pela segurança é pautada pela distância, desconfiança e agressividade mútua. Os internos carregam o estigma de delinquentes mesmo dentro da instituição que supostamente teria o papel de responsabilizá-los (ASSIS, 1999, p.44).

As instituições socioeducativas em geral produzem uma cadeia de evento contrário ao seu papel de ressocialização, o rótulo que cada adolescente recebe na sua entrada ao ser intitulado “adolescente infrator”, o tratamento perverso do trancamento em cela como “mecanismo de adaptação”, as normas e regras da instituição, o distanciamento de suas famílias, que só podem visitá-los após um cadastro, e que a visita ocorre apenas uma vez por semana. O primeiro contato junto a instituição para o adolescente autores de ato infracional é um baque não apenas a ele, mas a família que sente o sentimento de perca, de impotência e medo da instituição em que seu filho passa a conviver[7].

O Estado de Roraima possui duas unidades socioeducativa, ambas criadas em 2015, após a desativação da antiga, que era localizada na periferia do município. Dos 15 municípios, apenas 07 (sete) dispõem de comarcas na área da infância e adolescência, que, por sua vez, fazem os primeiros atendimentos aos adolescentes autores de atos infracionais, sendo encaminhados todos para o município de Boa Vista para o cumprimento de suas medidas socioeducativas.

O ECA estabeleceu diversos dispositivos para adolescente que for autor de ato infracional, em caso de flagrante do ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada do Juiz da Infância e da Juventude será privado de sua liberdade, no qual o juiz avaliará a gravidade e a repercussão social do ato.

Para Goffman (2005), existe instituição total que pode agir com força boa ou má junto à sociedade civil, e que provavelmente a força sempre estará presente, certamente as instituições totais enfrentarão resistência. No momento que as

[7] Aspectos que observei durante o período da atuação como professora na unidade.

instituições exercem suas funções reguladoras no sentido de acolher sujeitos internados ou em situação semelhante, em que o indivíduo é separado de seus familiares, e ficam privados de sua liberdade, enclausurados

O sociólogo afirma:

> A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. Há também outros motivos que suscitam nosso interesse por esses estabelecimentos. Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu (GOFFMAN, 2005, p.22).

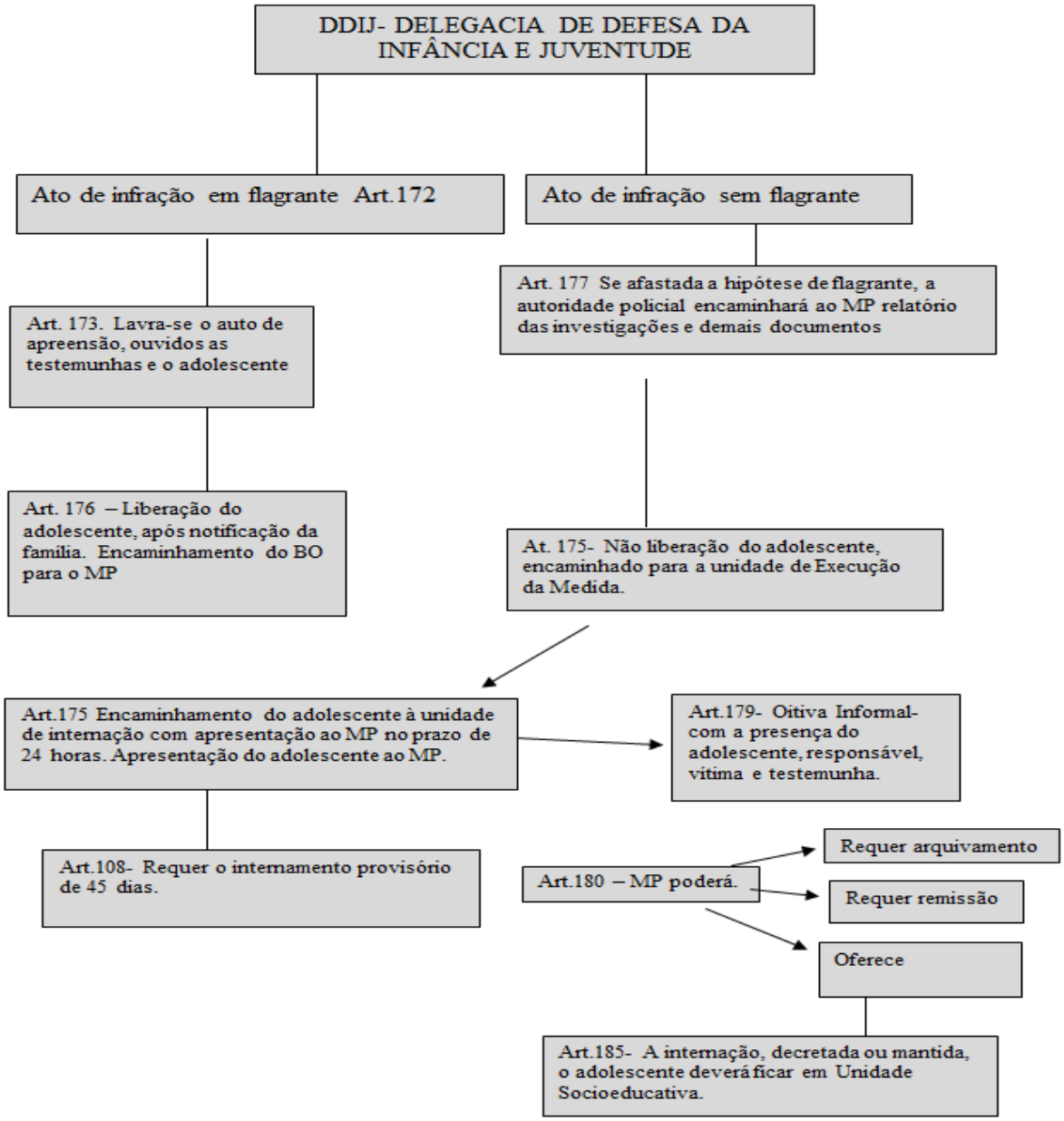
As instituições socioeducativas comumente reproduzem o que Goffman (2005) definir como totais, e que a heterogeneidade dos internos não impede organização formal, que é marcada pela submissão, obediência, isolamento, que por sua vez transcorre na e transformação do indivíduo institucionalizado.

A medida de internação é a mais grave das medidas, por ser privativa de liberdade, o que faz dela uma medida excepcional, tendo restrições em sua aplicação. Ela só pode ser aplicada quando o ato infracional for uma conduta descrita como crime ou contravenção penal, conforme Art. 103 do ECA, e tratar-se de “ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa” ou “por reiteração no cometimento de outras infrações graves” ou ainda “por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, assim dispõe o Art.122 (BRASIL, 1990).

No geral os adolescentes que são autores de atos infracionais no interior do Estado são recolhidos por uma autoridade policial e encaminhados para a Delegacia de Defesa da Infância e da Juventude de Boa Vista- DDIJ/RR, conforme a gravidade do ato infracional, são levados para o CSE e ficam internados na provisória (45 dias), aguardando a audiência e decisão do juiz.

Nesse contexto a real finalidade da internação seria: garantir a segurança pessoal do adolescente ou manter a ordem pública. Na tentativa de compreender como o sistema funciona para a institucionalização de adolescentes autores de ato infracional do novo Centro Socioeducativa, vejamos o fluxograma para aplicação de medida de internação:

Figura 1 - Processo de internação de adolescente autor de ato infracional em conformidade com o ECA. (Fluxograma):



Fonte: Elaborado com base no ECA (1990) e Regimento Interno-CSE atualizado em 2013.

A internação de adolescentes autores de atos infracionais envolve vários órgãos do Estado e do Poder Judiciário, conforme se observa no fluxograma acima, o que prescreve a seção V do artigo 171 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Cabe à Delegacia da Infância e Juventude apreender o adolescente, lavrar o boletim de ocorrência e entrar em contato com os responsáveis, além de solicitar exame de perícia e apreensão dos instrumentos utilizados no cometimento da infração.

É certo que, na lei, as instituições socioeducativas têm um caráter de ressocialização e proteção, todavia, e como é notório, há lacunas entre o que está previsto e prescrito na lei e o que efetivamente ocorre na prática. Sabemos que a lei não impede que essas instituições se tornem menos punitivas que uma prisão, quando, por exemplo, consideramos que adolescentes infratores se encontram privados de liberdade em celas que têm menos de 07 (sete) metros quadrados. Estudo feito pela Secretaria de Controle Interno (2012) aponta um cenário crítico nas unidades de internação: no Ceará, as Unidades de Internação Provisória encontram-se com 133% a mais da sua capacidade de acolhimento, dados semelhantes nos estados de Pernambuco e Paraná. As visitas realizadas pela equipe da Secretaria às Unidades Socioeducativas de Internação nos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pernambuco, Roraima e Rio de Janeiro relatam as deficiências de suas estruturas, superlotação e elevada rotatividade de agentes socioeducadores.

Tabela 2 - Número de adolescentes no Sistema Socioeducativo no Brasil.

TIPO DE ATENDIMENTO	Nº DE ADOLESCENTES (2010)	Nº DE ADOLESCENTES (2014)	INDÍCE DE AUMENTO DE ATENDIMENTO
Internação Provisória	3.934	5.553	41%
Internação	12.041	16.902	40%
Semiliberdade	1.728	2.173	26%
TOTAL	**17.703**	**24.608**	

Fonte: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2017.

Conforme dados do SINASE (2006), as unidades de internação constam com déficit de vagas. A série histórica de restrição e privação de liberdade indica um aumento constante e regular entre os anos de 2010 a 2014, destaca-se, ainda, o significativo número de internação, representando cerca de 40%, esse número dobra se se acrescentar o número de internações provisórias (BRASIL, 2017).

Os números de internação em Roraima também apresentam esse crescimento, no período da pesquisa de campo recebi da secretaria da Unidade a relação de mais de 90 internos, excluindo as adolescentes femininas, que não me foram contabilizadas.

Mais uma vez: o modelo das instituições de recuperação a adolescentes poderia ser comparado a uma prisão. Segundo Bitencourt:

> A prisão, como sua disciplina necessária, mas nem sempre bem empregada, cria uma delinquência capaz e profundar no recluso suas tendências criminosas. Sob o ponto de vista social, a vida que se desenvolve em uma instituição total facilita a aparição de uma consciência coletiva que, no caso da prisão, supõe a estruturação do amadurecimento criminoso (BITENCOURT, 2012, p. 159).

Na obra de Foucault (1999) observa-se um interesse do teórico sobre as prisões, entre os inúmeros danos causados aos adultos e adolescentes que passam pelas instituições prisionais totais está a reincidência da prática de atos delituosos. Ele conclui ainda que:

> A prisão não pode deixar de fabricar delinquentes. Fabrica-os pelo tipo de existência que faz os detentos levarem: que fiquem isolados nas celas, ou que lhes seja imposto um trabalho inútil, para o qual não encontrarão utilidade, é de qualquer maneira não “pensar no homem em sociedade; é criar uma existência contra a natureza inútil e perigosa”; queremos que a prisão eduque os detentos, mas um sistema de educação que se dirige ao homem pode ter razoavelmente como objetivo agir contra o desejo da natureza? A prisão fabrica também delinquentes impondo aos detentos limitações violentas; ela se destina a aplicar as leis, e a ensinar o respeito por elas; ora, todo o seu funcionamento se desenrola no sentido do abuso de poder (FOUCAULT, 1999, p.293).

Se a prisão reproduz criminalidade pelo tipo de existência que faz aos detentos, como afirma Foucault (1999), pode-se considerar que as unidades socioeducativas não diferem desse modelo de “fábrica”, que ignora o adolescente, sua especificidade, sua fragilidade social, sua família, sua história de vida.

As instituições de atendimento aos jovens infratores em geral mantêm um padrão de presídio, há grades separando as alas, dormitórios são celas, alguns possuem banheiros que seriam para coletividade, outras unidades não existe banheiro, ou são inutilizáveis. Apesar disso, a SINASE defende a ressocialização de jovens infratores em “Instituições Socioeducativas”. Mesmo aquelas que são consideradas “modelo padrão de referência” constitui, em sua estrutura física, um modelo prisional, as condições das instituições de atendimento aos jovens infratores se comparam aos presídios brasileiros. Por exemplo, no CSE/RR – foi considerado um Centro de Referência pelo CNJ- Conselho Nacional de Justiça-CNJ em 2010 – seu modelo de atendimento destacava-se pela sua arquitetura, os adolescentes ficavam em casas, cujas regras variavam de uma para outra, embora ficassem no mesmo complexo, não excluíram os muros altos com arames, policiamento

ostensivo que impossibilitava qualquer contato com o mundo fora da instituição e as grades que cada casa possuía.

Sobre cárcere, Carvalho destacou:

> O cárcere é uma instituição totalitária, que, com o passar do tempo, deforma a pessoa e acentua seus desvios morais. Os Códigos costumam assegurar aos presos direitos que não são inerentes à perda da liberdade, mas eles vivem no mundo em que desaparecem os valores que existiam em seu meio, desde a opção sexual até qualquer outra iniciativa pessoa que não se enquadre nos estreitíssimos limites de um regulamento que tem por objetivo castrar, inibir. A condição de encarceramento pode até ser melhorada; mas, na essência, a prisão continuará a mesma, um atentado à condição humana (CARVALHO, 2002, p.68).

Se a prisão reforça os valores negativos do condenado, como ficariam os valores de um adolescente que ainda está em processo de construção?

Os Centros Socioeducativos de Internação são entendidos, no campo político-social e jurídico, como medidas recuperativas dos adolescentes que cometeram delitos de natureza grave, no entanto, é possível considerar que eles só alcançariam sua real finalidade quando a medida aplicada garantisse ao adolescente em cumprimento de medida um projeto de vida que o libertasse do mundo do crime e da marginalização, por meio de sua reinserção social, familiar e comunitária.

4.3 A primeira unidade socioeducativa em Roraima: Violência institucional no sistema socioeducativo

Após a promulgação da Lei 8.069/90, a sociedade civil roraimense, por meio do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, lutou para a criação e implantação imediata do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima – CEDCAR, que, por sua vez, iniciou um trabalho de criação, implantação dos Conselhos Municipais e Tutelares em todos os Municípios do Estado, o que se concretizou positivamente. Nesse processo ocorreram inúmeras oficinas, palestras, seminários, encontros, reuniões e rodas de conversas para conceber uma forma de sensibilizar a sociedade e as autoridades constituídas para um novo olhar da política de atendimento à criança e ao adolescente no Estado de Roraima. Desta forma, o CEDCAR – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima iniciou um longo e duradouro Programa de Operacionalização do ECA (RODRIGUES, 2002).

Antes da criação da Unidade Socioeducativa- CSE, os adolescentes autores de ato infracional que recebiam medida socioeducativa de internação acabavam cumprindo a medida em delegacias regionais. Não existia no Estado de Roraima nenhuma Unidade Socioeducativa nos moldes previsto pelo ECA entre 1990 e 1996, nesse período não se registravam crianças e adolescentes de rua e o termo “galeras” ainda era desconhecido pela população, surgindo de forma expressiva somente em 2000 (RODRIGUES, 2012). Segundo Dubet (1987) a terminologia “galera”, seria uma “experiência de vida”, uma manifestação da dominação, uma experiência de sobrevivência definida pela concentração de forças de exclusão. Andrade (2007) destaca que as galeras e as gangues são formadas por grupos de amigos do bairro, da rua e escola. O grupo quer curtir, ir à festa, ouvir música, consumir drogas, e seus membros em geral buscam a integração por meio da proteção e pelas atividades ilícitas.

Os problemas relacionados à prática de ato infracional geraram um movimento na sociedade civil, que, por meio de uma ação judicial, cobrava a construção de uma unidade de internação que atendesse às normas internacionais e nacionais relacionadas à Infância e Juventude. Diante das pressões da sociedade e entidades governamentais, o governador do Estado de Roraima inaugurou, em 23 de agosto de 1996, o CSE- Centro Socioeducativo. O Regimento Interno – aprovado em fevereiro de 1999 da Unidade de Internação – do Centro Socioeducativo dispõe:

> O adolescente autor de ato infracional de natureza grave passou a ter atenção especial do governo de Roraima com a instalação do CSE (Centro Socioeducativo). Este centro tem capacidade para atender 88 adolescentes – de 12 a 18 anos – com desvio de conduta, distribuído em quatro unidades, objetivando a recondução do adolescente ao convívio familiar e à sociedade em condição normal. A obra física de arquitetura avançada é um centro de referência na América Latina. O Centro Socioeducativo é um exemplo de articulação entre as Secretarias de Estado, sendo administrado pelo SETRABES (Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social). O CSE conta com a participação direta das Secretarias de Educação e de Saúde e da Polícia Militar. Nas atividades profissionalizantes, a parceria é com o SESI, SESC, o SENAI e outras instituições privadas. Em torno de 50 profissionais estão diretamente envolvidos nas atividades pedagógicas, educativas e socioculturais. Além do trabalho interno, os técnicos do CSE vão desenvolver atividades junto às famílias dos adolescentes. Participam do Sistema de Administração da Justiça Juvenil: Juizado, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Delegacia de Proteção à Infância e à Juventude e Polícia Militar. A arquitetura moderna do CSE muda o conceito de penitenciária juvenil. Não tem muralhas, cadeados e arames. Nada foi esquecido. A estrutura garante tratamento adequado aos adolescentes nas medidas socioeducativas de privação de liberdade. O Setor Masculino tem três casas. A primeira de *Internação sem Possibilidade de Atividade Externa,* tem capacidade para 16 adolescentes. Aí ficam os autores de atos

> de maior gravidade, sem possibilidade de atividade externa. A segunda casa de *Internação com Possibilidade de Atividade Externa,* tem capacidade para 30 adolescentes. Abriga os adolescentes que já superaram o primeiro estágio e os autores de infrações de menor gravidade. A terceira de *Semiliberdade,* tem capacidade para 26 adolescentes. A clientela é de autores de atos infracionais graves com possibilidade de receber o tratamento passando a maior parte do dia na sociedade (RORAIMA, REGIMENTO INTERNO, 2013, p. 1-2).

O Centro criado em 1993, tinha como proposta atender os 15 municípios do Estado e ser gerenciado pela Secretaria Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES). O primeiro prédio do CSE, localizado no Bairro Asa Branca, atendia os adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas restritivas de liberdade (Semiliberdade) e privativas de liberdade (Internação com possibilidade de Atividade Externa e Internação sem Possibilidade de Atividade Externa). O prédio tinha uma pequena semelhança com a CASE/PE, dividindo-se por “casas”: A “Casa Azul”, destinada aos que cumpriam medidas de internação sem possibilidade de atividade externa; “Casa Verde” para aqueles que podiam realizar atividade externa; “Casa Salmon” para os que cumpriam medidas de semiliberdade e a “Casa Rosa”, que atendia internos sem e com possibilidade de atividade externa do sexo feminino.

O atendimento do CSE/RR contabilizava, em 2013, uma média de 20 a 50 adolescentes institucionalizados durante o mês, com uma rotatividade permanente de entrada e saída de adolescentes autores de atos infracionais. A unidade atendia adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas restritivas de liberdade: os de semiliberdade e os de internação: com possibilidade de atividade externa e sem possibilidade de atividade externa.

Figura 2 - Casa Salmon e Casa Azul- locais de cumprimento de medidas socioeducativa: Primeiro CSE.



Fonte: Imagem do primeiro CSE, outubro de 2012.

As casas eram espaços ocupados pelos adolescentes que recebiam alguma medida: sentenciados, provisórios ou de semiliberdade. Já na Casa Samon, que era para as adolescentes femininas, não havia distinção de medida, ou seja, ficavam juntas as adolescentes com medida de internação, semiliberdade ou provisória.

A antiga unidade por vários anos atendia um quantitativo significativo de adolescentes, acima de sua capacidade. Algumas casas ficavam lotadas com adolescentes tendo que dormir no chão, em situação de insalubridade e precariedade (sem energia, sem água, banheiro danifica, etc.), tal realidade foi motivo de diversas críticas ao CSE/RR, junto aos órgãos públicos (Ministério Público, OAB, etc.). Além do péssimo tratamento oferecido aos internos, a unidade recebia de forma irregular os adolescentes com medida de semiliberdade, que deveriam ter um espaço diferenciado, considerando que os adolescentes com medida de semiliberdade deveriam retornar à unidade apenas para dormir, e durante o dia ficar na companhia da família. Fato que não ocorria, gerando conflitos entre os internos e constantes fugas.

O relatório apresentado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em 2015, afirmava que as instituições socioeducativas, inclusive de Roraima, não cumpriam com as normas e regras previstas pelo ECA, como instituições socioeducativas a sua finalidade não pode ser ignorada, a de ressocializar e reintegrar nossos adolescentes ao convívio da sociedade. Apesar da instituição CSE/RR não ter registrado uma superlotação no período da inspeção do Relatório da Infância e Juventude (2013) feito pelo - Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, outros aspectos negativos foram citados no relatório.

Segundo Frasseto (2006), as instituições do Estados do Piauí, Sergipe, e entre elas, o CSE de Roraima apresentaram uma situação mais crítica, com a sua falta de higiene, conservação, iluminação e ventilação inadequadas, além de ser considerada totalmente insalubre. Em 2006, os membros dos Conselhos Federal de Psicologia e da Ordem dos Advogados do Brasil- OAB realizaram várias visitas simultâneas em 22 estados e no Distrito Federal, a visita no CSE/RR foi realizada pelo Conselho Regional de Psicologia- CRP em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da OAB, mesmo não conseguindo ter um relato por parte dos adolescentes internos, devido à presença do diretor (que impediu que os adolescentes relatassem seus problemas, o que, por si só, prejudicou a visita) e apesar de os técnicos da unidade socioeducativa relatarem que havia atividades recreativas na instituição, no momento da visita observou-se que os adolescentes estavam ociosos em suas celas. Foi observado que os alojamentos não apresentavam condições de higiene e que os adolescentes dormiam no chão, os banheiros não tinham vaso sanitário, a água era liberada a cada duas horas, todas as portas possuíam cadeados, e nessa visita se percebeu que a unidade tinha uma área de isolamento.

O primeiro Centro Socioeducativo foi criado para atender 88 adolescentes, entre 12 a 18 anos, com desvio de conduta, distribuídos em quatro unidades, ou melhor, em quatro “casas”. A instituição tinha como finalidade possibilitar uma prática educativa de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, objetivando a recondução do reeducando ao convívio familiar e à sociedade em condição considerada normal. O CSE possui uma série de instrumentais exigidos pela legislação nacional, tais como o PPP, Regimento Interno e normas de segurança, que deveriam regular sua rotina e orientar sua prática pedagógica. Entretanto, a realidade encontrada na unidade era completamente diferente da

registrada em seus documentos, sendo instaurado na unidade um contexto de violência, inclusive com prática de tortura, de forma sistemática e generalizada (PEDROSO; GIVISIEZ, 2016).

Em 2012, o Governo do Estado iniciou a construção de uma nova unidade socioeducativa. Como ela faz parte do campo desta pesquisa, e tendo em vista que conhecê-la fez parte dos procedimentos deste estudo, ela será apresentada no próximo capítulo.

5. PERCURSO DA PESQUISA

5.1. Escolha do campo

Este capítulo de natureza metodológica se propõe a apresentar os caminhos percorridos por esta pesquisa, as histórias e memórias dos internos, destacando o processo para realizar a pesquisa. A pesquisa de campo iniciou-se nos meses de novembro e dezembro de 2016 com visitas às unidades socioeducativas no município de Boa Vista, visitei primeiramente a unidade da região urbana, depois a da zona rural, na qual escolhi realizar o campo. A unidade urbana atende hoje apenas os adolescentes com medidas de semiliberdade, que durante o horário noturno precisam estarem dentro da unidade, e no horário diurno podem fazer suas outras atividades (estudar, trabalhar e/ou ficar com a família), já a unidade que fica na área rural atende adolescentes com medida de internação sem possibilidade para atividades externas.

5.2. Algumas considerações sobre novo CSE

Em 2012 o governo do Estado iniciou a construção de uma nova unidade socioeducativa, com previsão de funcionamento no primeiro semestre de 2013, com uma área de 4 mil metros quadrados. Todavia, ela foi inaugurada somente no segundo semestre de 2015, com investimento de R$ 8,4 milhões do Fundo de Participação dos Estados e de convênios[8] de algumas secretarias e ministério. A unidade tem a capacidade para atender cerca de 70 adolescentes, todavia, contava no período das entrevistas com 93 internos, um quantitativo superior à sua capacidade. O atual CSE foi construído na zona rural. Ele possui sete blocos distintos, com estacionamento, posto para a Polícia Militar, um auditório para 144 pessoas, quadra poliesportiva coberta. Os blocos são assim distribuídos e teriam inicialmente a seguinte destinação:

[8] Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Social– SETRABES e o Ministério da Justiça- MJ.

O Bloco 1 é destinado à sede administrativa e aos serviços de saúde com consultório médico, odontológico, duas salas de observação, banheiro, sala de reunião e a sala de curativo, coleta e vacina.

O Bloco 2 concentra a ala feminina, com capacidade para atender até 10 adolescentes. Ficando isolado das alas masculinas, possuindo uma sala para monitores, sala de atendimento, sala de recreação com TV e jogos, além dos dormitórios, banheiros e lavanderia. O bloco é adaptado também a casos especiais para atender a pessoas com deficiência física e adolescentes com recém-nascidos ou bebês em processo de amamentação.

O Bloco 3 é destinado ao espaço Ecumênico, onde são realizados cultos e atividades coletivas de convivência. O espaço fica localizado entre as alas masculina e feminina e dá acesso também ao refeitório.

No Bloco 4 há a ala masculina, com estrutura similar à da Ala Feminina, distribuída em dois módulos, com capacidade total para atender até 30 adolescentes.

O Bloco 5 é destinado à direção pedagógica, com duas oficinas, um depósito, duas salas de aula, uma biblioteca com sala de leitura, sala para a direção pedagógica, sala de informática, de professores, banheiros, sala de avaliação física e um depósito para materiais didáticos e esportivos.

O Bloco 6 compreende uma área coberta de 278 metros quadrados que inclui uma cozinha industrial, um refeitório, a sala de nutricionista, despensa para mantimentos, duas câmaras frias, sanitários de serviço e lixo.

O Centro atende os adolescentes autores de atos infracionais femininos e masculinos. Tendo sua equipe composta por pelo menos três miniequipes, são elas: a equipe técnica, a pedagógica, a de plantão dos socioeducadores e outras. A equipe técnica é composta por psicólogo, assistente social, médico e enfermeiros. Ela é responsável pelo acompanhamento e estruturação da vida cotidiana do adolescente dentro da instituição, bem como recebe a documentação de cada um deles e a organiza em prontuários individuais. A equipe pedagógica é composta, em média, por onze professores, que trabalham na Educação Básica no ensino Regular e EJA, no período da manhã e tarde.

O ambiente escolar segue um padrão de funcionamento, no período da manhã estudam apenas os adolescentes com medida de internação e no período da tarde os com medidas provisórias de 45 dias. Os horários são menores em relação

às escolas fora da unidade. Os alunos são liberados para estudar durante a manhã às 08:00, e concluem as atividades às 11:00, com um intervalo para o lanche de 15 minutos, e durante a tarde as aulas iniciam às 14:00 e concluem às 17:00, também com um intervalo de 15 minutos para o lanche.

Figura 3 - Escola e atividade esportiva que ocorrem na unidade.



Fonte: Imagens dos espaços dentro do CSE usados pelos adolescentes no período escolar.

A prática de esportes ocorre depois das aulas, os que estão com alguma restrição indisciplinar pela comissão interna não podem praticar esporte, ou quando o quadro de funcionários não for escasso para a fiscalização dos internos, caso contrário a atividade esportiva fica suspensa. Isso também ocorre na questão da liberação para a escola, nesse caso apenas alguns são liberados, aqueles que estão com restrição para realizar atividades socioeducativas ficam trancados por dias ou semanas sem aulas.

Os adolescentes com medida de semiliberdade desde o primeiro semestre de 2016 foram transferidos para uma unidade na zona urbana da cidade. As medidas socioeducativas de internação tentam, em tese, propiciar aos adolescentes um distanciamento da violência na qual viviam, o controle da instituição com suas normas e regras, com privação de sua liberdade, isolamento da família que, como mencionado, são autorizadas a visitá-los aos domingos.

Para Foucault (1999), existe o que ele chama de “obviedade” da prisão, a qual se fundamenta em primeiro lugar na forma simples da “privação de liberdade”. É fato que as instituições socioeducativas que possuem um sistema de medida de internação reproduzem um modelo de encarceramento de adolescentes e que o encarceramento pressupõe formalmente um modelo de ressocialização ou seria de controle? Questões como essa são pontos com os quais dialogarei neste estudo. O sistema de internação com privação de liberdade estimula nos estudiosos da área uma série de discussões sobre sua eficácia, considerando os elementos implicadores de violências, rebeliões e mortes dentro das instituições, as quais possuem a responsabilidade de tutelar.

O número de adolescentes e jovens apreendidos em Roraima disparou nos primeiros cinco meses de 2016 em comparação com o ano passado, saltando de 367 casos em 2015 para 2.540, um aumento de mais de 590%. Os dados apresentados pela Secretaria de Segurança Pública-SSP (2017), mostram que crianças e adolescentes envolvidos em roubos e furtos é uma realidade cada vez mais comum na região.

Como a presente pesquisa versa sobre adolescentes internos, procurei observar o dia a dia deles dentro da instituição e os ambientes de convivência. Buscar conhecer *in loco* essa estrutura dos atendimentos dos internos só foi possível no mês de março, após autorização do Diretor do CSE e com acompanhamento de um socioeducador, tive a possibilidade de visitar todos os espaços da unidade.

A excursão feita dentro do Centro foi curta e marcante, os poucos internos que estavam fora das alas, encontravam-se na quadra. Ao me aproximar das alas, os adolescentes eram orientandos a sair de perto das portas e janelas. O espaço físico que estava, apresentava a seguinte estrutura:

- Prédio A - possui as alas A1 e A2, que abrigam adolescentes provisórios tendo 08 camas de cimento em cada ala.
- Prédio B - possui as alas B1 e B2 que abrigam os adolescentes sentenciados, tendo 20 camas de cimento em cala ala.
- Prédio C - possui a ala C1, que abriga adolescentes femininas na provisória e possui apenas 02 (duas) camas de cimento, e a C2, que abriga adolescentes femininas sentenciadas e possui 11 (onze) camas de cimento.
- O prédio D tem uma cama em cada ala, e deveria ser a ala para visita íntima, mas funciona como espaço de isolamento.

No período da pesquisa de campo, ocorreu uma restrição, meu acesso era apenas à sala da administração e da assistente social, onde realizei os encontros com adolescentes, e do lado de fora da porta ficava sempre um funcionário vigiando. Na ocasião, os adolescentes saiam apenas em caso excepcional (em caso de doença, para atendimento com o enfermeiro de plantão, audiência no juizado, reunião com a comissão disciplinar, para aula conforme seu horário e uma vez para o esporte.) de suas celas. No período da pesquisa o silêncio era quebrado com alguns gritos que vinham das outras celas. As quadras e o refeitório de alimentação sempre estavam vazios, não encontrei nenhum adolescente circulando na unidade, apenas algumas mãos que se agitavam entre as grades.

Além dos prédios que abrigam os adolescentes, a instituição possui um auditório que nunca foi usado, refeitório que não atende à destinação inicialmente proposta pela instituição: os adolescentes fazem suas refeições na cela.

Os blocos são compostos por celas que têm em média de 06 a 04 camas de pedra, um vaso sanitário no chão e um chuveiro. A iluminação durante o dia chega na cela pelas grades das janelas, as portas são de ferro e possuem cadeados. As camas possuem um colchão fino, sem travesseiro e lençol, apenas uma capa de plástico. As roupas são lavadas nas celas e secam entre os ferros das janelas. Cada bloco possui uma televisão que fica perdurada no meio do bloco.

O prédio da administração possui várias salas, seguindo o dispositivo de seu regimento interno[9]. Os blocos que abrigam os internos possuem uma vigilância constante e permanente, com cadeados nas portas, grades e camas de pedra, vejamos essas fotos:

[9] Art.10 A Unidade de Atendimento Socioeducativo C.S.E. e compõe administrativamente da seguinte forma: I – Gerência de Unidade; II – Gerência de Núcleo Administrativo; III – Gerência de Núcleo Técnico (a) Assistente Social, (b) Psicólogo; IV – Gerência de Núcleo Pedagógico, Pedagogo V – Gerência de Núcleo Logístico e Abastecimento; VI – Coordenador de plantão; VII – Agente sócio orientador; VIII – Agente sócio instrutor.

Figura 4 - Dentro das alas.

Figura 5 - Entrada do prédio





Fonte: Imagens do CSE na zona rural, tiradas pela pesquisadora em fevereiro de 2017.

Minha permanência na instituição foi tensa, pela constante vigilância, em conseguir a confiança com os entrevistados; no momento das entrevistas, se percebia uma tensão diante do socioeducador, que ficava do outro lado da porta.

O gerente da unidade permitiu o meu acesso às celas e a todas as alas, sempre acompanhada de um funcionário da instituição. Minha tentativa de encontrar uma forma de observar as rotinas dos internos fracassou, de dezembro a fevereiro os adolescentes ficavam “trancados”, os poucos funcionários que circulavam na instituição eram da administração e os socioeducadores permaneciam no refeitório e vigiando as alas. Eu pleiteava encontrar os adolescentes em um segundo momento fora das celas, mas os encontros ocorreram em uma sala fechada, vigiada pelo lado de fora por um socioeducador.

Os adolescentes permaneceram durante a pesquisa nesse bloco da foto abaixo:

Figura 6- Bloco “B” dividido por duas alas B1 e B2.



Fonte: Imagens do CSE na zona rural, tiradas pela pesquisadora em fevereiro de 2017, no período das visitas.

O Relatório de Missão a Unidades de Privação de Liberdade no Estado de Roraima 2017, elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República-SDH e coordenado pelo Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura-MNPCT (BRASIL/SDH, 2017), apresenta uma crítica à nova Unidade Socioeducativa de Roraima, comparando-a a uma antessala da Penitenciária Agrícola de RR:

> Inicialmente, a unidade fica muito distante do centro de Boa Vista e não está integrada à comunidade, sendo o transporte público até o local precário. Consequentemente, tanto os funcionários quanto os visitantes têm dificuldades para acessar a unidade. Ademais, o CSE foi construído em local próximo a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. No imaginário dos próprios adolescentes e dos funcionários, o CSE parece ser uma espécie de “antessala de Monte Cristo” (PEDROSO, 2017, p.84).

O relatório detalha alguns aspectos intrigantes, a questão da localização e estrutura física, afirmando ser semelhante a um presídio, com grandes muros, torre de observação e arame farpado, um local com características que remetem à produção da violência, seja pelo castigo, isolamento ou pelo tratamento indigno que os internos recebem dentro da instituição. A prática da violência inicia fora do muro e

continua dentro dele, por meio dos conflitos entre os internos e servidores, e a própria estrutura de atendimento, que na maioria das vezes é desumana.

As instituições para adolescentes autores de atos infracionais têm sido transformadas nas formas de controle e punição. No Brasil, registra-se, quase que diariamente, acontecimentos dentro de instituições de Atendimento Socioeducativo, casos de violência interna, rebeliões, homicídios e muitos outros incidentes. Conforme algumas matérias nas redes de comunicação local, o CSE-RR vem nos últimos dois anos registrando várias ocorrências de violência dentro da instituição. Segundo a da Folha de Boa Vista[10]:

> "A tarde de ontem, 06/11, foi marcada por uma rebelião no Centro Socioeducativo (CSE). O conflito iniciou pela manhã, segundo um servidor que não terá o nome revelado nesta reportagem, os adolescentes teriam quebrado a entrada de um dos blocos, destruído os cadeados, e feito dois agentes sócio orientadores de reféns. A situação só foi controlada por volta das 20h de ontem com a chegada do Batalhão de Operações Especiais da Força Tática da Policia Militar (BOPE), Força Nacional.
> "Tomaram as chaves, abriram o bloco B-2 e saíram armados com barras de ferros e daí foi preciso chamar a polícia, pois eles estavam ameaçando funcionários e também outros internos de morte. Hoje eles [adolescentes] estão divididos em duas facções Primeiro Comando da Capital (PCC)[11] e Comando Vermelho (CV)[12]. O pessoal do PCC quer matar os internos do Comando Vermelho, e isso pode piorar, pois somos dez funcionários para 110 adolescentes", revelou o servidor, ao reafirmar que no momento a sensação é de insegurança".

Enfim, uma juventude convertida em uma imagem negativa e problemática, que pratica furtos, rouba, mata, trafica e se envolve com grupos criminosos. Casos como esse são registrados constantemente pelos meios de comunicação, e pouco se sabe o que ocorre de fato dentro dos centros que têm a responsabilidade de garantir a integridade física, moral e psíquica desses jovens institucionalizados. No dia 02.11.2017 no jornal Folha de Boa Vista, a matéria foi publicada "Adolescentes são torturados no CSE, dizem familiares", cuja reportagem foi de João Barros[13]:

---

[10] **Fonte:** disponível: http://www.folhabv.com.br/noticia/Menores-fazem-rebeliao-e-dois-agentes-sao-feitos-de-refens--veja-galeria----/33852 acesso: 20.11.2017.

[11] Uma organização criminosa do Brasil, que tem sua atuação principalmente em São Paulo, o grupo comanda de rebeliões, assaltos, sequestros, narcotráficos e etc. Sua origem se eu em 1993.

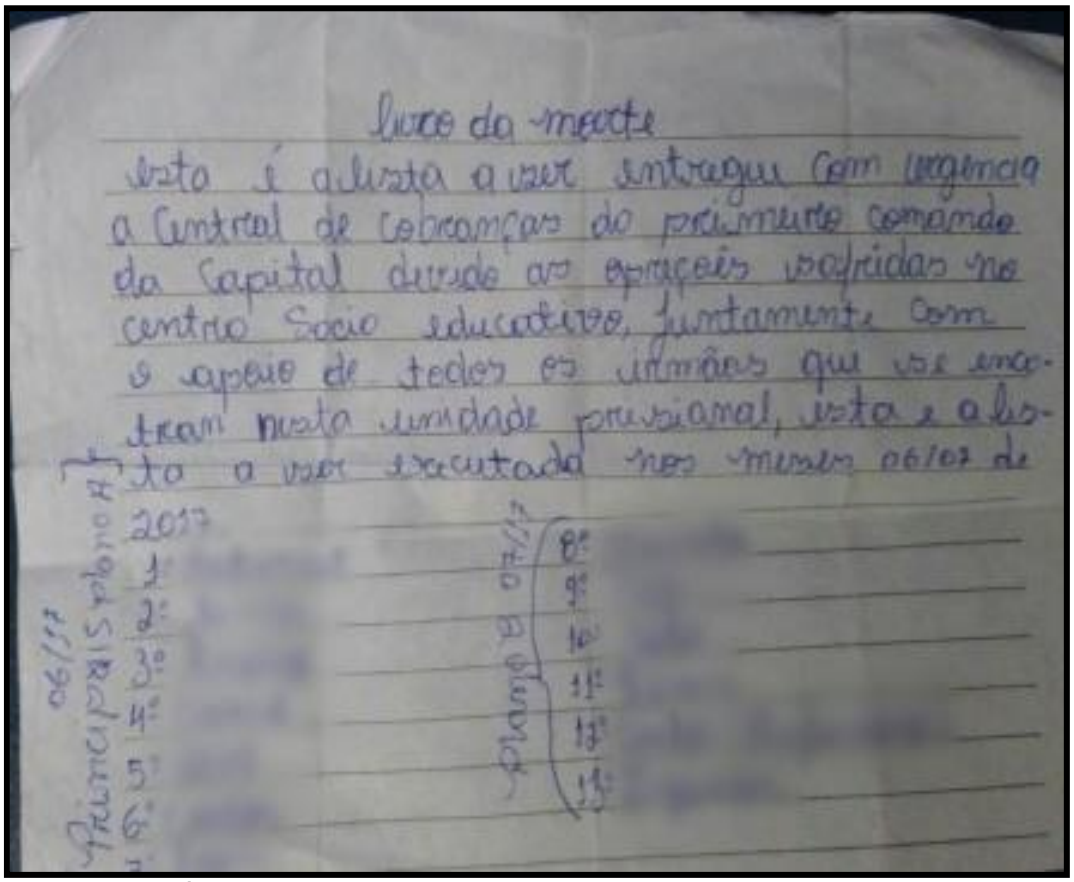
[12] Maior organização criminosa do Brasil, foi criada em 1979 na prisão de Cândido Mendes (RJ) chefiada pelo Fernandinho Beira-Mar, com ramificações em outros estados brasileiros, entre ele o Estado de Roraima.

[13] **Fonte:** disponível: http://www.folhabv.com.br/noticia/Adolescentes-sao-torturados-no-CSE--dizem-familiares/33751 acesso: 14.11.2017.

> *"Meu sobrinho está apreendido no CSE há uns quatro meses e, semana passada, ele foi brutalmente espancado. Outros adolescentes foram colocados na mesma cela que ele e parece que começaram a cavar um buraco e ele foi acusado junto, só que não bateram só nele, bateram nos seis. Foi espancamento mesmo. Eu caracterizo como tortura, inclusive eu já tinha ouvido que havia tortura lá no CSE, destacou o tio*".

A nova instituição socioeducativa ao longo de seus quase 03 (três) anos, retrata uma realidade de conflitos internos, fugas e reclamações das famílias dos internos, nos primeiros seis meses de 2017 esse mesmo jornal publicou uma lista com nome de treze agentes socioeducativos do CSE-RR marcados para morrer a mando do PCC. Bilhete encontrado na cela do CSE:

Figura 7- Bilhete divulgado na página policial da Folha de Boa Vista.



Fonte: disponível: http://www.folhabv.com.br/noticia/-Em-carta--crime-organizado-planeja-execucao-de-agentes-do-CSE/29165 acesso 08.06.2017.

As imagens e noticiários nacionais de instituições socioeducativas que deveriam garantir os direitos humanos desses adolescentes, demonstram o total abandono do poder público e sua precariedade no atendimento dos internos, cercadas de denúncias e abusos aos modelos que deveriam recuperar e

ressocializar nossos adolescentes, propiciando um ambiente violento a eles e aos servidores. A violência atinge os servidores que atuam nas instituições, que além de ameaças sofridas por parte dos adolescentes, pode ser ilustrada pela falta de qualificação para o exercício da função, falta de segurança e baixo número de funcionários que garantem a segurança dos internos. No mês de junho de 2017, após uma revista nas celas dos internos, um servidor encontrou em uma das celas esse bilhete que tinha uma lista de execução dos agentes, com nomes e ordem de execução.

O Relatório da Missão a Unidades de Privação de Liberdade no Estado de Roraima (PEDROSO; GIVISIEZ, 2017), retrata a relação entre os agentes sócio-orientadores e os adolescentes internos, a qual foi considerada truculenta, sendo aqueles violentos com os adolescentes, espancando-os e humilhando-os. O relatório pontua algumas práticas de tortura contra os internos:

- Tirar os colchões, fazendo com que as pessoas durmam diretamente no chão ou na cama de cimento;
- Xingar e realizar outras ofensas pessoais;
- Socar, puxar cabelo, dar tapas na cara, chutar;
- Raspar os cabelos dos adolescentes homens, como forma de punição;
- Colocar as pessoas algemadas com as mãos para cima, deixando-as na ponta do pé, prática de tortura realizada durante a Ditadura Civil-Militar, conhecida como ‘bailarina’;
- Tirar as roupas dos adolescentes e os colocar durante um longo período de tempo em uma cela sozinhos, em um local conhecido como “isola”;
- Usar de modo abusivo as algemas nas mãos e nos pés, deixando os adolescentes feridos;
- Deixar os adolescentes algemados em um poste situado em uma área externa conhecida como “formigueiro”, lugar onde passa muitos insetos.

O cenário de violência não é uma constância apenas na instituição de RORAIMA, tortura, superlotação, cooptação de facção, falta de atividades de ressocialização e estrutura precária, são alguns problemas encontrados em instituições socioeducativas brasileiras de internação de adolescente. A violência na instituição aponta vários aspectos, a violência contra os internos, e a violência aos

agentes como mecanismo de defesa e revolta. Nas reivindicações feitas pelos agentes no dia 22.11.2017, após um dia de paralisação, eles mencionaram que tentam atuar da melhor forma possível, apesar da formação incipiente e das condições adversas inerentes à superlotação, aos ambientes físicos deteriorados e aos desfalques em seus quadros de servidores. A realidade das instituições socioeducativas acompanha uma insegurança constante no país, já no Estado de RR, o novo Centro Socioeducativo - CSE revela essa realidade, apresentada na reportagem da Folha de Boa Vista-2017[14]:

> Agentes socioeducativos denunciaram na manhã de ontem, dia 1º (novembro de 2017), as condições de segurança do Centro Socioeducativo (CSE) e que o ambiente não propicia que as funções sejam executadas de acordo com as necessidades que o cargo exige. Eles pedem que a intervenção da Polícia Militar não seja interrompida pelo Poder Judiciário, caso contrário, a unidade entrará em colapso diante do caos que se instauraria, tendo em vista, que sem segurança adequada uma chacina está anunciada.
> Conforme os agentes, grupos de facções criminosas rivais dividem o prédio e, somente esta semana, os infratores promoveram duas rebeliões, a última ocorreu na madrugada de ontem. “Os internos que estão cumprindo medida socioeducativa promoveram pela segunda vez só esta semana rebelião no CSE e tudo isso vem ocorrendo por rivalidade entre grupos de facções que atuam dentro e fora dos presídios.

Nos meses de novembro e dezembro, a questão da violência na instituição ganhou proporção inquietante, registrando cinco motins em menos de um mês. No dia 12.11.17, os adolescentes internos teriam citado como foram quebrados os cadeados das celas e causaram tumulto no prédio, depredando salas administrativas e objetos pertencentes aos agentes socioeducadores, já no dia 23.11.17 um adolescente de 17 anos tentou matar dois internos, de 14 e 16 anos, usando uma barra de ferro. O ataque ocorreu no momento do atendimento com o psicólogo, um dos adolescentes desmaiou após o ataque e o outro conseguiu fugir da agressão. No início do mês de dezembro, os internos teriam depredado as portas e paredes das celas após terem invadido uma sala de ferramentas, os internos teriam utilizado enxadas e picaretas para quebrar as paredes do Bloco A da unidade. Um entrevistado relatou ter colocado fogo em seu bloco em 2015, e as ocorrências ainda é uma realidade dentro da unidade:

---

[14] **Fonte:** disponível: http://www.folhabv.com.br/noticia/Menores-fazem-rebeliao-e-dois-agentes-sao-feitos-de-refens--veja-galeria----/33852 acesso: 20.11.2017.

> *Fiquei numa cela, mais os caras queriam me matar e iria botar fogo aqui. Então eu dei uma "beca"[15] para o cara que estava comigo pra ele tacar fogo aqui. Ele tacou fogo no colchão e joguei na ala. Os caras começaram a tossir e a gritar "vou te matar Pensador". Eu fui pro banheiro, tomei banho, troquei de roupa sabia que iria pra delegacia. Pra delegacia e neguei tudo, passei 10 dias no isolamento, depois descobriram que os caras queriam me matar e sair do isolamento. (...) (Pensador).*

O adolescente interno relata o ambiente de violência, negligência e insegurança que vivencia, e por sua vez o atendimento protetivo disfarçado. Ainda que, tenha sido encaminhado à delegacia, não foi possível identificar o agressor ou garantir a segurando e proteção da vítima.

É possível reconhecer nessas instituições Socioeducativas de Internação um sistema que marginaliza e mantém os adolescentes autores de ato infracional em um grupo desprivilegiado e perseguido.

Os conflitos e violências dentro da nova instituição socioeducativa são marcados por confronto, motins, ameaças, fugas dos adolescentes, ocorrências que são semelhantes às vividas nas instituições prisionais no Estado e que ganharam destaque na mídia local:

[15] Termo usado na linguagem dos adolescentes que significa uma peça de roupa (camisa ou bermuda).

Figura 8- Ocorrências no CSE-RR no período de outubro a dezembro de 2017.



Fonte: Editoria de Polícia: Folha de Boa Vista-RR, 2017.

Os internos em instituições socioeducativas são obrigados a seguir regras e normas em suas rotinas de internação, ao se deslocarem dentro da unidade, precisam colocar suas mãos para trás e abaixar a cabeça, quando saem da unidade para um atendimento externo, são algemados, há os confinamentos longos em suas celas, a péssima alimentação. Esses tratamentos denotam o alto grau de submissão e mortificação persistente nos locais que buscam a ressocialização.

5.3 Os sujeitos da pesquisa

Após a definição da escolha do sujeito da pesquisa, que seriam apenas adolescentes que receberam medida de internação, dei início à peregrinação junto aos órgãos judiciários para anuência da pesquisa: fui prontamente atendida. O segundo passo, apresentei-me ao CSE-RR como pesquisadora. Nessa ocasião, como base no perfil previamente delineado, faria a escolha de quais adolescentes seriam entrevistados. No mês de novembro de 2016, realizei os primeiros contatos com o Juizado da Infância e Juventude, em seguida com a Direção do CSE/RR. A aproximação foi tranquila, pois já havia passado pela etapa de aprovação do Projeto junto ao Comitê de Ética da UFRR-COE/UFRR (anexo 02) e pela autorização do Juizado. A direção disponibilizou a lista dos adolescentes institucionalizados e solicitou um cronograma de visitas para realização das entrevistas.

Todavia, por ser uma instituição que envolve uma complexidade de normas e legislações para sua funcionalidade, deparei-me com meu primeiro problema, a saber: em função do cronograma da instituição, não seria possível cumprir com o cronograma que inicialmente elaborado para a pesquisa, não poderia naquele momento selecionar os prováveis colaboradores da pesquisa. Explico: a secretária do setor administrativo do CSE entregou-me uma lista com o nome de quase 80 adolescentes sentenciados, excluindo os provisórios, mas, segundo me disseram, eu só poderia selecionar os sujeitos da pesquisa no fim de dezembro, quando o sistema judiciário concluísse as audiências do indulto[16] pois, como alguns poderiam sair ou receber o indulto, não seria viável selecionar os sujeitos da pesquisa naquela ocasião. No entanto, fui informada pela equipe técnica que, dentro daquele universo, havia adolescentes internos e reincidentes que não receberiam o indulto, ainda assim, tive de aguardar o término das audiências para, então, conversar com os jovens. Além disso, nessa visita fui avisada que a instituição entraria em recesso na última semana de dezembro, retornando somente em janeiro, conforme as demais áreas judiciais locais. Assim sendo, iniciei as conversas com os adolescentes somente no dia 12.01.2017.

[16] Saída temporária dada aos menores que cumprem medida de internação, um direito concedido aos internos que mantêm uma boa conduta em seus relatórios e ganharam o direito de passar as festas de fim de ano com sua família.

O campo foi ganhando forma após a entrega do agendamento das entrevistas para a direção do Centro, estabelecemos os meses de janeiro e fevereiro para as entrevistas e visitas aos pais dos adolescentes internos. Assim, o primeiro passo foi entrar em contato com a equipe técnica e com a psicóloga da instituição para aquisição de alguns documentos sobre o funcionamento da instituição, horário de visita dos pais e os contatos, atividades externas dos adolescentes, quantitativos de adolescentes internos e suas medidas socioeducativas. O segundo momento, após a apresentação do cronograma das entrevistas à equipe administrativa, foi agendar reunião com os adolescentes para apresentar-lhes o projeto e fazer o convite para que participassem da pesquisa.

Na primeira semana de janeiro realizei uma reunião na sala da psicóloga. Participaram, além da psicológica, 05 (cinco) adolescentes internos, eles compunham o grupo dos adolescentes que não haviam recebido o indulto de natal. Na reunião, fui apresentada aos jovens e expus o projeto de pesquisa, esclarecendo o teor da pesquisa, seu objetivo. Os adolescentes ouviram atentos, alguns fizeram perguntas. Em seguida, perguntei-lhes se gostariam de participar, apenas 01 (um) se recusou. Ele não justificou o motivo.

Esclareço que o meu primeiro contato com os adolescentes ocorreu com a supervisão da psicóloga, em uma sala, como não foi possível ter um diálogo de forma individualizada, considerei a situação um pouco comprometida.

O terceiro passo foi a solicitação de autorização dos pais por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE (anexo 06). Esses momentos foram cansativos, pois tive que ir aos domingos à instituição, considerando que as visitas dos familiares aos adolescentes ocorriam apenas nesse dia, no horário de 14:00 às 17:00. A propósito, esse é um problema enfrentado pelos pais pela distância e horário, pela sua localização ser em área rural, de difícil acesso. E eu teria que ter habilidade para falar com eles sem prejudicar esse momento curto dos adolescentes com seus familiares.

Na primeira visita não obtive sucesso, somente um responsável foi à visita, e chegou quase no fim do horário preestabelecido pela instituição, ficando apenas 15min com o seu filho. Procurei uma alternativa para buscar os responsáveis, fui ao endereço residencial. Recebi da equipe administrativa os contatos e endereços dos responsáveis dos adolescentes, mas como os dados dos familiares não eram

atualizados, tive dificuldade de encontrar os parentes dos adolescentes selecionados para pesquisa.

O pai de um dos adolescentes negou-se a assinar o termo, afirmando que o filho já tinha feito 18 anos. Nesse momento percebi que apenas um dos 04 adolescentes selecionados eram menores de idade, isso facilitou a pesquisa, pois os termos foram assinados pelos próprios rapazes. O único adolescente menor, que precisava da autorização dos responsáveis, apresentou uma dificuldade maior nessa busca, e uma quase desistência de minha parte, pois, ao tentar localizar o responsável no endereço que me foi repassado pela equipe administrativa, descobri que naquele endereço não havia residência. Mais: a vizinhança afirmou que aquela área era usada para criar galinhas há alguns anos.

Tive, então, de retornar à instituição três vezes na tentativa de obter os contatos atualizados. Contudo, a própria equipe administrativa esclareceu-me que a dificuldade é geral: comumente, os números telefônicos são inexistentes. Assim sendo, busquei junto ao adolescente menor o contato de algum membro de sua família, ele também não o tinha, mas repassou o de sua companheira que tinha o telefone da irmã dele[17]. Ao entrar em contato com a irmã do adolescente, um outro problema me foi apresentado: ela mantinha um distanciamento do adolescente e de sua família. Mas, após explicações sobre a pesquisa, ela finalmente repassou-me o endereço de sua mãe. Toda essa experiência em busca de um contato foi marcante!

Na visita à mãe dele, do “Pensador” [18], em sua residência, deparei-me com uma mãe inquieta e aflita em compartilhar seu sofrimento em ter seu filho “preso” na instituição, e seu temor pela ameaça de morte que ele vinha sofrendo. Um momento que, em tese, deveria ser formal e distante, tocou-me. Ver e sentir sua dor, lágrimas e sofrimentos me abarcou como mãe. Seu companheiro do lado abraçava-a em silêncio concordando com seu relato. Saí de sua casa com o sentimento de incapacidade e tristeza por não poder minimizar sua dor.

Concluída essa etapa da assinatura do Termo de Assentimento e Livre Esclarecimento-TALE, dei início aos encontros com os adolescentes, todos assinaram o Terno (anexo 07). Os encontros foram estabelecidos para as quintas-feiras pela manhã, nos quais ficava em média umas 02 (duas) horas com cada

[17] Observação: nesse dia procurei o adolescente na instituição, em nossa conversa, ele repassou o telefone de sua namorada, por meio da qual consegui o contato da irmã do adolescente. Esta não quer manter contato com o adolescente.

[18] Nome fictício atribuído pelo próprio entrevistado.

adolescente. Durante o período da tarde a administração da instituição não funcionava, com isso fiquei restrita às quintas-feiras.

Foram sujeitos destes estudos quatro adolescentes que tinham medidas de internação acima de 90 dias. São eles: Pensador, Playboy, Careca e Bin Laden. Os nomes fictícios apresentados foram escolhidos pelos próprios entrevistados.[19] Tais adolescentes estão institucionalizados nas dependências do Bloco B, são os internos sem possibilidade de atividades externas [20].

A experiência de ter trabalhado anos antes no primeiro CSE-RR auxiliou-me na interação e contato com os adolescentes, facilitando o primeiro encontro para convidá-los a participar da pesquisa. Dos quatro participantes, dois são de Boa Vista, um do município de Caracaraí e o último do município do Alto Alegre. A seguir, faço uma apresentação dos participantes:

5.3.1 Playboy

Adolescente de 19 anos, sexo masculino, se auto declarou de cor branca, nasceu no município de Boa Vista, concluiu o 2º ano do Ensino Médio dentro da instituição. Os pais são separados, vivia sozinho antes da internação. Teve várias passagens pelo CSE-RR entre os anos de 2012 e 2016. Seu registro de entrada na unidade relacionado ao seu último crime ocorreu no dia 23.04.2015, evadiu-se no dia 27.06.15 e retornou no dia 24.07.2015, nova evasão em 19.11.2015 e retorno em 01.06.2016. Sua última institucionalização ocorreu pelo ato infracional por tentativa de homicídio e homicídio qualificado. Foi liberado antes da conclusão da pesquisa no mês de fevereiro de 2017.

5.3.2 Careca

O adolescente fez 18 anos em setembro de 2016, é do sexo masculino, cor parda, nasceu no município de Alto Alegre, vive com os pais e mais duas irmãs. Pai de uma menina de dois anos, cursou o Ensino Fundamental completo, deu entrada pela primeira vez na unidade por tentativa de homicídio, passou apenas 03 dias e foi

[19] Os nomes dos funcionários públicos do CSE-RR que contribuíram com a realização da pesquisa também não serão revelados.
[20] As atividades externas disponibilizadas aos adolescentes incluem: Estudar fora da unidade, trabalhar, cursar algum curso técnico e de aperfeiçoamento**.**

inocentado. Na segunda vez passou 45 dias na provisória no antigo Centro, pelo ato infracional de tráfico de drogas, sendo liberado sem receber medida. Na 3ª passagem pela instituição recebeu, no mês de maio de 2016, a medida provisória[22] ficando 75 dias no Centro, ultrapassando os 45 dias estabelecidos por lei. Após três audiências foi sentenciado, no dia 27.06.2016, com a medida sem possibilidade de atividades externas, pelo ato de tentativa de homicídio e pelo ato de infração de tráfico de drogas e roubo, o que significa que receberá medida de 06 meses a 03 anos de internação.

5.3.3 Bin Laden

Adolescente de 19 anos, sexo masculino, cor branca, deu entrada pela última vez na unidade no dia 06.10.2016 pelo ato infracional de tráfico de drogas. Filho caçula, vivia com o pai no município de Caracaraí e seu irmão mais velho. Os pais são separados desde 2004, sua mãe vive em Boa Vista com sua irmã, trabalha com serviço doméstico, já o pai é agricultor no município de Caracaraí, dono de um pequeno sítio, no qual produz farinha de mandioca. O adolescente teve várias passagens na delegacia do município que vivia, e na instituição apenas três, foi encaminhado para abrigo infantil após uma apreensão por roubo na cidade de Boa Vista.

5.3.4 Pensador

Adolescente de 15 anos, sexo masculino, declarou-se pardo, deu entrada na unidade no dia 29.04.2015, de forma provisória, após as audiências, iniciou sua medida de internação em 17.06.2015, com duração de seis meses. Evadiu-se em 28.07.2015, retornou somente 08.09.2016, pelo ato infracional de homicídio qualificado[23]. Vive com sua mãe, desde a primeira apreensão, mas alguns anos antes, quando tinha 11 anos de idade, saiu de casa e viveu alguns meses com sua companheira de 24 anos.

---

[22] A medida de internação antes da sentença pode ser determinada pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco dias), em conformidade com o Parágrafo único do Art. 189 do ECA. A decisão para aplicação da medida socioeducativa deverá ser fundamentada em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

[23] Art.121 § 2º-, inciso I do Código Penal.

5.4 Aspectos éticos para inclusão dos sujeitos na pesquisa

As questões éticas constituem uma dimensão inerente a todas as pesquisas que envolvem pessoas e, sobretudo, aqueles que merecem atenção especial. Quando tratamos dos elementos éticos de uma pesquisa, o primeiro aspecto a ser observado é o cumprimento da Resolução nº 466/12 e do 510/16 Conselho Nacional da Saúde, que adotou os seguintes aspectos éticos de proteção aos sujeitos sociais da pesquisa, com os seguintes fundamentos:

> a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade;
>
> b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
>
> c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência);
>
> d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio humanitária (justiça e equidade).

Os adolescentes foram previamente orientados pela direção da instituição por meio da psicóloga e por mim. Ao concederem a entrevista, eles o fizeram de forma voluntária, não houve nenhum constrangimento, ficando garantido o direito de desistência em qualquer momento da pesquisa. Também foram informados nos primeiros encontros que suas falas e todos os seus dados eram tampouco à equipe administrativa da instituição. O termo de consentimento foi assinado pelo

responsável do único menor de idade que participou da pesquisa, bem como o termo de assentimento pelos adolescentes.

5.5 História oral de vida como método investigativo: procedimento para análise dos dados

Procurei compreender a história de vida destes sujeitos priorizando a realidade humana vivida socialmente por eles sem tentar simplificar ou sobrepor o meu olhar sobre o dos adolescentes. Evidentemente, em uma pesquisa o pesquisador pode (e deve) estabelecer hipóteses e interpretar, há, pois, uma autonomia do pensar atribuída aquele que escreve, entrevista, analisa, ainda assim, as análises devem ser feitas com base na voz, no olhar, na vida dos sujeitos entrevistados, que, neste estudo, envolve jovens ora despossuídos de quaisquer direitos ora são aqueles que retiram a dignidade de outrem.

A entrevista narrativa foi meu instrumento inicial a ser adotado no campo da pesquisa, no entanto, pela circunstância oferecida não me foi permitido fazê-la tal como havia imaginado, isso é, não foi possível realizar longas conversas para que eu pudesse ter acesso detalhado à história de vida de cada um deles, pois, no Centro Socioeducativo, as conversas ocorreram em um lugar fechado, por tempo limitado, foram vigiadas e interrompidas em função de burocracias e atividades que os adolescentes tinham de realizar no Centro.

Realizei entrevistas abertas, as quais propiciaram ao estudo analisar passagens da trajetória de vida dos entrevistados. A escolha da entrevista não estruturada, permitiu-me tratar temas complexos com os entrevistados, não segui nenhum roteiro rígido, preestabelecido, tentei manter um contato informal, no qual parte da história dos entrevistados foi reconstituída por eles. Por serem abertas, sem um roteiro único e pré-determinado, as entrevistas minimizaram possíveis situações de constrangimento entre mim e os entrevistados. Elas ajudaram-me a refletir sobre a situação em que se encontram os adolescentes e proporcionaram a compreensão mais aprofundada de sua realidade dentro de uma unidade socioeducativa. Entender os efeitos do processo de institucionalização e os significados sociais produzidos nesse ambiente de “ressocialização” não é uma tarefa fácil, principalmente aos que estão dentro desse ambiente.

Além de analisar os depoimentos deles, também recorri à exploração de documentos sobre a instituição, procurando identificar conceitos ou os principais temas abordados em texto, desenvolvidos dentro das ciências sociais empíricas. De toda maneira, o foco das análises foram as falas dos entrevistados, os documentos (como matérias em jornais e relatórios já citados) deram suporte para entender o desenho institucional.

Segundo Bourdieu (1989), a sociedade é constituída de hierarquias, ou seja, de divisão de poderes que são desiguais e que determinam privilégios, tanto em relações materiais ou econômicas, como nas relações simbólicas entre os indivíduos. E o espaço social seria composto por um conjunto de campos políticos, no qual ocorrem as disputas pela hegemonia do poder social, e o campo do poder é fundamental para compreender as relações entre os agentes nos diversos campos sociais e como o poder se reproduz. A análise dos relatos, a observação da unidade e área de convivência dos internos se propusessem a procurar por problemas e conceitos que pudessem oferecer uma perspectiva de produzir a maior compreensão da organização do campo. Para tanto, e tendo como base esse pressuposto de Bourdieu (1989), levou-se em consideração os campos de poder que se constituíam no espaço observado e nas relações estabelecidas entre mim e os entrevistados. Nesse sentido, por mais que tenha buscado o estabelecimento de um clima amistoso, as relações estabelecidas entre mim e eles não estavam no mesmo patamar de igualdade: eu era a pesquisadora e eles os entrevistados, eu tinha horário para entrar e sair e eles estavam internados.

Segundo Gil (1999), a entrevista propicia uma interação social, uma forma de diálogo assimétrico, considerando que uma das partes busca os dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Os instrumentos e técnicas utilizados seguiram uma dinâmica e um ritmo próprio e particular, o que Minayo (2007) vai denominar de Ciclo de Pesquisa, ou seja, um peculiar processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta gerando novas investigações. Foram coletados dados pessoais pontuais dos adolescentes: a idade, a escolaridade, a raça/cor; bem como questões mais amplas, que podem ser aqui sinteticamente enquadradas como situação familiar, informações sobre as vezes que estiveram institucionalizados e os respectivos motivos, rotina diária na instituição, relações amistosas e outros dados pertinentes que surgiram no decorrer das entrevistas.

A etapa da aproximação junto aos adolescentes seguiu de forma sistemática, fui ganhando confiança e respeito no decorrer dos encontros, pelo seu isolamento os encontros eram um momento de “liberdade” e de alívio das horas que permaneciam trancados sem ter contato com o mundo lá fora. A relação de confiança que obtive com os entrevistados me permitiu ter a liberdade de manter, em alguns momentos, trocas de experiências de vida e relatos de minha vida.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa que envolve padrões sociais e culturais dos indivíduos, o método qualitativo está vinculado à exploração do campo da pesquisa, buscando descobrir aspectos imprevisíveis. Segundo Bauer e Gaskell (2008, p.28), a finalidade real da pesquisa qualitativa não é:

> [...] opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o aspecto de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. Em um meio social específico, digamos, na profissão médica, o que nós estamos interessados em descobrir é a variedade de pontos de vista no assunto em questão [...].

Quem conta uma história, traz à tona sua memória, e a trabalha para dar compreensibilidade à experiência e para ressignificar o vivido. Quando um indivíduo conta sua história de vida, o narrador busca estabelecer uma lógica dos fatos e eventos que ocorreram, muitas vezes não consegue ser preciso. A História de Vida é um dos métodos da pesquisa qualitativa e mais especificamente da história oral, constitui-se como um dos instrumentos indispensáveis das ciências humanas. Esse Método, o da História Oral de Vida, foi uma inspiração para esta pesquisa, no sentido de que, dentro da limitação que a instituição propôs, busquei entender as experiências de vida de cada adolescente entrevistado.

Segundo Chizzotti (2011, p.95), a história de vida é um instrumento de pesquisa que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de um ou vários informantes. Para o estudioso a história de vida ou relato poderia ser compreendido como um retrospectivo da experiência pessoal do entrevistado, oral ou escrito, relacionado os feitos vividos, os sentimentos íntimos que marcaram a sua experiência ou as experiências significativas de sua trajetória de vida. Para o pesquisador na história oral, o entrevistado seria ele próprio um agente histórico, que busca recuperar suas experiências e lembranças.

Embora seja o pesquisador quem decidi o rumo da pesquisa e o faz por meio de questionamentos, entrevistas e roteiro de conteúdo, mais é o entrevistado

quem define o que e como direcionará seu relato de vida. Na história oral, como possibilidade de pesquisa, o investigador reúne informações orais de uma ou mais pessoas sobre eventos, seu contexto, suas causas e efeitos, afirma Chizzotti (2011).

Desse modo, o Método de História Oral de Vida ou Relato de Vida analisado por Glat e Pletsch (2009, p.4-5) é assim considerado:

> O procedimento básico de coleta de dados no método de História de Vida consiste em uma entrevista aberta, isto é, sem um roteiro pré-determinado, na qual se pede ao sujeito para falar livremente sobre sua vida, um determinado período ou aspecto dela. A partir de suas colocações, o entrevistador pode formular novas questões ou tecer comentários para esclarecer ou aprofundar deter minado ponto, porém a direção da conversação e os tópicos a serem abordados são escolha espontânea do entrevistado.

Assim, o Método História de Vida tem como consequência para o pesquisador tirá-lo de sua zona de conforto e dar voz aos sujeitos do estudo, permitindo a ambos uma interlocução constante no momento da entrevista.

O teórico Foucault (2008) trabalha a questão das contingências que formam o presente, questionando de forma constante sobre a proveniência e emergência dos acontecimentos históricos. Para Foucault (2008), a ideia de proveniência carrega em si toda a série de contingências, heterogeneidades, rupturas e fragmentações sutis ao momento histórico. De acordo Foucault (2008), uma descrição total reúne todos os fenômenos ao redor de um único centro: um princípio, um significado, uma visão de mundo, uma configuração geral; uma história geral, ao contrário, mobiliza o espaço da dispersão.

Como disse Foucault (2010), nós somos sempre sujeitos definido: sujeito de ação instrumental, sujeito de relações com outro. Sujeito de comportamento e de atitudes em geral, analisando o sujeito e a subjetividade, ambos são pensados em sua constituição histórica, passíveis de modificação e transformação, mediante as quais o sujeito se constitui e chega a ser o que é, Foucault (2010) sustenta que o sujeito não é uma substância, ou seja, não é só matéria, acredita ele que o sujeito é uma forma e que essa forma nem sempre é idêntica a si mesma. Logo, o problema do sujeito seria o problema da forma-sujeito, que, portando essa forma, não poderia ser vazia. Que essa forma seria preenchida mediante as relações que estabelece, seja com os outros, seja consigo mesmo, o que significa que o sujeito não está livre das relações que o rodeia, pelo contrário, o sujeito vai moldando-se a partir dessas

relações. O teórico acredita que o sujeito não possui um caráter permanente, mas convive num processo contínuo de subjetivação.

No que tange às primeiras entrevistas, elaborei o genograma da família dos adolescentes para traçar as relações amistosas e de conflitos e a estrutura familiar. Dessa forma, nesse modelo a fundamentação ocorre com a preocupação do pesquisador em procurar a interpretação do entrevistado do começo ao fim, exigindo um cuidado e atenção com cada fala.

A pesquisa envolveu também observação institucional, pesquisas com esse perfil têm como preocupação a compreensão de um grupo específico e seus problemas pertinentes. Tal procedimento pressupõe uma análise sequencial e crítica do campo observado, bem como os prováveis desconfortos e riscos previstos. Portanto, a utilização da observação participante, para Clifford (2008), serve como uma fórmula para o contínuo vaivém entre o que ele chama de “interior” e o “exterior” dos acontecimentos, sendo uma fórmula paradoxal e enganosa, podendo ser considerada seriamente se reformulada em termos hermenêuticos, como uma dialética entre experiência e interpretação.

Essa observação participante teve como objetivo analisar o campo, o que inclui os grupos (equipe técnica da instituição, socioeducadores, familiares e outros) que interagem com o sujeito da pesquisa. O pesquisador como observador participante coleta seus dados por meio de sua participação na vida do cotidiano do seu grupo de pesquisa estudado.

O caminho percorrido é a unidade de internação CSE/RR, que foi considerada um modelo de referência nacional no período de sua criação. Hoje apresenta algumas irregularidades em seu atendimento, ponto esse que será analisado por meio das narrativas dos adolescentes internos, nos capítulos a seguir.

6. HISTÓRIAS DE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

O presente capítulo dedica-se à apresentação dos relatos orais dos entrevistados. As entrevistas dos 04 (quatro) adolescentes, junto com informações recolhidas em conversais informais não gravadas, deram fundamento para esta pesquisa.

Apresento a análise das histórias dos adolescentes internos em um Centro Socioeducativo e os fatores para a reincidência, priorizando as experiências de vida individuais com foco nas condições sociais, culturais e psicológicas deles. Os depoimentos dos entrevistados possibilitaram descobrir e compreender o modo de comportamento dentro e fora da instituição, sua visão de mundo e como a instituição de internação lidava com o processo de ressocialização. Os passos das análises ocorreram de forma individual por adolescente, mas como há características comuns entre os entrevistados, em alguns momentos escrevi sobre um deles e fiz associações com os demais. A seguir apresento dados de cada um deles.

6.1 História dos adolescentes internos no CSE/RR: o sentimento do encarceramento

No primeiro contato comigo, os adolescentes entrevistados (Playboy, Careca, Bin Laden e Pensador) foram disponíveis e receptivos. A Psicóloga Silvia (nome fictício), servidora da instituição, promoveu o meu primeiro contato com eles e acompanhou os demais encontros liberando-os para as entrevistas, que ocorreram no mês de janeiro de 2017, sempre às quintas-feiras e no período da manhã. Os encontros tiveram duração de 02 horas para cada adolescente.

O passo inicial de nossos encontros seguiu um protocolo administrativo, minha apresentação junto à administração da instituição e em seguida aguardava na sala da assistente social a liberação de cada adolescente de suas celas. Ressalto que, além da presença da psicóloga na sala da assistente social (onde as entrevistas aconteceram), do lado de fora tinha um socioeducador vigiando, mas, ainda assim, é possível dizer que as entrevistas fluíram bem.

6.2 Playboy: de adolescente a adulto – uma carreira de criminalidade

No início de nossa entrevista solicitei ao adolescente um nome fictício para preservar sua identidade, assim possibilitaria me dirigir na conversa sem usar o seu verdadeiro nome, já que gravaria seus relatos. Ele pensa e me indica o pseudônimo Playboy. Questionei-lhe se esse é um nome usado por ele lá fora ou reconhecido pelos seus colegas. Ele afirmou que não, mas que se achava um Playboy. Ao longo da conversa, ele me disse de sua necessidade de ter roupas da moda, óculos escuros, tênis de marca, etc. Diria que o jovem cultiva uma imagem que busca ocultar sua trajetória de vida marcada pela pobreza. Podemos considerar que, ao escolher esse nome, o adolescente implicitamente sugere querer ser alguém com destaque, socialmente valorizado, idealizado. Como veremos, é crível considerar que, além do anseio de ser valorizado, a escolha de seu "apelido" também faça menção ao desejo de ter autonomia, independência, liberdade e de ser considerado financeiramente bem-sucedido.

Nesse momento, estava com meu diário de campo, ouvindo e registrando seus relatos. Solicitei ao adolescente que me falasse de sua família e de sua vida. Descrevendo sua vida, afirmou que era da cidade de Boa Vista, que tinha 19 anos, e que havia estudado até o 2º ano do Ensino Médio, modalidade EJA- Educação de Jovens e Adultos, acrescentou:

> Vivia sozinho antes de "cair"[24]. Aqui [em Boa Vista], trabalhava como pintor, às vezes ajudante de padeiro. Meus pais são separados, minha mãe teve 11 filhos, e vivi no interior com meu padrasto, no município de Bonfim, e meu pai vive aqui na capital.

Diferentemente de seu desejo de ser visto/admirado, Playboy não era notado: vivia sem pai, sem mãe, sem irmãos, vivia sozinho. Além disso, esse jovem realizava atividades profissionais consideradas rebaixadas, era ajudante de padeiro,

---

[24] Termo usado pelos adolescentes quando entram na unidade ou são apanhados em flagrante em um ato ilícito. Para Marilena Chauí (2000) a linguagem cria, interpreta e decifra significações, podendo fazê-lo misticamente ou logicamente, magicamente ou racionalmente, simbolicamente ou conceitualmente. Os adolescentes autores de atos infracionais institucionalizados construíram um comportamento e conduta única, com sua cultura própria oriunda de uma socialização, interação e comunicação entre eles. Vejamos numa perspectiva cultural, social, econômica e política alguns exemplos linguísticos utilizados por esses jovens: Bota pra cima- enfrentar uma pessoa; armar um beck- fumar uma droga; a casa caiu- fui descoberto; bota fé – acredita; tereza- cordas feitas com lençóis; beca- roupa ou sapato; meter uma fita- roubar, etc.

quando muito um pintor, Playboy pouco tinha. Em suas falas, o adolescente ressaltou que sua vida foi retalhada por perdas e que agora convive com o esquecimento de quase todos. Anseia em ter uma vida melhor, uma esperança marcada pela dor do abandono e pela falta de perspectiva fora da unidade:

> Sinto-me uma pessoa “esquecida”. Não vem ninguém me ver, minha mãe nunca me visitou, apenas minha irmã mais velha. Quero sair dessa vida! Meu pai vinha de vez enquanto, minha irmã mais velha é que me visita.

Playboy ressentia-se de solidão, de só ser. Parece que é essa falta de laço amoroso que o impele a querer ter outra vida, supostamente estava a se referir a uma vida sem crime. Nesse sentido, é possível considerar no seu depoimento que a condição de humilhação não parece ser decorrente apenas da situação de estar encarcerado, pagando pelo seu erro, mas da situação que foi obrigado a passar: perdeu seu trabalho, casa e contato com a família. O jovem não fala muito sobre sua família, irmãos, pais e avôs. Sua única referência familiar naquele momento era sua irmã, não por acaso perguntou-me sobre o meu contato com ela: - Você falou novamente com a minha irmã? (Playboy). Minha resposta foi firme, pois percebo que o adolescente busca informação de sua família: - Não falei mais com ela.

O adolescente queria notícias de sua irmã, provavelmente queria saber se ela estava preocupada com ele. Em outras palavras, se ele ainda teria existência afetiva para ela. Playboy estava sendo acusado de ter matado alguém, mas é ele quem tem a vida morta, vazia de afeto, está abandonado. Querer sair dessa vida, é uma esperança, mas também poderia ser um apelo à morte: leve-me. Ao ouvir esse apelo dito por Playboy, veio-me à lembrança falas de outros adolescentes da época em que trabalhava no primeiro CSE, as quais ouvi sem assimilar, elas diziam que a morte pode ser uma alternativa de fuga diante da dor, do sofrimento, do abandono e da violência. Uma fala que ouvi e que nunca saiu de minha mente, tendo em vista que um mês depois o adolescente foi executado na frente sua casa, marcou-me muito. Ele me disse: - Não tenho medo da morte, já morri há muito tempo (Dante: nome fictício de um adolescente que passou pelo CSE entre os anos de 2008 e 2010).

Playboy, em sua fala, retratou como ocorreu seu envolvimento com o ato infracional: Meu irmão tinha 15 anos, assaltamos uma casa. Entramos e levamos umas moedas e dinheiros, gastei na loja de videogames, ninguém ficou sabendo.

Ao aludir ao seu primeiro ato de infração, fez um relato de forma serena, em seus olhos não percebi medo ou arrependimento. Seu primeiro ato infracional ocorreu quando tinha 10 anos. Após sua fala, indaguei sobre sua motivação em fazer esse assalto. Ele me disse: “Precisava de dinheiro, era viciado em videogames.” O rapaz queria ter e fazer o que toda criança almeja: brincar, jogar videogame. A propósito, se invertêssemos seu apelido (boy play) e em uma tradução não literal, ele representaria “menino que brinca, que joga, que toca” ou “jogo de menino”. Ele queria jogar e assim parece ter sido.

Perguntei-lhe se naquela época frequentava a escola, mencionou:

> Sim, fazia a 4ª série na Escola Estadual, no Bairro dos Estados, eu era um bom aluno e tirava boas notas, só que gostava de briga. Nesse ano meus pais ainda viviam juntos, minha mãe era evangélica, meu pai gostava de beber, os dois trabalhavam na escola, ela como merendeira e meu pai era vigia.

Acrescentou:

> Meus pais são separados, minha mãe teve 11 filhos e vivi no interior com meu padrasto, no município de Bonfim, e meu pai vive aqui na capital. Vivia com meus irmãos mais velhos e depois passei a viver sozinho.

Ao retratar sua família nesse período em que iniciou a prática de “atos ilícitos”, o adolescente deu ênfase à composição de seus membros: pai e mãe eram servidores do Estado, sua mãe era evangélica e trabalhava como merendeira em uma escola, o pai era vigia na mesma escola. O adolescente Playboy é uns dos filhos entre os 11 irmãos. Seus pais se separaram quando tinha 11 anos, nesse período sua mãe tinha ficado desempregada, começou a fazer uso de bebida alcoólica e abandonou sua religião, ela vive com um parceiro e, conforme relatou, poderia encontra-la nos fins de semana nos bares do município do Estado. Seu pai é um homem desempregado que vive nas ruas da cidade e sua irmã mais velha é a única que mantém algum contato com o adolescente, vive uma vida diferente dos demais irmãos, sendo evangélica e casada.

Com seus pais separados, não tinha lar fixo, ora estava com a mãe, ora com a irmã, ora com seus irmãos mais velhos, que lhe incentivaram à prática do crime. Ainda sobre esse período de sua vida, comentou:

> Bebi cerveja pela primeira vez com 14 anos, quis experimentar, gostei, bebi uma lata toda. Um conhecido da família me deu, depois meus irmãos pagavam bebida para mim. Com onze anos eu já fumava cigarro, depois usei maconha e pasta de cocaína, gostei. Faz um ano que parei de usar cocaína, pois estava me viciando. – Conheci uma pastora que me alertou sobre o vício.

Para Playboy, o alcoolismo de seu pai era algo comum e corriqueiro dentro da família, seus irmãos frequentavam bares com ele, em companhia de seus tios. O uso de bebida alcoólica foi algo normal em sua vida, seguido pelos demais entorpecentes que usou por vários anos. Precisou que alguém de fora da família desnaturalizasse tal consumo e que o avisasse sobre o mal que o uso abusivo de drogas ilícitas faz, viciam.

De acordo com Singer e Valenti (1992), as famílias com histórico de alcoolismo submetem-se às experiências com prejuízo em vários segmentos. Para os autores, os membros da família que apresentam esse histórico de alcoolismo têm dificuldades de comportamento, suas interações são conflitantes, não conseguindo soluções efetivas para resolver seus problemas, bem como a comunicação entre os membros é restrita e prejudicada.

Sua história nos permite indagar sobre como os laços de afetividade foram construídos e reconstruídos em suas relações familiares. A família não se define apenas pelos laços biológicos, mas também pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações, sem os quais essas relações se esfacelam, precisamente pela perda, ou inexistência, de sentido (SARTI, 2004).

É possível considerar que a separação dos pais, o abandono dos filhos, o alcoolismo, o desemprego e outros fatores sociais vivenciados pela família relacionam-se com o fato de Playboy ter se tornado um jovem autor de crimes. Os conflitos apresentados na família revelam vulnerabilidade social vivenciada pelo adolescente, seus irmãos e pelos seus pais. Tais conflitos estão ligados à violência social.

No decorrer de sua narrativa, percebi que, ao falar da família, ocorreu o que se pode chamar da privação de afetividade perante seu pai e mãe. Não é de se estranhar que uma pessoa carente de afeto e que prima pelo laço familiar tenha começado a realizar atos ilícitos motivados pela identificação com os irmãos. Como se pensasse: “Se meu irmão mais velho fazia, por que eu também não roubarei?”

“Se meus irmãos gêmeos, que eram meus parceiros nas brincadeiras, passaram a roubar, por que eu não farei o mesmo?”

Parece não se tratar simplesmente de seguir aquilo que os outros faziam, mas de busca de comunhão e cumplicidade fraterna, de pertencimento familiar. Seus irmãos foram sua inspiração para os atos infracionais, refletindo uma longa “carreira criminal”, o irmão mais velho e os irmãos que são gêmeos idênticos, mais velhos alguns anos, hoje estão presos.

Playboy deu entrada pela primeira vez na unidade socioeducativa aos 12 anos e vive uma adolescência de “crime”, ele repete a história de seus dois irmãos gêmeos que foram institucionalizados aos 12 anos na primeira unidade socioeducativa.

Pelo desejo de jogar um jogo de meninos com seus irmãos, pelo anseio de conquistar bens e visibilidade, de ter o que não tinha, Playboy talvez tenha se enveredado pelo consumismo (era um viciado).

Playboy tem a marca da chamada cultura pautada em privações. Ao relatar os seus atos de infrações, afirmou nunca ter sentido medo: “Nunca senti medo, o primeiro me incentivou a praticar outros assaltos, que somaram mais de 10”.

Ele cumpria medida de internação por latrocínio ocorrido em 2015, tendo como cúmplice sua ex-namorada que, na época, era assistente da vítima. Não foi possível registrar os detalhes desse seu último ato de infração, devido ter sido liberado pela instituição antes da terceira entrevista que faria com ele. De toda maneira, é interessante observar que nesse seu último ato infracional estava em companhia de sua namorada, mais uma vez nota-se que Playboy apoia-se em laços familiares e amorosos para sustentar suas transgressões.

No primeiro encontro, ao falar de sua história, mencionou o nome de seu irmão que o havia incentivado a praticar seu primeiro ato de infração, nesse momento comecei a ter um *feedback* e perguntei-lhe se se lembrava da servidora que trabalhava na direção pedagógica entre os anos de 2012 e 2013. Afirmei ao entrevistado que conheci seus irmãos e que em sua primeira passagem na instituição, eu estava retornando ao Centro como professora, após um período de afastamento da instituição. Naquele ano foi sua primeira passagem pelo Centro, cumprindo Medida Provisória.

Sua trajetória de vida foi uma continuidade entre instituições, Delegacia da Infância e Adolescente e CSE, praticando atos infracionais sem medo e/ou aos

cuidados de seus irmãos. A história dele aponta para questões que ultrapassam a noção de causa e efeito entre o crime, a violência e os conflitos familiares.

Supostamente, os laços afetivos com os irmãos foram construídos por meio de sentimentos de confiança, respeito e cumplicidade. Considerando que os pais já não viviam juntos e possivelmente a família vivia em crise, marcada pelo desemprego, alcoolismo, vergonha e abandono do Estado. Hoje os seus 03 (três) irmãos são “criminosos” condenados, pagando pena na unidade prisional do Estado e Playboy cumpri medida de internação desde o dia 23.04.2015, sendo liberado somente em fevereiro de 2017.

6.2.1 As condições econômicas da família de Playboy e suas consequências perversas.

Ao contrário dos demais adolescentes, Playboy viveu até os 11 anos com seus pais e irmãos, todavia, vale ressaltar que o fato de ele ter morado com seus pais não significa que se sentisse acolhido afetivamente por eles, considerando a falta de lastro que há entre ele e seus pais hoje em dia, é possível supor que a convivência não tenha significado necessariamente reconhecimento amoroso. Ao que tudo indica, seus vínculos mais expressivos foram estabelecidos com seus irmãos, seus parceiros na transgressão. Mas não só de carência afetiva ressentia-se, Playboy era também pobre.

Em relação às situações socioeconômicas nas falas de Playboy (e dos demais adolescentes) elas remetem a uma condição que poderíamos considerar de família em situação de vulnerabilidade social. A família de Playboy representa um retrato do descaso e abandono social, talvez não por acaso seu pai tenha se tornado alcoolista. Sabemos que a falta de dinheiro, a falta de afeto, a falta de oportunidade social, podem conduzir um sujeito a buscar escapar de dilemas psíquicos e sociais fazendo uso abusivo de drogas, lícitas ou ilícitas. A situação da vulnerabilidade social da família pobre se encontra ligada à miséria estrutural, agravada pela falta de políticas públicas que reproduziram nos membros da família o desemprego ou subemprego.

Como então resolver o dilema que abarca a falta de política pública, a pobreza perversa, os sonhos e desejos frustrados de ter (brinquedos, dinheiro, etc.)

o que outras pessoas têm? Playboy e alguns de seus irmãos enveredaram-se pelo crime, seus pais pelo alcoolismo.

Famílias no cenário de vulnerabilidade enfrentam lutas constantes, considerando que vivenciam um desafio contínuo na tentativa de propiciar condições favoráveis para o desenvolvimento social aos seus membros. Para Lima e Alves (2005), o enfrentamento da vulnerabilidade social requer a superação da vulnerabilidade do direito e implica a consolidação de exigibilidade e de garantia no plano de políticas públicas e de capital social. Com isso a vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos.

As observações da situação socioeconômica dos adolescentes autores de atos infracionais são importantes para uma investigação de comportamento dos entrevistados oriundos de famílias em extrema pobreza ou em vulnerabilidade social, julgando que a questão da desigualdade é fator para causa de criminalidade. A propósito, os quatro entrevistados detalharam a ocupação profissionais dos pais e suas rendas, são famílias de perfil socioeconômico de pobreza ou de extrema pobreza.

Apesar de acreditar que miséria e pobreza de famílias não podem ser apontadas como únicos fatores para a prática de atos infracionais, as políticas públicas nos revelam uma invisibilidade à população pobre, pois tolhem seus direitos: segurança, saúde, educação, emprego, etc. Em sua obra, Souza (2006) afirma:

> Bourdieu substitui a noção de “consciência de classe” marxista pelo paradigma da “inconsciência de classe” da sua sociologia. Essa explicação é a que permite, também, compreender a apatia política e a invisibilidade da dominação social capitalista contemporânea, dado que tanto a solidariedade quanto o preconceito de classe são produzidos e reproduzidos de modo cifrado, inarticulado e “naturalizado” (SOUZA, 2006, p.74).

A realidade vivida por essas famílias e por esses adolescentes autores de atos infracionais desenha um cenário cruel diante de suas condições socioeconômicas, alimentado por uma desigualdade social. No Brasil tal realidade é naturalizada ou invisível, um processo que foi construído ao longo de nossa história. Tentando compreender o que seria a apatia política e a invisibilidade da dominação social capitalista, dentro dessa realidade enfrentada por essa família, uso como

exemplo o assassinado de 7 (sete) adolescentes que tinham entre 13 e 19 anos, o crime de execução que ficou conhecido como “Chacina do Cauamé” ocorreu em 2000 no município de Boa Vista. Ninguém foi condenado, a rede invisível uniu a polícia, que deveria investigar e proteger a única vítima, o sistema judiciário, que postergou o processo por anos, os meios de comunicação, que propagaram suas versões, alegando que os jovens participavam de galeras e que praticaram algum ato inadequado. A pobreza, a miséria, a violência, o preconceito marcou a vida e a morte desses jovens, tais práticas são implícitas e transparentes, e não deveriam assim ser.

6.2.2 Playboy: Relato de sua rotina na instituição

No nosso segundo encontro, pedi ao entrevistado que falasse sobre sua rotina, na tentativa de conhecer o ambiente em que vivia e as atividades realizadas. Playboy fez um pequeno desenho de seu Bloco e das celas, as explicações surgiram com o auxílio do desenho. Disse-me:

> Acordo e tomo café às 7:30 horas, assisto televisão, que fica no corredor do bloco, depois fico lendo para passar o tempo, leio mais a Bíblia, vou para o esporte às 09:00 horas, de segunda a sexta sempre tem esporte. No sábado temos culto às 09:00 horas, com membro da igreja católica. No retorno da missa, retorno à cela, entre as 11:30 e 12:00 e recebo o almoço na cela.

O dia a dia do adolescente revela um sentimento de monotonia e tédio. Os poucos momentos de convivência se limitam a uma tarde de domingo (caso a família apareça) e às atividades coletivas entre os adolescentes –vigiadas e controladas pelos socioeducadores –, que se resumem a uma hora de esporte e banho de sol. No restante do dia, o adolescente fica na cela com quatro paredes, grades e sem condições mínimas de higiene.

Nas suas falas, o adolescente tem como fuga a leitura da Bíblia. Pela experiência que tenho com esse trabalho, diria que por vezes esse momento alivia a ansiedade e o tédio. Entre quadro paredes e vigilância, o tempo não passa, as horas são longas, alguns usam a leitura com forma de relaxamento dentro da cela. A Bíblia por sua vez acaba ganhando um valor simbólico para os adolescentes dentro da unidade, servindo como um livro de autoajuda.

Como havia relatado que sua alimentação ocorre dentro da cela, perguntei-lhe sobre a água e Playboy respondeu-me:

> Todos aqui têm uma garrafa pet. A água fica na garrafa, e ela fica na cela, são enchidas na hora do café, do almoço, na merenda à tarde, no jantar e depois da merenda da noite, antes de fechar o plantão, às 22:00 horas. Pegamos a água do bebedouro.

A forma de tratamento oferecida aos internos dentro da instituição nos remete a questionar o processo de ressocialização que a instituição deveria assegurar, tendo em vista o relato do Playboy, ao afirmar que bebe água em uma garrafa pet, que fica a noite toda na cela sem qualquer armazenamento ou refrigeração.

Ainda sobre sua rotina, acrescentou:

> Durmo e assisto televisão. No período de aula, estudo pela manhã, aí o tempo passa mais rápido. Só temos atividade pela manhã, o esporte, e o resto do dia ficamos trancados. Sinto que é uma rotina ruim, privado, sem fazer nada, me sinto um animal. Muitas vezes penso besteira, e em fugir.

Desumanizado, animalizado é como se sentia. Na sua fala, ao mencionar sua vontade de sair e os pensamentos ruins que lhe cercam, acrescentou:

> Penso em coisa boa e ruim, estudar lá fora, construir uma família, às vezes penso em coisas ruins. Sinto agonia na cela, fico olhando o muro e penso em pular. Já fugi duas vezes, na última quebrei meu pé. Quebrei a porta com ferro, fiz uma "tereza"[25] e pulei o muro.

Nesse momento, Playboy revelou sua fragilidade dentro da instituição, sua agonia pelo encarceramento e, provavelmente, pela falta de perspectiva no futuro, mesmo que pensasse em estudar e construir família seus pensamentos eram desfeitos, "quebrados": voltada à vida diminuída de humanidade. Por várias vezes fora institucionalizado. Por várias vezes sentiu necessidade da liberdade, mesmo que isso implicasse em infringir as normas e regras da instituição e até mesmo se colocar em perigo. Não existe um futuro dentro de uma cela ou uma esperança no fato de pagar pelo seu ato, a fuga é um pensamento recorrente.

A fala do entrevistado evidencia o quanto a Unidade Socioeducativa ainda precisa humanizar-se, pôr em prática as medidas socioeducativas de acordo com os princípios determinados pelo ECA, por meio de ações e trabalhos que incluam

[25] Cordas feitas com lençóis.

atividades que preencham o tempo desses adolescentes, e possam auxiliar em sua vida fora da unidade. A dinâmica de atendimento da unidade, pela fala dos entrevistados, não cumpre com seu papel de ressocialização, em seus diversos aspectos: no desenvolvimento físico e psíquico.

Segue imagem das celas onde os internos na Unidade Socioeducativa ficam:

Figura 9 - Cela com as camas de pedra.



Fonte: Imagem do CSE na zona rural tirada em fevereiro de 2017, no período das visitas.

Olhei no relógio e vi que estava na hora do adolescente retornar à cela, pois precisava se arrumar para ir à audiência. Despedi-me dele e desejei-lhe sorte. Ele me olhou e falou: “Acho que é outro processo que chegou!” Playboy não retornou à instituição, foi liberado nesse dia, nosso encontro foi concluído naquele momento, mas ele deixou entrever que poderia voltar… Trata-se de um ciclo vicioso de apagamento de vidas, de repetição do slogan: violência gera violência.

6.3 Careca: a casa, a escola e a rua

Ao término da entrevista com Playboy, pedi a um servidor que trouxesse o próximo adolescente, dei o seu nome e fiquei aguardando-o na sala da assistente social. O adolescente entrou na sala e sentou-se na minha frente. Na tentativa de quebrar o silêncio, iniciei minha fala com uma conversa que tive com sua irmã e pai. Relatei minha dificuldade para encontrá-los, que seu pai tinha sido uma pessoa gentil ao me atender. Descrevi de forma sucinta minha dificuldade ao tentar encontrar sua família:

> Como não tinha conhecimento de sua idade, ao abordar seu pai sobre o pedido de autorização para as entrevistas, seu pai foi fático ao informar que o adolescente já tinha 18 anos, e que não precisava de autorização dos pais.

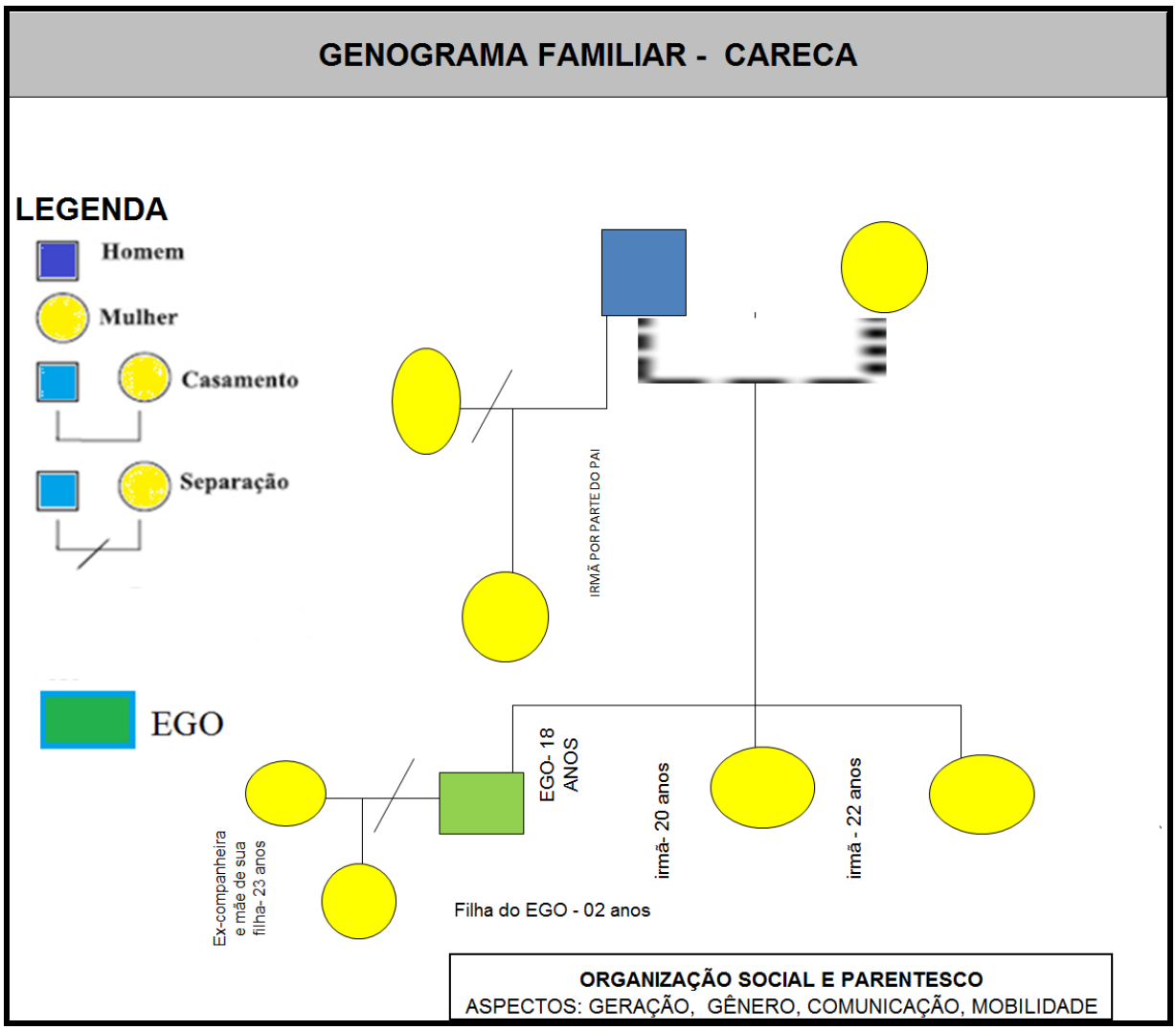
Após meu relato, o adolescente confirmou que fez 18 anos no mês de agosto e que na ocasião já estava na instituição. Aproveitei o momento de sua fala e esclareci sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento - TCLE e o Termo de Assentimento, entreguei-lhe o documento para que fizesse a leitura. Orientei-lhe que era necessário ter um nome fictício para as nossas entrevistas, o adolescente ficou em silêncio, pergunto-lhe se o nome “Careca” lhe agradava, ele balançou a cabeça de forma afirmativa. Ao término dessas explicações, ele me perguntou: “O que eu falar aqui irá para o relatório?”

Expliquei-lhe sobre o sigilo. Perguntei-lhe se ainda tinha alguma dúvida e ressaltei que a qualquer momento da entrevista ele poderia perguntar ou questionar suas dúvidas.

Comecei nossa conversa usando meu diário de campo, não usei gravador, pois nesse primeiro encontro queria criar um ambiente de confiança. Falei que registraria suas falas e que ele poderia ficar à vontade, que nosso encontro não lhe daria prejuízo junto à instituição.

Careca difere-se dos demais adolescentes pela sua configuração familiar: vivia com seus pais antes de ser institucionalizado, no município de Alto Alegre, seu pai é um agricultor e sua mãe dona de casa, tem três irmãs, uma é meia-irmã por parte de pai. O entrevistado é pai de uma menina de 07 (sete) meses, de sua ex-parceira. Segue genograma da família do entrevistado.

Figura 10 - Genograma - Parentesco do adolescente Careca.



Em sua entrevista, o adolescente deu relevância ao vínculo familiar. A dinâmica familiar do entrevistado se caracteriza por afetividade entre seus membros, proteção das irmãs e cuidados ao estarem sempre presentes nas visitas.

Careca registrou em suas falas a preocupação de sua família pela escolha de vida que fez: “Vivia com meus pais no município de Alto Alegre, somos 03 (três) filhos, eu sou o filho mais novo. Minha família crítica muito as minhas amizades”.

Diria que seus pais vivem uma vida razoavelmente tranquila, com a mãe dona do lar, que que cuida da família, o pai a trabalhar como agricultor e a família que cultua a religião evangélica, no entanto, em relação a ele, o filho caçula, a

família o julga como um filho “problema”, inclusive, critica suas amizades. Sobre ser um filho problema, sinalizou:

> Este ano vou fazer o 1º ano do Ensino Médio. Na escola eu era “atentado”, desisti e reprovei várias vezes. Apanhei muito da mãe por causa disso, os membros de minha família são evangélicos, mas eu sempre fui assim”.

Careca deixa como evidência que é diferente do resto de sua família. Assumiu ser sempre o “atentado” da família. A propósito, com relação à questão da escolarização Careca e os adolescentes entrevistados apresentam um atraso escolar, seja por abandono, repetência ou desistência. Observa-se que entre eles os processos ocorreram ainda nas primeiras fases do Ensino Fundamental, entre o 5º e o 6º anos. Todos os entrevistados estavam cursando o EJA- Educação de Jovens e Adultos dentro da instituição e retornaram à escola dentro da unidade, nenhum dos adolescentes entrevistados concluiu o Ensino Médio, retratando assim um índice de defasagem escolar dos internos.

Sobre seu primeiro ato infracional comentou:

> Meu primeiro ato de infração foi em 2011, tinha 13 anos, roubei uma loja de videogame, junto com 02 (dois) colegas menores. Roubamos somente para jogar. Meus colegas eram da rua, faziam parte de galera “Os Gafanhotos”. E conheci um colega que já vivia no crime, tinha 18 (dezoito) anos. Veio de Boa Vista, começamos a andar junto, se tornou meu melhor amigo, me deu droga e passou o esquema para vender. Comecei usando maconha e depois passei a usar cocaína, depois comecei a vender. Minha primeira vez foi na loja de videogame, experimentei o cigarro, tinha 12 (anos) quando fui iniciado pelo colega, ele me ensinou tudo, já tinha sido preso na P.A., mas já está livre.

No relato do entrevistado, ao descrever seu primeiro ato infracional, refere-se a esse momento de sua vida como um período de pertencimento grupal. Assim como aconteceu com Playboy, seu primeiro ato infracional ocorreu para que pudesse jogar videogame. Mas, diferentemente de Playboy, seus parceiros eram colegas de ruas, esses e aquele queriam brincar, jogar, tanto quanto roubar e usar drogas ilícitas, pareciam querer curtir a vida. Careca passou a fazer parte de galera, de um grupo constituído a partir do laço de confiança e lealdade e do estabelecimento das próprias regras. Por assim dizer, Careca escolheu uma nova família. Nesse caso, o ato de infração é um meio de inserção de pertencimento, que envolve o coleguismo, um coleguismo fraterno e transgressor.

Estudos feitos por Minayo e Assis (1999) sobre “galeras” indicam que são grupos de adolescentes que se reúnem sob codinome, muitas vezes são formados por uma sigla, por meio de laços de vizinhos e amizades, frequentemente são violentos, entrando em confronto com seus rivais de outros bairros, por disputas de territórios. Nesses casos, os adolescentes costumam andar sempre juntos, não estudam necessariamente na mesma escola ou moram na mesma rua ou bairro, e elegem um espaço como ponto de referência para se encontrarem, pode ser uma rua, uma praça ou um prédio onde mora um dos colegas. Nesses espaços, eles trocam ideias, compartilham suas dificuldades e alegrias, fortalecem os laços afetivos. Esses locais não são fixos e nem definitivos. Ora estão em uma praça, ora na esquina de uma rua, mas elegem um lugar como referência. Esses espaços são demarcados e não é permitido que outro grupo os ocupe. A intromissão de outras pessoas é entendida como provocação, gerando conflitos entres eles.

Após narrar seu primeiro ato de infração, perguntei-lhe sobre os demais e se em algum momento foi pego pela polícia. Em sua fala o adolescente demonstra uma serenidade ao responder:

> Não, eu praticava alguns roubos pela cidade, mas nada sério. Depois desse roubo, fiz outro de R$10.000,00 (Dez mil reais) em um comércio da cidade, fiz sozinho, antes já tinha roubado R$3.000,00 em outra loja. Fui pego pela polícia no roubo de R$10.000,00, fiquei a tarde e a noite na delegacia e fui liberado. Mas fiquei “queimado” na cidade. Liguei para o meu colega, que me convidou para vir para Boa Vista, fiquei na casa de uma outra pessoa que era envolvida no crime. Tinha 15 (quinze) anos quando saí de casa, nesse período era usuário e traficava drogas na cidade. No ano de 2014 comecei a usar arma com esse colega e praticar assaltos, roubava motos e celulares na cidade e nunca fui pego.

Não me parece que Careca tenha iniciado a praticar os roubos por questões econômicas, e sim pelo prazer da aventura, que era oferecida nas ruas e praças de sua pequena cidade. Muitas vezes, como apontou Sposito (1993), as ruas e praças são ocupadas pela presença de um número significativo de grupos coletivos de adolescentes, organizados a partir de “galeras”, bandos, gangues. Trata-se muitas vezes de um cenário atraente para os adolescentes pelo elo que une seus integrantes.

Na solidariedade entre os pares – construída em torno das noções de fraternidade, lealdade e fidelidade –, por vezes a violência surge como parceira

inseparável nesses grupos. Se assim, o entrevistado encontrou em sua pequena cidade “diversão” e “animação”.

No relato do adolescente a rua tornou-se um palco de acontecimentos que envolve crime, violência, entrada e saída de delegacia. A rua para Careca foi o caminho para uma vida de delitos, para tanto, teve de sair de casa, abandonar a escola e conviver com traficante, tornar-se um deles. A rua ganhou, pois, um valor simbólico na vida desse adolescente e na construção de sua identidade.

Quando relatou seus atos praticados em sua cidade, “Careca” o fez de forma simples, acreditando que nesse período era uma fase de adolescente sem juízo. Os delitos simples foram ganhando forma e sua vida foi tomando outro rumo. Sua escolha em seguir esse caminho, não foi por falta de alternativa, o entrevistado conhecia os perigos de seus atos, mas continuava repetitivamente praticando-os, até tornar-se um adolescente “queimado” na cidade, ou seja, era visto como um “criminoso”, que roubava, traficava e praticava vários delitos.

Sobre o ato infracional que o levou à institucionalização na unidade socioeducativo, Careca falou:

> Eu estava com meu colega de moto, vendendo “drogas”, aí passou a polícia e viu a gente, tentamos fugir mas fui pego. Como morava em Boa Vista, fui pro abrigo da Mecejana, fiquei apenas 09 (nove) dias, depois fui recolhido com Mandado Judicial e fiquei apenas 03 dias no Centro, fui pra audiência e peguei 30 (trinta) no abrigo, **o juiz deu uma chance pra mim. Nesse período eu aprontava durante a noite,** fugi e fui para o município de Alto Alegre, conheci uma pessoa e fui viver com ela, tive uma filha em 2015, mas só a vi na audiência. A mãe dela nunca quis minha ajuda**,** já vivi com uma outra pessoa, ela tem 23 (vinte três anos). Na cidade de Alto Alegre vivia na casa de minha sogra, ela vendia “drogas”, fiquei junto com a mãe de minha filha durante 07 (sete) meses, em fevereiro de 2016 “caí” na instituição. **Meu pai fez uma denúncia pra polícia,** que acharam 100g de pasta, pedras escondidas no quintal do vizinho. Quando fiquei sabendo da denúncia retornei ao abrigo, mais fui pego e levado ao Centro.

Pelo relato do entrevistado, seu pai era um homem simples, um agricultor que cuidava da terra e de sua família. Durante longo tempo, o adolescente afirma que sempre aprontava na cidade, ou seja, praticava pequenos delitos e era pego, detido e depois liberado. O adolescente fugiu de casa, passou a conviver com criminosos que praticavam diversos crimes (roubo, tráfico de droga, etc.). Escolheu uma outra família no qual se identificou, a família do crime. O seu pai, ao vê-lo envolvido com o crime, tomou uma atitude que poucos pais têm coragem de fazer,

deu um limite ao filho. Pais ou familiares que agem assim, provavelmente agem com a esperança de conseguirem cessar a possibilidade de novos crimes, e evitar o sofrimento de outras famílias. Como alternativa para ajudar o filho, só resta denunciá-lo às autoridades.

O entrevistado deixa claro que recebeu várias oportunidades para seguir um caminho diferente, quando alega que “o juiz lhe deu uma chance”, e que mesmo assim reincidia em praticar atos infracionais.

Após relatar seus atos infracionais, perguntei-lhe se em algum momento praticou homicídio. Com a voz serena: “**Nunca matei!** Já furei e ameacei com arma de fogo. Mas meu amigo já matou. Hoje está preso na P.A.”.

Nesse momento percebi em sua fala um **sentimento de arrependimento,** aproveitei e questionei sobre o significado que os roubos lhe trouxeram, que benefícios ele obteve: - Sim, comprei roupas, aluguei casa, fazia festas, comprei minha moto.

Diria que o adolescente alimenta um valor ao vestuário, com roupas de marcas e que estejam na moda. As roupas e imagem corporal ganham um significado importante de diferenciação social e/ou de destaque com os demais adolescentes do seu grupo social, ou melhor, sua afirmação dentro do grupo que pertence. O cuidado com corpo é visível, mesmo na instituição, no período da entrevista o adolescente, estava tomado banho. Algo não muito comum na instituição, devido à falta de material higiênico (sabonete, shampoo, etc.) na unidade.

Ainda sobre sua relação com o corpo, Careca reconhece-se como sendo pardo e, segundo registrou, não relatou nenhum conflito na rua e/ou dentro da unidade por causa de sua cor de pele. Vale considerar que o universo por onde transita, em função do racismo e do classismo, é ocupado mais propriamente por não brancos e pobres, não é de se estranhar, portanto, que não tenha notado passar por racismo. Contudo, não se deve desconsiderar que a maior parte dos adolescentes institucionalizados são pobres e não são brancos, o que por si só dá ensejo para se considerar o classismo e racismo institucional como elemento estruturante dos processos de internação desses jovens de Roraima.

Olho no relógio e vejo que está próximo do almoço, e encerro nossa entrevista, digo que teremos outros encontros. Abro a porta e o acompanho até o socioeducador que está aguardando-o no corredor, continuo nossa conversa de modo informal.

6.3.1 A privação de liberdade: punição e restrição

No segundo dia de encontro com o entrevistado, dia 26.01.2017, solicitei que o adolescente Careca fosse liberado, nesse momento o agente socioeducador informou-me que o adolescente estava restrito, mas iria pegá-lo. O adolescente chegou à sala com um visual diferente, sem um fio de cabelo[26], sentou-se ao meu lado. Perguntei-lhe como estava. Disse-me que estava restrito. Dei um sorriso e brinquei com ele: "Andou aprontando, Careca?" Retornou o sorriso com um pequeno gesto afirmativo, aproveitei e pedi-lhe que falasse o motivo de sua restrição*. O adolescente relata meio que ciente de seu ato. "*(Sorrindo) – Peguei a televisão e levei pra minha cela, recebi 15 (quinze) dias no isolamento".

As restrições internas aplicada pela equipe disciplinar (psicólogo, socioeducador, diretor, etc.) são tratamentos punitivos, que vão ao corte de cabelo raspado, o isolamento no Bloco D, o cancelamento das saídas nos fins de semana e até a suspensão das visitas dos familiares.

Ao descrever o ato indisciplinar ocorrido um dia depois do nosso primeiro encontro, o entrevistado transpareceu tranquilidade em seu ato, demonstrando algum controle.

Em suas falas a restrição aparenta naturalidade. Após sua fala sobre as restrições, percebi que elas são triviais entre os internos, como se dissesse: "Rouba-se entre a gente", mas mais do que pegar um bem privado, nesse caso, Careca apropriou-se de um bem comum a todos daquela ala, portanto, pegou para si um bem público. Na ocasião, o individual se sobrepôs ao coletivo.

Na sequência, perguntei-lhe "Você já ficou no isolamento? Como funciona esse isolamento?"

> Isolamento! Aqui não existe investigação, os que brigam ficam restritos depois da reunião da Comissão Disciplinar. Já participei de várias da comissão, e já fiquei restrito. Permaneci uma vez 30 (trinta) dias no isolamento. O isolamento fica atrás da ala feminina. Não tem chuveiro, duas camas de pedra sem colchão, não tem luz, fica tudo escuro a noite, e nem ventilador. A gente não sai pra nada. Fiquei doente quando fiquei lá, acho que peguei a "Zika", sentia febre, dor de cabeça. Só fui no médico depois que sair do isolamento, estava só o "graveto" não conseguia comer. Nas outras vezes fiquei em média de 10 a 15 dias no isolamento.

[26] Os adolescentes, quando recebem restrições, têm seus cabelos cortados no "zero".

Nos relatos dos entrevistados, o Bloco D (figura 11) é compreendido como um espaço punitivo, semelhante ao que existia no antigo CSE, a chamada “Casa Azul”, destinada à penalização dos adolescentes, no qual ficavam sem luz, água e roupas. O bloco assumiu essa mesma destinação, como espaço disciplinar, onde os adolescentes relataram que ficam por uma ou duas semanas no “isolamento”, sem luz, água e roupas para trocar, a cama é sem colchão, o espaço é úmido e frio. A comida chega pela grade e o banho ocorre por meio de uma mangueira que entra pela grade.

Nas falas dos entrevistados a prática da “punição” por meio do isolamento é um ato administrativo para os que praticam um ato indisciplinar na instituição, apesar de sua ilegalidade perante o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, o isolamento ocorre nos Blocos D1 e D2 de forma individual como um dispositivo disciplinar, quando os internos não obedecem as regras e normas ou praticam algum ato infracional (for pego com entorpecente, brigar, ameaçar, etc.). Na fala do adolescente “Pensador”, que contribuiu nesse estudo, o relato:

> Senti calor. Lá é ruim, a gente fica só de cueca. Eu até queria denunciar o diretor, além de ficar só de cueca na pedra, fiquei sem café e almoço um dia. Lá é tudo fechado, chuveiro é quebrado, vaso sanitário quebrado. Lá é fechado, fechado, fechado (Pensador).

A restrição esmiudada pelos entrevistados dá indícios do caráter cruel e desumano do tratamento oferecido aos internos. Careca passou 30 (trinta) dias no chamado “isolamento”, ficou doente, sem quaisquer condições de higiene.

Figura 11 - Os Blocos D1 e D2 são destinados para visita íntima- funcionando para o cumprimento das restrições dos internos.



Fonte: Imagens dos blocos nos quais os internos ficam no isolamento.

Em seu capítulo “Representação Falsa”, Goffman (1996) destacou o efeito negativo promovido pelas instituições, pois elas tendem a operar na despersonalização dos internos, com regras severas e tratamento desumano, em que os sujeitos são em sua maioria tratados como meros números de prontuário. Esse é um processo danoso, que atinge, em especial, os adolescentes em condição peculiar de desenvolvimento, pois estão no processo de construção identitária.

Segundo os entrevistados, a violação de direitos se inicia antes mesmo da aplicação da medida socioeducativa, alguns narraram sobre os abusos sofridos em diversas situações, desde a prisão por policiais que praticam agressões físicas, até mesmo nas delegacias onde ficam nas celas apenas de cueca, aguardando por várias horas serem ouvidos por um delegado ou a presença de seus responsáveis. Tais relatos descrevem uma trajetória de revolta e sofrimento, marcada por atos de humilhação e violência, antes, durante e após as experiências da internação.

6.3.2 Adolescente Careca e suas relações com os demais internos

Na sequência dos encontros, passo a analisar aspectos que influenciam na construção da inter-relação entre os internos. Conforme relataram os entrevistados, todos mantêm uma rotina padrão, no horário que estão na cela, alguns ficam lendo, outros assistem televisão. O entrevistado “Careca” relatou o que gosta de fazer quando está na cela:

> Costumo ler a bíblia e alguns livros, já li “A última pedra” e gostei de ler, e estou terminando o livro “Guerra dos mascates”. A leitura abre a mente. O jantar costuma ser entregue ás 19:00, janto e depois vou assistir os programas da televisão, às 21:00 tem um lanche. Costumo jogar baralho ou dominó com os colegas da cela, às vezes criamos jogo de pingue-pongue com os lençóis e sandálias.

Além da rede de atendimento de serviços que são oferecidos aos internos, um outro aspecto que considerei relevante para reflexão são as relações sociais e interpessoais entre os adolescentes e a prática dos atos infracionais dentro da unidade. A rotina institucional de Careca é semelhante à dos demais entrevistados, no entanto, ele parece conseguir se distrair um pouco mais do que Playboy, seja pelas brincadeiras e jogos mencionados, seja pelas leituras que faz. Esse é um dado importante porque, em um ambiente opressor, conseguir realizar atividades de entretenimento com seus colegas de instituição é uma conquista, tanto quanto partilhar experiências e bens. Comentou:

> Temos 03 (três) ventiladores, eu tenho o meu colchão que foi um negócio que fiz com uma “beca”. Costumo compartilhar as coisas que recebemos da família entre os colegas que chegam.

Vê que, se ora Careca desapropria o outro de um bem comum (como ocorreu com a TV), ora partilha o que tem com aqueles que menos tem. De toda maneira, ressaltou que não costuma ter conflitos com outros internos, ainda que presencie situações tensas entre eles. Sobre isso, comentou:

> Não costumo ter conflitos com os internos, vivo na minha. Mas os meus colegas gostam de tirar “onda” entre eles. Já vi várias brigas entre os adolescentes veteranos, que se acham o “tal”. Quando os adolescentes novatos chegam na cela, eu não costumo maltratar, converso com ele, explicou como é as coisas aqui, pergunto qual foi o artigo que ele caiu. Os

> adolescentes internos costumam maltratar os novatos (os provisórios) costumam bater e maltratar os novatos, tirando seus objetos e comida.
> Os novatos dormem no chão. Aqui quem chega primeiro, pega a pedra, caso queira a pedra fazemos “jogo”, com roupas e comida. Quando cheguei aqui, comprei minha pedra com uma “beca”.

O adolescente não é um novato, parece ser uma figura de liderança dentro de sua cela, quando declara não ter conflitos com os demais internos, mas não fez nenhuma referência em sua passagem de iniciação a instituição.

Ao chegar à instituição, os adolescentes são obrigados a passar por restrições institucionais e ameaças lideradas pelos internos mais antigos. Careca descreveu o ambiente no qual vive:

> Ficamos na ala dos adolescentes maiores. Aqui têm 04 alas: a primeira com os provisórios, a segunda com os adolescentes sentenciados maiores de idade, a terceira com os sentenciados que recebem medidas protetivas, os “Caguetas”, Jack”[27], e a última cela ficam os novatos. As atividades são feitas separadas dos que estão na terceira ala. Na minha ala têm 19 adolescentes e as celas têm entre 06 e 07 adolescentes (...). Na cela não tem cama, dormimos na pedra, usamos um colchão. Tem um vaso, uma pia e um chuveiro. São 04 pedras, duas embaixo e duas em cima.

A violência não se limita apenas ao isolamento dos internos, ela aparece também no tratamento que os novatos recebem dos internos veteranos, eles são obrigados a conceder seus alimentos, roupas, objetos que ganham da família. A recepção pode significar um choque aos adolescentes que chegam pela primeira vez na instituição, o ambiente é hostil e severo, tanto no tocante à sua estrutura física (cela com grade, cama de pedra, sem colchão e ventilador, etc.), quanto à dimensão relacional:

> Cheguei a ouvir um adolescente pedindo uma sandália, pois não tinha e era obrigado a pedir emprestado do colega de cela para poder sair da unidade, e o pagamento do empréstimo era a doação de sua comida.

Essas atitudes de poder exercidas pelos adolescentes que possuem mais tempo na unidade são comuns no cotidiano dos internos, aspectos que abordarei em outro momento, a partir dos relatos do entrevistado Pensador. Todavia, o relato de Careca nos leva a um campo de compreensão que o exercício de poderes plenos nas celas se sobrepõe ao poder dos direitos de cada interno, produzindo uma nova

[27] Termo usado para quem pratica o crime estupro contra vulnerável (crianças ou mulheres).

rotina que não é institucionalizada. Ou seja, cada cela passa a ter um adolescente ou mais que tem o poder de domínio entre os demais internos.

Foucault (1979) buscou explicar as características das relações de poder diferenciadas do Estado e de seus aparelhos. Diferentemente de Bourdieu, Foucault não teve a pretensão de elaborar uma teoria acerca do poder. O poder, conforme o autor, não é uma posse; é algo criado por meio das relações humanas de poder. O poder pode ser efetuado, exercido, pode ser funcional, mas não tem um lugar privilegiado, concreto. Dissemina-se por toda a estrutura social sem ser um objeto: é uma relação. Foucault desvia o espaço de análise do poder, elegendo como destaque em seus estudos as manifestações microfísicas, reveladas a partir do exame minucioso dos gestos, das atitudes, dos hábitos e dos discursos. O poder também pode aprimorar e gerir atividades humanas em diversas áreas: política, econômica, militar, esportiva, prisional, empresarial etc. Segundo Foucault (1979), o poder não assumi apenas o poder de reprimir, mas se torna forte por produzir efeitos positivos no tocante ao desejo.

Pierre Bourdieu (1989) afirmou que as relações de poder vão além de performances e discursos. Ele considerava que o poder simbólico seria um poder quase mágico, “faz ver e faz crer”, assegura e transforma nossa visão de mundo, nossa ação sobre o mundo, bem como o próprio mundo. Bourdieu (1989) apresentou uma definição do conceito de poder, o que ele denomina de poder simbólico, um poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sujeitos ou mesmo que o exercem. O poder simbólico seria mantido pelas ações dos indivíduos, incentivando e ratificando o poder que certa cultura detém sobre as demais.

Careca registrou como ocorre sua relação com demais internos, agora: - É de boa, durmo tranquilo, não tenho medo deles, temos uma relação de confiança, todos se conhecem, sabem o seu artigo[28].

A instituição para o entrevistado me parece ser um ambiente de empoderamento, pois tem respeito de colegas de cela, os novatos recebem seus conselhos e menciona ter uma relação de confiança com os demais, ainda que entre ele e os demais também existam conflitos. Para ilustrar, comentou sobre briga ocorrida em sua ala no dia de nossa entrevista:

---

[28] O ato de infração praticado.

> Hoje teve briga na ala, um colega da minha cela com outro da cela da frente. Teve troca de socos, quando eles estavam retornando do esporte, se confrontaram. O conflito começou ontem à noite, por causa do controle da televisão.

Ao relatar o referido conflito, mesmo que não tenha participado dele, foi um espectador. Aproveitei esse momento de sua fala e perguntei como resolve os conflitos que tem com os demais internos. Disse-me:

> Costumo resolver cara a cara, já briguei umas 06 vezes, mas com os provisórios. Sempre rola ameaça entre os adolescentes. Aqui não existe investigação, os que brigam ficam restritos depois da reunião da Comissão Disciplinar. Já participei de várias da comissão, hoje tenho uma, pois peguei a televisão da ala e levei pra minha cela, vou receber restrições.

O entrevistado revelou sua personalidade forte quando afirmou que “resolve cara a cara” seus conflitos, tentou transparecer certa impulsividade, insensibilidade à dor e a ausência de culpa. Sua personalidade é marcada por uma postura de poder, ao declarar que as brigas ocorreram com os adolescentes que estão na provisória, que supostamente seriam os novatos.

A liderança que uma pessoa exerce sobre as demais é um fenômeno sociocultural presente na prisão, assim como nas unidades socioeducativas. Os adolescentes que assumem esse papel costumam ser respeitados e temidos pelos demais internos. É possível afirmar que internos reincidentes assumem esse papel de liderança, amedrontando e acolhendo os internos novatos.

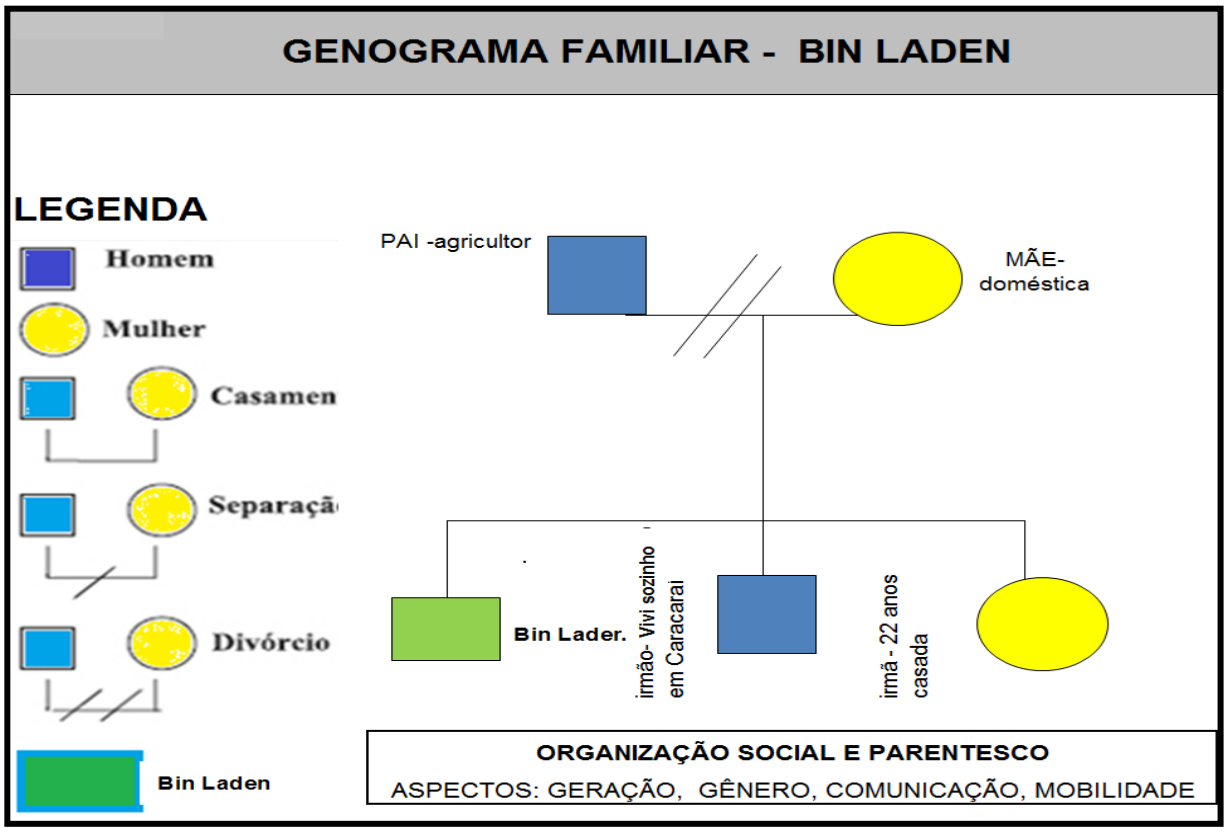
No período da pesquisa de campo os internos ficavam em suas celas, saiam apenas uma vez por dia, no horário do esporte, que ocorria entre as 09:00 e 10:00 horas, com isso os contatos físicos pouco ocorriam, dificultando os conflitos de violência entre eles.

6.4 Bin Laden: amigos e parceiros no crime

O terceiro entrevistado foi o adolescente Bin Laden, que vivia com seu pai e com o irmão mais velho no município de Caracaraí. Os pais são separados, sua mãe vive com sua irmã na capital do Estado. Os laços familiares entre o adolescente e seus pais não foram rompidos com o divórcio, em seu relato a figura da mãe está presente em sua história, apesar de viver com seu pai. Sua mãe convivia com sua

ida e vinda em delegacias, participando do processo de internação no Centro Socioeducativo em suas várias passagens. É possível perceber em suas falas a existência no seio de sua família do que se chama de “sentimento de família” (Aries, 1981). Tal sentimento se forma a partir das relações estabelecidas entre os membros da família e suas inter-relações socioculturais. Veja o genograma do adolescente Bin Laden:

Figura 12- Genograma - Parentesco do adolescente Bin Laden.



Diria que, para os adolescentes internos, a instituição família ganha uma importância no processo de clausuramento, apresentando aspectos positivos, como núcleo afetivo, de apoio e solidariedade. Comumente o elemento central é ocupado pela mãe, tendo em vista que na maioria dos casos o pai é um personagem ausente, seja fisicamente ou no sentido de não exercer o papel fundamental na família, e a mãe exerce a função de provedora e de representante da moral familiar. No caso do adolescente Bin Laden (assim como na história de Careca) a figura do pai é presente, com a dissolução do casamento de seus pais o adolescente passou a

viver com o pai, que assume o papel de criar e educar sozinho o filho. Sua mãe passou a viver em outro município, com sua irmã mais velha. Em suas palavras:

> Vivia com pai no município de Caracaraí, somos três filhos, dois são maiores de idade. Meus pais são separados desde de 2004, minha mãe mora em Boa Vista. Após a separação, os dois jovens ficaram com meu pai, e minha irmã ficou com minha mãe. Minha mãe tem como emprego o serviço em casa de família e meu pai é agricultor, dono de um sítio, ele faz farinha e vende na feira. Meu pai tem mais de 40 anos e minha mãe mais de 30. Quando eles se separam eu tinha uns 04 (quatro) anos.

O entrevistado verbalizou que seus pais se separaram quando tinha 04 (quatro) anos e que nunca soube o motivo da separação. A fonte de renda da família era a agricultura. Hoje seu pai vive ainda no mesmo município, tem a mesma agricultura, já sua mãe saiu da cidade e vive na capital, fazendo faxina em casa de terceiros para obter uma renda e sua irmã trabalha como vendedora. Ao relatar sua vida quando vivia com seu pai, salientou que saía de casa para ir à escola, mais ficava na praça, tomava banho no rio e fumava maconha com os amigos da vizinhança. Bin Laden fez até o 8º ano do Ensino Fundamental, parou de estudar aos 16 anos em Caracaraí:

> Estudei até o 8º ano, parei de estudar com 16 anos no município de Caracaraí. Estudava, mas faltava muito, saía de casa para ir à escola, mas ficava na praça.

O adolescente passou a se envolver com grupos sociais de sua vizinhança, que posteriormente ganharam uma importância em sua trajetória de atos infracionais.

Como já apontado no caso de Careca, as ruas e praças, especialmente nas pequenas cidades, são em geral ocupadas pela presença de agrupamentos coletivos de jovens, como as galeras. O arranjo social que esses adolescentes criam é capaz de disponibilizar uma significação do que seja participar e pertencer, oferecendo a eles uma possibilidade de identificar-se com seu grupo social e diferenciar de outro grupo, baseando-se na confiança, na cooperação, na igualdade e na reciprocidade. Vale lembrar que, frequentemente, trata-se de adolescentes pertencentes às classes populares, as quais, historicamente, e em função da desigualdade de classe, possuem perspectivas limitadas para o futuro, deparam-se com a indiferença política e a invisibilidade social, sendo muitas vezes motivados por

promessa de experiências interessantes, desafiadoras e a possibilidade de reconhecimento entre os membros do seu grupo do qual passam a fazer parte.

Nesse sentido, a questão não deveria ser culpabilizar os amigos, como se fossem simplesmente más companhias, mesmo porque eles próprios escolhem realizar infrações. É preciso entender que tais companhias preenchem vazios que alguns adolescentes não encontram em outros espaços sociais por onde transitam, seja na família, na escola, na igreja… Ademais, são adolescentes, vivenciam aquela fase da vida muitas vezes marcada por interrogações e incertezas, encontrar cumplicidade, aventura e poder, talvez seja a saída para muitos, foi assim para Playboy, Careca e para Bin Laden. Ao ser criticado pela família Careca fala: "Acho que por um lado ele (parceiro) foi responsável, por outro não. O meu lado quis, ninguém me forçou a nada. Mais a amizade incentivou."

Na relação com seu grupo social, esses adolescentes buscam uma outra referência para a construção de suas identidades, o pertencimento a um grupo social na adolescência é, na verdade, um ritual de passagem para a juventude.

Ao fazer seus relatos, Bin Laden detalhou em sua trajetória a prática de ato infracional, sendo que seu primeiro ato ocorreu aos 12 anos com pequenos furtos e na parceira de seus amigos de futebol, que lhe ofereciam cigarro. Aos 13 anos iniciou o consumo de maconha. Afirmou que aos 16 anos ocorreu sua primeira internação em uma unidade socioeducativa:

> Pratiquei um furto com um amigo aos 16 anos. Ele vivia numa laje, e ficava observando o movimento da loja de celular, e percebia seu funcionamento. Planejamos o furto e fizemos durante a noite, após o crime meu amigo foi pra Boa Vista. Na estrada foi pego na barreira policial, com o produto do furto. Na delegacia, ele me denunciou, como tinha umas 03 (três) passagens na delegacia de Caracaraí por furto e sempre era liberado. Fui encaminhado para o CSE e **peguei apenas 45 dias** na provisória, em 2014 caí no CSE pelo crime de furto e fui liberado depois, não peguei medida. Saí e fui morar com minha mãe em Boa Vista, retornei o estudo. Estudava numa escola do centro da cidade. Frequentava muito pouco. Aqui eu fiz novas amizades, vivia na praça do "Buritis", usava maconha e depois passei pra cocaína. Meu amigo vizinho de minha casa, já tinha passagem na delegacia, era maior de idade. Me convidava pra praticar roubo com ele.

Nas falas do adolescente há uma consciência de que seus atos têm repercussão junto a sua comunidade, quando narrou que praticava vários furtos e era levado à delegacia do município e liberado com a chegada de seu pai. É possível considerar que o fato de receber pequenas penas ou de ser

recorrentemente liberado ampliava lhe a sensação de poder. Ademais, e tendo em vista a identificação com colegas de praça e de futebol, Bin Laden (assim como os outros entrevistados) fazia uso de drogas ilícitas, como é notório, elas propiciam efeitos físicos, psíquicos e sociais: mesmo que causem desconforto, muitas vezes tamponam possíveis sensações de impotência e esvaziamento, dando a sensação ao usuário de grandiosidade, de potência e empoderamento.

6.4.1 A adolescência e a construção de uma identidade: vivendo com a violência

Nas falas do entrevistado, e na escolha de seu nome fictício, acredito que o adolescente nos revela um sentimento de autoafirmação, uma imagem carregada de poder. O nome Bin Laden no qual escolheu nos transporta a um líder extremista que não tinha medo de morrer, um terrorista e assassino que aterrorizou o mundo.

O pseudônimo Bin Laden escolhido pelo entrevistado possivelmente instiga a compreender similitude identitária construída pelo adolescente. Um jovem que fugia da escola e buscou na parceria o crime. A escolha dos nomes de cada entrevistado possui um significado na construção de sua identidade. Os nomes puderam revelar, em alguns casos, questões relevantes da relação que o adolescente tem com os demais internos, e sobre suas histórias fora da instituição. O nome “Bin Laden” detém uma representação de um personagem do mal (para aqueles que são fora de seu grupo) e do bem (para aqueles que são seus companheiros), ou seja, representa o poder, o terror, tanto quanto o respeito e o protetor.

Quando questionado a respeito de seu futuro e plano de vida, o adolescente disse:

> Tenho um plano de vida. Eu vou caçar um meio possível de deixar essas amizades, arranjar um emprego. Vou ajudar meu pai. Por um lado, eu me arrependo, por outro eu já fiz e não dá pra voltar atrás. Levantar a cabeça.

Completou:

> Meu pai veio me visitar, uma única vez, os meus irmãos também. Me sinto triste aqui, sei que cometi um erro. Todos os dias. Olho pra parede e espero o tempo passar.

Em sua declaração Bin Laden tem consciência de seus atos, que não tem mais volta, que precisa buscar um novo caminho. Diria que a solidão, a ausência da família e o “encarceramento” lhe propicia um sentimento de descrença e perca de um futuro melhor. Sua preocupação agora é com seu pai, apesar do mesmo não visitá-lo. O jovem reconhece que as amizades favoreceram sua trajetória no CSE, uma vez que foram dois longos períodos na instituição:

> A primeira vez passei 11 meses na unidade, cumprindo medida por roubo da loja de celulares e a segunda vez peguei 06 (seis) meses pelo tráfico de drogas, roubo de moto e uso de arma de fogo.

Para o adolescente, sua identidade foi se construindo ao longo do processo de convivência com seu grupo de amigos /parceiros, no qual a identificação que ocorre entre esse vínculo se manifesta na forma de vestir, na linguagem e nos hábitos incomuns ao grupo. Os vínculos com o grupo evidenciam-se pela relação de confiança, que esses adolescentes habitualmente não encontram no ambiente familiar. Segundo Aberastury e Knobel (1989), em algum caso esse processo é tão intenso que essa aproximação não é tão fácil, uma vez que a separação do grupo se torna algo impossível. O adolescente se sente mais pertencente ao grupo de afinidades do que ao grupo familiar.

> (...) na busca da identidade adolescente, o indivíduo, nessa etapa da vida; recorre como comportamento defensivo à busca de uniformidade, que pode proporcionar segurança e estima pessoal. Aí surge o espírito de grupo pelo qual o adolescente mostra-se tão inclinado. Há um processo de superidentifcação em massa, onde todos se identificam com cada um. Às vezes, o processo é tão intenso que a separação do grupo parece quase impossível e o indivíduo pertence mais ao grupo de coetâneos do que ao grupo familiar (ABERASTURY; KNOBEL, 1989, p. 37).

Com isso, os estudiosos concluem que o agrupamento entre os adolescentes possui um importante significado na construção de suas identidades, uma vez que passam a vivenciar diversas experiências ao mesmo tempo.

Com os diálogos realizados com os adolescentes internos na unidade Socioeducativa foi possível investigar que o início da vida infracional se deu de maneira geral entre os 11 e 13 anos, idade em que os adolescentes, de modo geral, passam por uma transformação buscando novos modelos para a formação de sua identidade adulta: período altamente vulnerável e suscetível às influências

ambientais, construtivas e destrutivas (LEVISKY, 1998). Nesse estágio diversos jovens liberam um comportamento de impulsividade e se envolvem em atos de violência, abuso de drogas e vivem um conflito entre construir e se incorporar à nova identidade resultante de experimentos e descobertas de suas potencialidades afetivas, intelectuais, sociais e físicas.

Ao descrever seu primeiro ato infracional, Bin Laden contou que buscava ter “as coisas”, roupas, relógio, moto, tênis, sandália de marca. Comentou:

> Minha mãe me via com roupas novas, ela perguntava, eu dizia que estava trabalhando.
> Fui pego na casa de meu amigo com duas motos roubadas, um revólver 38 e celular roubado, era uma “boca de fumo”.
> Queria andar de roupas novas, ter minha moto, relógio novo, sandália. Já me sentia viciado em maconha, a cocaína usei pouco tempo (Bin Laden).

Diria que a história de Bin Laden é semelhante à de muitos adolescentes institucionalizados, que passaram a praticar atos de infração apoiados em algum tipo de grupo social, com que passam a conviver e não por obediência às suas regras (ASSIS, 1999).

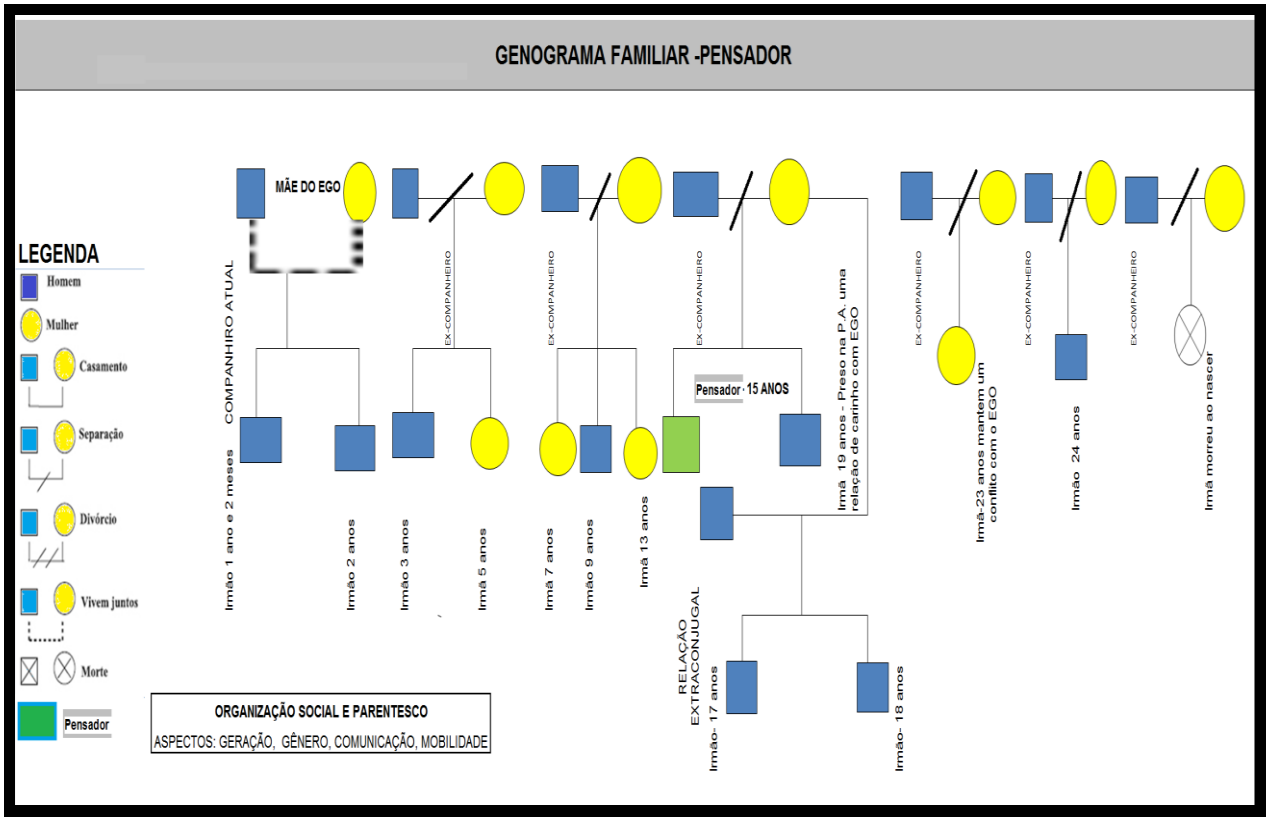
As parcerias construídas entre jovens que nunca cometeu um ato ilícito e com quem já o fez, ocorre possivelmente pela necessidade que esses jovens têm, não somente do consumo, mais de condições favoráveis que os amigos têm e ele não tinha.

Bin Laden e muitos dos adolescentes autores de autos infracionais mostram uma preocupação com sua identidade masculina, que é ligada ao poder e status que a arma de fogo dá ao grupo, aliada ao desejo da possibilidade de dinheiro rápido, aquisição de bens de consumo, drogas, que vão gerar a admiração das meninas e uma posição de respeito (ZALUAR ,1995).

6.5 Pensador: jovem, negro e pobre

O último entrevistado a falar de sua história foi Pensador que, no primeiro contato individualizado, chamou-me a atenção pelo fato de ser o único a relatar suas lembranças e memórias no ambiente familiar já no primeiro encontro. Deu ênfase aos conflitos afetivos entre os membros da família, a ausência de afeto de sua mãe, o sentimento de discriminação pela sua cor de pele, reconhecendo-se como uma pessoa negra.

Figura 13 - Genograma - Parentesco do adolescente Pensador.



Ao fazer uso do genograma familiar na pesquisa, consegui coletar alguns dados sobre a dinâmica familiar de cada adolescente entrevistado. Observei a formação e ruptura dos relacionamentos dos pais dos adolescentes e de outros membros da família, as questões sociais e comportamentais, mas o enfoque principal desses adolescentes nos revela os casamentos, separações, divórcios e o número de membros da família.

O adolescente Pensador apresentou sua família: a mãe chefe da família, e seus 13 irmãos, e que o primeiro filho faleceu ainda pequeno. O irmão e irmã mais velha vivem sozinhos, já o irmão de 19 anos no qual o adolescente mantinha uma forte ligação, encontra-se preso em uma instituição prisional do Estado, os demais filhos convivem com a mãe e o atual parceiro. Com seu padrasto a mãe teve dois filhos, que hoje têm 02 anos e o caçula menos de dois anos. O pai do Pensador deixou a mãe quando ele ainda era pequeno, indo viver como outra parceira, os pais tinham uma relação conflituosa na qual sua mãe manteve uma relação extraconjugal

com outro parceiro, criando assim um novo arranjo familiar, que é marcado pela pobreza, pela violência doméstica e os confrontos entre os seus membros.

Nos relatos sobre sua família e infância o entrevistado revelou uma ausência de afeto por parte de sua mãe, o abandono de seu pai aos 07 anos e sua fuga de casa aos 11 anos:

> O meu pai deixou a família quanto eu tinha 07 (sete) anos, foi viver com outra mulher. Minha mãe teve 14 filhos. Saí de casa com 11 anos, passei dois anos fora de casa, retornei somente com 13 anos.

Ao se referir a sua família, o adolescente fez menção ao abandono do pai, à precariedade de sua mãe em ter de cuidar e criar quatorze filhos e os conflitos que vivia com ela. A família do adolescente Pensador foi descrita de forma complexa, passando por diversas transformações decorrentes de sua composição e das relações entre os seus componentes.

Sua mãe, mesmo tendo um companheiro no período da entrevista, era em maior ou menor grau a responsável por todos os filhos. Na fala do entrevistado percebe-se que o seu lar se assemelha ao modelo monoparental, considerando que todos os filhos, excluindo a filha mais velha casada e os dois filhos que estavam em instituições prisionais, viviam sob a proteção da mãe. Ao falar de seu pai, o adolescente relatou que ele abandonou a família por outra parceira, e que hoje sua ligação é com o seu atual padrasto**.**

Nos depoimentos do adolescente Pensador pôde-se identificar uma configuração de família em muitos aspectos semelhantes à dos demais entrevistados: família pobre e pais separados, diferenciando-se na quantidade de irmãos, na questão racial e de gênero.

6.5.1 Família e a relação de gênero: violência e suas manifestações

Sua mãe, após a separação de seu pai, casou-se novamente com um homem que bebia e batia nela:

> Minha mãe casou novamente depois de meu pai, viveu dois anos com esse homem e teve um filho. Se separou e conheceu outro homem, que bebia e batia nela. Um dia vi minha mãe sendo espancada pelo meu padrasto. Eu e meu irmão partimos pra defender ela, batemos nele. Nesse dia a polícia foi chamada, e todos foram pra delegacia. Ele ficou preso apenas 05 (cinco)

> dias, e foi solto. Minha mãe o deixou, mas depois retornou novamente, agora tem uns 04 (quarto) meses que eles estão separados (Pensador).

Percebe-se em nas falas do Pensador a violência vivenciada no meio familiar. Compreendo que a violência doméstica vivida pela sua mãe e por todos aqueles que a presenciaram é um dos marcadores sociais que, de forma a dolorosa, modelou aquela família. Aliás, o nome “Pensador” pode ser entendido como aquele que pensa a dor.

Benghozi (2003), a partir de estudos sobre adolescência, violência e agressividade no âmbito familiar, mencionou que a violência pode produzir desestruturação dos vínculos familiares. Diante das falas dos entrevistados, e com base em escritos desse teórico, busquei neste estudo fundamentar as minhas análises.

Antes de dar continuidade ao registro do relato do adolescente Pensador, quero registrar uma experiência vivida com sua família. Em uma noite no mês de fevereiro de 2017, procurei a Sra. Raimunda (nome fictício), mãe do adolescente, para que ela assinasse o TCLE de seu filho, ao chegar em sua casa vivenciei o sofrimento dessa mãe, que mora em um cômodo dividido por uma parede de compensado, fui convidada a entrar em seu lar, ao sentar em umas das 05 camas que estavam lado a lado, observei o grau de pobreza que essa família vivia.

Um pequeno espaço sem quaisquer móveis (geladeira, fogão, armário, guarda-roupa, etc.), havia na parede umas cordas que acomodavam as roupas da família. Meus olhos se concentravam nas crianças andando no pequeno espaço entre as camas, as crianças ou estavam sem roupas ou com roupas muito simples. Provavelmente tinha algo no fogão, pois umas das crianças questionou a mãe sobre a comida. A senhora convidou-me para sentar na beira da cama, em seguida seu parceiro sentou-se ao seu lado. Tentei ser breve, mas, ao término de minha fala, a mãe derramou em mim seu desespero pelo seu filho, ao desabafar que ele corria risco de morte na Unidade Socioeducativa. A mãe relatou que por três vezes tentaram matar seu filho, e que não sabia o que fazer, pois tinha medo de sofrer represália, e que o seu filho poderia ser assassinado, fiquei mais de uma hora sentada ouvindo seu desespero, tentei acalmá-la sem muito sucesso. Passei orientação no sentido de buscar o poder público e fazer uma denúncia sobre o risco

de morte que seu filho corre dentro da instituição. A mulher de forma incrédula afirmou já ter procurado a unidade e delegacia, mas não obteve sucesso.

Essa experiência só reforçou meus sentimentos da falta de humanização que as instituições públicas oferecem às famílias que têm seus filhos, maridos e parentes em instituições privadas de liberdade, sejam as unidades socioeducativas ou presídios. Essa mãe carrega o medo, a dor e o sofrimento em ter seus filhos encarcerados, reconhecendo que precisam pagar pelos seus crimes, mas não aceita a violência que ambos sofrem nas instituições.

Um relatório feito pela MNPCT- Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, entre 06 a 17.04.2017, aponta:

> De acordo com a perita do órgão, Fernanda Giviez: "O que a gente encontrou aqui foi uma prática completamente descolada do campo normal. Encontramos no CSE a prática de tortura adotada como meio cotidiano de controle dos adolescentes. Aqui é utilizada a "bailarina", que é uma prática de tortura utilizada durante a ditadura civil-militar no Brasil. Eles passam mais de 12 horas presos, esticados em uma grade alta" (OLIVEIRA, 2017).

O relatório é uma cruel realidade no Brasil, as instituições de atendimento de adolescentes autores de ato infracionais produzem e reproduzem descaso, o CSE/RR não é diferente, nos últimos anos a pratica de tortura, fugas, ameaças, e outros marcam as práticas de uma instituição que, apenas no papel, tem como foco a ressocialização.

Retornando as entrevistas do adolescente Pensador, vale lembrar que ele havia se queixado de falta de afeto por parte de sua mãe, por outro lado, eu presenciei uma mãe aflitiva e preocupada com o filho. Parece haver problemas na comunicação entre eles, na decifração do que é para cada um deles amor, afeto.

Analisando sua história, identifiquei que sua entrada na instituição socioeducativa está relacionada a esse conflito afetivo com sua família, particularmente pela mãe. Quando se referia ao sentimento de rejeição decorrente da cor de sua pele e a discriminação sofrida no convívio da família, ao recordar algumas passagens de vida, o entrevistado apontou:

> Aos 11 anos fiz um bilhete para minha mãe e saí de casa. Fiquei andando na rua e depois procurei um amigo. Fiquei morando no local onde trabalhava […] Vivi com um amigo de Manaus, que conheci no bairro onde morava. Ele era pedreiro e morava com sua família. Minha família toda é branca, somente eu sou "moreno". Fazia tudo pela minha mãe, mas ela só dava atenção aos meus irmãos. Nunca olhou pra mim, no Natal dava

> presente aos meus irmãos e nunca deu pra mim. Me sentia constrangido com minha mãe (Pensador).

Ao contar sobre sua fuga de casa, o adolescente Pensador nos revela os traços de uma segunda forma de violência, que pode ser pensada na relação de desigualdade entre os membros da família, a privação de carinho e afeto em decorrência de ser moreno (não branco) nas ligações interpessoais construídas entre os membros familiares.

A violência não precisa ser física, mas se manifesta na relação de dominação que a mãe representa na vida do entrevistado, uma violência psicológica, material e simbólica, por meio da humilhação contínua de palavras e gestos, ferindo a autoestima do indivíduo. Para Gonçalves (2004, p.15):

> A humilhação age como golpe externo, um golpe público, mas que vem para dentro e segue agindo por dentro: um impulso invasor, desenfreado, uma angústia. A humilhação, este fato externo-interno, caracteriza assiduamente a psicologia do oprimido: afeto vertiginoso, estonteante, afeto sem nome.

Essa forma de violência nem sempre é perceptível para ambos, mãe e filho. Sua mãe apresenta um histórico de violência doméstica, de abandono e de uma vida restrita, cercada pela invisibilidade e desigualdade social. Ele faz referência à violência racial. Nesse contexto, a valorização da família para o adolescente deixa de ser um ideal, já a rua, os amigos e a namorada são percebidos como acolhedores, a figura da mãe fica em segundo plano.

6.5.2 Fugindo de casa a caminho do crime

Quando me deparei com a história do adolescente Pensador, busquei traçar sua trajetória de vida desde a sua fuga de casa até a internação em uma unidade socioeducativa. Os detalhes de sofrimentos, as ameaças, as violências antes e depois da internação e as tentativas de homicídio dentro da instituição.

Ao narrar como ocorreu sua internação no Centro Socioeducativo, precisei identificar alguns fatores que motivaram a prática de ato infracional e sua reincidência. No primeiro momento, como já relatado anteriormente, o adolescente fugiu de casa aos 11 anos, passando dois anos em casa de amigos. Aos 13 anos, o entrevistado afirmou que retornou à casa de sua mãe. Nesse mesmo período

conheceu sua ex-namorada, por meio de sua irmã mais velha, que hoje mantém um distanciamento com o adolescente e sua mãe.

O adolescente Pensador relatou que, durante os 04 (quatro) meses que estava namorando, o ex-parceiro de sua namorada que era presidiário e pertencente ao um grupo criminoso-PCC, que ao saber que sua ex-parceira estava envolvida com ele, passou a lhe fazer ameaças por telefone, por meio de fotos e mensagens. Apesar de procurar a delegacia e denunciar sobre as ameaças, o entrevistado continuou sendo ameaçado pelo presidiário.

Sua mãe, percebendo o perigo que o filho corria com essa relação, procurou seu outro filho que estava preso e solicitou proteção ao filho caçula. Após esse pedido da mãe, o ex-parceiro de sua namorada deixou de ameaçá-lo durante 03 (três) meses. Mas, ao sair da cadeia, procurou sua namorada, ameaçando matá-la e tirar seu filho, caso não voltasse com ele. O entrevistado relata que depois da visita do ex-presidiário à casa de sua namorada, o casal procurou sua mãe para fugir das ameaças:

> Só que ele achou a gente. Chegou na casa de minha mãe, gritando e ameaçando minha namorada. “Você é o “Pensador”, vou descarregar um 38 em sua cara. Você atravessou meu caminho”. Ele puxou o menino e levou minha namorada. Minha mãe conversou comigo, pediu pra eu deixar de lado, mas peguei a bicicleta do meu irmão e saí de casa. Procurei um amigo que me ofereceu maconha, pois estava transtornado por ter perdido minha namorada (Pensador).

Parece que a história do entrevistado é marcada por “amores” que lhe foram tirados. Se, formalmente, o adolescente vivenciava uma relação considerada criminosa, pois ela era adulta e ele menor (na época tinha 13 anos), a relação por si só configura um crime[30], afetivamente, ele gostava dela. A propósito, tal como ocorrera sua mãe, sua ex-namorada vivenciava violência doméstica com seu ex-marido, que a ameaçava, intimidava e a privava de seus direitos. As tensões e conflitos vividos pelo adolescente eram visíveis em seus relatos, nesse período os “amigos” foram a solução encontrada para enfrentar toda a violência que recebia do seu rival. Pensador revela como os acontecimentos ocorreram até o homicídio do ex-marido de sua namorada:

---

[30] Estupro de Vulnerável: Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.

> Contei tudo que aconteceu com minha namorada ao meu amigo. Ele procurou um ex-presidiário que já conhecia o ex-namorado da minha namorada, pois os dois traficavam junto, e que ele tinha uma dívida com esse traficante. Os dois amigos colegas conversaram comigo e o ex-presidiário falou que agora o problema era com ele. Foram na casa do ex-namorado e entraram, lá dentro eles esfaquearam o cara. Eu não fiz nada, estava na frente da casa. [...] No dia do crime um policial que estava bebendo em sua casa me viu passar perto da casa do ex-namorado de minha namorada. Depois da denúncia a polícia foi na casa de minha mãe. Depois do ocorrido fui para um outro bairro, jogar bola. Nesse mesmo dia a polícia estava me procurando e um policial me abordou no futebol e perguntou se eu reconhecia um suspeito, a foto era minha, mas o policial não me reconheceu. Eu saí do futebol e fui me esconder na casa de um amigo. Em seguida fui pra casa de uma prima, e pra casa de minha avó. Fiquei escondido na igreja, enquanto a polícia me procurava. Depois de um dia fugindo, procurei minha mãe e uma delegacia e me entreguei (Pensador).

Um adolescente de 15 anos mandou matar um outro ser humano e em seguida foi jogar futebol! Talvez para tentar driblar psiquicamente o cometido, quem sabe para esquecer e disfarçar, talvez para comemorar... Todavia, ainda que tenha tentado se esconder, Pensador se entregou. É certo afirmar que a violência de classe, de raça e de gênero e a falta de amor produzem horrores como esse.

Possivelmente a violência está presente na vida do adolescente, como sentimento de vingança, uma forma fria e cruel encontrada como justificativa ao homicídio, apesar de negar sua autoria, o adolescente deixa claro que houve um ato premeditado. Segundo Levisky (2000, p.43):

> O homem é praticamente o único ser do reino animal que mata por prazer e sem necessidade. O homem é um ser muito estranho. Certa vez, Michelangelo desenhou o cérebro humano, o famoso cérebro de três vesículas, uma vesícula na frente, uma no meio e outra atrás. Na imaginação de Michelangelo eram os três cérebros do homem. Popper, criando seu sistema de três mundos, aplicou a ideia de Michelangelo ao mundo animal e humano. O homem teria um cérebro de réptil, outro de vertebrado superior e o terceiro de homo sapiens. Mclean, parodiando isso, dizia que no divã do psicanalista deitavam juntos, um homem, um cavalo e um jacaré.

No caso do entrevistado é notório perceber a invisibilidade social que ocorria em função do preconceito e da indiferença que acreditava receber de sua família. Levando-o à fuga de casa e à prática de um ato infracional grave. As histórias narradas por Pensador ilustram muito bem as condições sociais e afetivas que vivem esses adolescentes, e que os grupos sociais podem ser determinantes nos caminhos para a prática de ato infracional que os adolescentes trilham.

De acordo com Foucault (1999), ao infringir a lei penal, o indivíduo é contraposto a todo o corpo social que, a partir de então, incorpora uma espécie de legitimidade para levar a efeito uma punição contra aquele que atentou contra a paz social. Trata-se de uma luta desigual, isto é, de um lado, o infrator e, agora, inimigo comum da sociedade e, de outro, todo o poder institucionalizado por meio de órgãos, em tese, bem estruturados para fazer valer a imperatividade da norma penal.

Ao se apresentar ao sistema de justiça o adolescente e a família viveram a experiência e o sentimento de fazer parte da estatística do sujeito em situação de vulnerabilidade social, a penal, ou seja, o adolescente é pobre, negro, com baixa escolaridade, morador da chamada periferia e agora tornou-se alvo do Sistema de Justiça. O adolescente Pensador ganhou um novo estereótipo, o chamado "adolescente infrator", o percurso para o recebimento da medida foi descrito pelo entrevistado:

> Eram umas 7:00 horas, os policiais me ameaçaram e me agrediram com cassetete, para que eu falasse o que havia acontecido. Apontaram uma arma no meu rosto. Quebraram minha costela. Após várias horas, fui levado para uma outra delegacia, [...], lá eu fui ouvido pelo delegado, minha mãe estava comigo, perguntou se eu havia apanhado, neguei, pois havia sido ameaçado pelos policiais, e um era meu vizinho. […] Eu não falei nada sobre os meus colegas, pois eles haviam me pedido pra ficar calado até eles fugirem pra Manaus. Era pra eu assumir o crime. Só que na delegacia minha tia já havia entregue o endereço dos criminosos, e os dois foram presos. Os familiares da vítima não me viram na casa e nem me reconheceram. […] Fui para uma outra delegacia do centro da cidade, e lá estava os familiares da vítima. Todos contaram o que havia ocorrido. O delegado me acusou de ser mandante do crime, que eu iria pegar 45 dias no centro socioeducativo. Nesse período no centro conheci um parente da vítima que começou a me ameaçar lá dentro. Depois de 04 (quatro) audiências, foi que recebi medida de 04 meses em 2015 (Pensador).

Enquanto contava esse momento de sua vida, Pensador revelava agitação em suas falas. Reviveu naquele ato o terror que havia vivido tempos anteriores. As experiências narradas pelo entrevistado descrevem a atuação do sistema em cumprir seus preceitos jurídicos. A família fez seu papel, ao apresentar o jovem a uma delegacia após seu ato infracional, possivelmente esse ato garantiu sua vida, pois, em seu relato, o jovem denunciou o crime praticado pela polícia. Quando o adolescente relatou que apanhou e que dentro da delegacia quebraram sua costela e apontaram uma arma de fogo no seu rosto. O jovem nesse momento era visto como um criminoso, sendo ignorada sua humanidade.

O sistema de atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais com sua organização e regras continua praticando nos internos o tratamento de

tortura, humilhação e maus tratos como estratégia de manter os “presos” sob controle e disciplina. Para Foucault (1999, p.58):

> O interrogatório é um meio perigoso de chegar ao conhecimento da verdade; por isso os juízes não devem recorrer a ela sem refletir. Nada é mais equívoco. Há culpados que têm firmeza suficiente para esconder um crime verdadeiro (...) e outros, inocentes, a quem a força dos tormentos fez confessar crimes de que não eram culpados.

As histórias de vida de outros adolescentes institucionalizados assemelham-se a do adolescente Pensador, todos revelaram um tipo de violência sofrida, ora praticadas por agentes ou pelas leis internas da instituição socioeducativa. Assim, recorro novamente a Foucault (1999), é importante assinalar que uma organização como o CSE, que classifica, isola e aprisiona, com regras e funcionamentos específicos, não teria sido possível sem o desenvolvimento dos controles policiais.

Para Tejadas (2007), a sociedade demarcada por desigualdades nos campos econômico, social e cultural, produz diferentes formas de ver a juventude. Segundo ele, o jovem que porta uma arma para praticar um assalto e torna-se visível nas manchetes dos jornais, antes de adquirir essa notoriedade, foi invisível para vários segmentos, quiçá para sua própria família, seus vizinhos, sua escola, seu posto de saúde, afirmando que esse sujeito existia, mas talvez estivesse sob o manto da invisibilidade, inalcançável pelas políticas e passou despercebido.

Ainda sobre a história de Pensador, ele mencionou que continuou a ser agredido, dessa vez por outros internados. Em suas palavras:

> Passei 45 dias na provisória e depois fui sentenciado, fui pra baixo e lá um outro menor tentou me matar com a tesoura, eu fiquei pulando, a tesoura não tinha ponta, mobilizei o cara que tentou me furar, ele taí calado. A família do finado estava aqui, ele queria me matar.

Ao expor sua entrada na unidade, o adolescente descreve seus primeiros dias e a tentativa de homicídio que sofreu perante seus colegas de cela. Afirmou que dentro da unidade socioeducativa sofreu ameaça pela família da vítima, e quando questionei se denunciou à direção, o entrevistado relatou:

> Não, é porque melhor apanhar, melhor apanhar dos caras aí, do que apanhar de policial. Aqui é um centro socioeducativo, não é? Aqui é quase uma cadeia. O diretor quer fazer uma cadeia. […] após ser espancando, fiquei lá (na cela), aí a maioria foi pro esporte. O cara depois que mobilizei ele ficou bravo, pegou a sandália quis me bater e eu falei que tentasse a sorte. Ficou me rodeando, rodeando, fui empurrando ele. Saímos brigando.

> Daí os caras vieram do esporte, eu parei. O colega da cela viu que ele estava todo vermelho, ele é branco. Esse bicho aí sabe brigar, está se achando. "Vamos ver". Começaram me bater, jogaram "tereza" de uma cela pra outra, amarraram no meu pescoço e ficaram puxando e outro tentando me furar com a tesoura. Estava apagando quando o educador veio pegar os outros da turma pro esporte. Eu apaguei, aí eles me jogaram pro banheiro. Chamaram meu nome, eu acordei, perguntaram se eu não ia pro esporte, eu disse que ia. Os caras falaram pra eu não falar nada. Eu não sou "cagueta"[31]. Vesti a camisa e sai pro esporte. Me separaram em uma cela, mas os caras quando passavam no corredor, me ameaçava em me matar. Chegou um cara aí e falaram que um "chegado" iria me matar aqui (Pensador).

A violência dentro da instituição muitas vezes é implícita e silenciosa, ignorada pelos servidores, que não são treinados a reconhecer uma marca de violência, ou possivelmente fazem vistas grossos. No caso, a violência foi explícita, o adolescente foi espancado, não saiu para as atividades, ficou todo vermelho e ninguém da instituição fez nada. O procedimento para tanta violência foi a troca de cela, as ameaças continuaram assim como as agressões.

O entrevistado relata que, dentro da instituição socioeducativa, sua "cabeça" estava a prêmio por R$7.000,00 e que em sua ala todos queriam matá-lo, o valor era oferecido pelo grupo do PCC[32] devido à morte de seu comparsa, sendo um soldado da facção. No mês de novembro do mesmo ano, três internos tentaram novamente tirar-lhe a vida dentro da unidade socioeducativa:

.

> Todos da ala queriam me matar, passavam aqui em frente da cela e tirava "sarro" comigo, lá fora tavam dando R$7.000,00 na minha cabeça. Um dia fui estender o lençol, os caras vinham do esporte, correram pra me pegar. Eu entrei na cela. O cara do P.C.C., comparsa do falecido, ele era da família e batizado como soldado pelo grupo que queria minha cabeça. Fiquei numa cela, mas os caras queriam me matar e iriam botar fogo aqui. Então eu dei uma "beca" pro cara que estava comigo pra ele tacar fogo aqui. Ele tacou fogo no colchão e joguei na ala. Os caras começaram a tossir e a gritar "vou te matar, Pensador". Eu fui pro banheiro, tomei banho, troquei de roupa, sabia que iria pra delegacia. Pra delegacia e neguei tudo, passei 10 dias no isolamento, depois descobriram que os caras queriam me matar e sai do isolamento.

Para tentar se salvar, de forma astuta, pensada, Pensador arriscou-se ao cometer outro delito: solicitou que ateassem fogo em um dos colchões de sua cela.

Ao ouvir suas histórias, as ameaças e violências praticadas dentro da unidade por outros internos, relembrei a história de um adolescente interno que conheci no período em que atuava como professora dentro da unidade. O

---

31 Expressão linguística usada pelos criminosos aos que são delatores ou denunciantes.

32 Sigla de uma facção criminosa do Estado o chamado: Primeiro Comando da Capital.

adolescente era um jovem franzino, com a cor de pele negra, tinha entre 12 e 13 anos, havia praticado roubo de uma bicicleta. Chamou-me atenção sua fragilidade, ainda mantinha um olhar doce e meigo. Falava muito em sala, questionava tudo sobre vários assuntos. Os primeiros dias na unidade ficou no isolamento durante 45 dias. Quando saiu do isolamento, período em que os adolescentes ficavam na chamada adaptação, juntou-se aos outros internos, e com essa convivência tornou-se agressivo e violento, por várias vezes recebia informações que estava recolhido no isolamento. Após alguns meses, busquei me aproximar do adolescente, conversamos sobre sua família, seu dia a dia na unidade e, às vezes, mantinha um contato com sua mãe, algo que o deixava mais calmo. Descobri nessa aproximação que o adolescente sofria várias violências de outros internos, os chamados "veteranos". Comuniquei à diretora, que repassou ao gerente da instituição, naquele período o adolescente passou a ficar em uma cela sozinho. Lembro-me que no seu último dia na instituição o adolescente demostrava uma alegria e esperança em seus olhos, esse foi um dos internos que não retornou à instituição, pelo menos nos últimos 03 (três) anos em que estive lotada na unidade.

Retornando à entrevista feita com Pensador, perguntei-lhe sobre as informações que tinha sobre as facções:

> Os caras falaram pra eu entrar no Comando Vermelho, eu teria proteção. Os caras queriam dar 7 tiros na minha cabeça porque eu matei o irmão dele. Que o P.C.C é uma família e o Comando vermelho é outra família. Na facção você tem direito de matar, roubar, você faz a fita e recebe ajuda pra família. Que um mexe com a família do outro dá "bronca". […] Na P.A. estão os presos do P.C.C. e o Comando Vermelho está na cadeia pública[33] 13 de setembro, você sabe onde fica, né? Agora ninguém entra e ninguém sai, nos dois lugares. Ele não pode entrar no P.C.C. por que eles sabem que eu matei um da família dele. […] Eu pensava muito em fugir, um dia falei que queria ir pro dentista. Lá fora, no dentista, eu e um outro de maior, eu falei pra educadora "se eu fugisse tu vais atrás de mim?" Ela falou que não, eu então fui embora, ela me chamou, mas eu peguei o lotação e fui pra casa. Ela pensou que eu tava brincando. Passei um ano e dois meses fora (Pensador).

[33] Guerra de facções deixa 33 mortos em presídio de Roraima. Pelo menos 31 presos foram encontrados mortos na manhã desta sexta-feira (6) na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, na zona rural de Boa Vista. De acordo com o governo de Roraima, que administra a unidade, o caso foi registrado por volta das 2h30 (4h30 no horário de Brasília). A penitenciária é a maior do Estado. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847899-veja-quem-sao-todos-os-31-presos-mortos-no-massacre-de-roraima.shtml. >Acesso em: 01/01/2017.

De menino carente de afeto, um caminho possível para Pensador seria entrar para o Comando Vermelho, uma saída para a vida toda, ainda que ela fosse curta. Mas o menino teve uma ideia mais simples, dessa vez menos arriscada: ir ao dentista, avisar a educadora que iria embora e sair pela porta da frente. Simples assim, graças à autorização implícita da educadora.

6.6. Significados para a reincidência

Nas memórias do adolescente verificam-se os detalhes para o processo de reincidência, entre as violências sofridas e praticadas dentro da instituição e fora da instituição.

Segundo Tejadas (2007), historicamente, no campo penal a reincidência vem sendo adotada juntamente com os antecedentes criminais, como meio de aferir sobre a periculosidade do sujeito. Procedimento que vem sendo questionado por diferentes correntes, uma vez que estabelece uma carga estigmatizante significativa sobre o indivíduo. Quando se discute violência como fator de ameaça à vida, não se pode omitir ou dispensar a discussão de conceitos que podem gerá-la, no caso dos conceitos de estigma, exclusão, ironia, indiferença, preconceito, etc.

Nesse contexto, a discussão sob a reincidência junto aos adolescentes autores de atos infracionais deixa de ser um problema localizado, restrito à instituição de atendimento socioeducativo e ao Estado, considerando que nem a instituição e nem o Estado conseguem atender as funções básicas que lhe é peculiar: ressocialização ou reinserção. A categoria reincidência de adolescentes autores de ato infracional pode ser apontada como expressão do uso da violência nas relações estabelecidas pelos jovens em convívio social, dentro e fora da instituição socioeducativa. Para Tejadas (2007), a reincidência como fenômeno social constrói-se na trama de relações estabelecidas no processo de socialização e construção da identidade.

Segundo Goffman (2005), ao falar sobre o mundo do internado, sua compreensão de como esse mundo é constituído de experiências que incluem humilhações, desfiguração pessoal, dominação e mudanças progressivas nas crenças que o indivíduo tem sobre si próprio. Ao despir o sujeito do pouco que ele traz do mundo exterior é uma prática identificada nas instituições consideradas totais, que converge para um processo de ajustamento, de redução da vida social e

“mortificação do eu” (GOFFMAN, 2005). Em seus estudos, a grande descoberta consiste em suas análises sobre as instituições, e sobre os principais efeitos que tal processo ocasiona àqueles que passam a fazer parte desse mundo.

Os entrevistados, ao detalharem o tratamento dentro da instituição, descrevem a Unidade Socioeducativa como uma máquina, cercada de burocracias e de perversidade. O termo máquina representa a repressão da violência e a segregação dessa massa de adolescentes que em geral são pobres, com defasagem no processo educacional e sem perspectiva de um futuro. A instituição se apropria de seus corpos, suas vontades, seus sonhos e esperanças. O silêncio é o mecanismo de defesa e sobrevivência entre os internos, não se percebe em suas falas ações humanitárias para sua recuperação, mas sim várias ações punitivas que ocorrem entre os próprios internos e pelas normas aplicadas nos que não as seguem.

Como sobreviver com a violência institucionalizada e generalizada?

Há muitos aspectos em comum entre eles, mas há singularidades também. Playboy e Careca, de ladrões de videogames, tornaram-se especialistas no ato de roubar. Implicitamente, o primeiro tinha o respaldo da família para praticar tais atos, tratava-se de comunhão entre irmãos. A violência social vivida em função da desigualdade de classe, acrescida do respaldo (tácito) familiar propiciaram ao adolescente um lugar social vinculado à transgressão social, talvez não houvesse barreira suficiente para ele, nem mesmo a internação, mesmo porque ela não produziu capacidade reflexiva em Playboy, não possibilitou a ele que, efetiva e genuinamente, pensasse sobre sua vida.

A instituição é um campo recheados de conflitos, de violação de direitos, e perca. Os conflitos entres os internos ocorrem já no primeiro dia de internação, quando a “cela” já é um território de domínio do mais antigos, e os que chegam tem que dormir no chão, ceder suas comidas e pertences como forma de aceitação junto ao grupo. Pensar em sua vida, ou no seu futuro é algo improvável no período de internação, já que o processo de ressocialização está bem distante de sua realidade, a fuga e a pratica de outros atos infracionais tornam-se comum em suas falas.

Diferentemente, parece que Careca pedia para ser barrado: realizava ato transgressor, realizava outro… até que, finalmente, seu pai o barrou, o denunciou. Nesse caso, a violência cometida pelo pai (de institucionalizá-lo) foi necessária. Interessante notar que Careca foi o único que não conseguiu atribuir um nome

próprio para si, parece que precisa de apoio alheio, foi assim em todo o seu processo: precisou da galera, precisou do pai. Não que agisse automaticamente a copiar os outros ou como se coubesse responsabilizar os amigos pelos seus atos infracionais, não parece ser o caso. Diria que, assim como Playboy, Careca e Bin Laden fazem pensar sobre a necessidade significativa que comumente os jovens têm de vínculos de pertencimento, mesmo que os “irmãos” sejam escolhidos e não os de sangue. Se Playboy tinha respaldo familiar, Careca e Bin Laden tinham as galeras como apoio psíquico e social.

Os vínculos construindo com os grupos de galeras e parceiros funcionariam como uma forma de acolhimento, reconhecimento e aceitação. Diria que os adolescentes encontram nessa relação atenção que não recebem da família, um novo arranjo de laço afetivo são produzidos nessa modelo de relação.

Pensador tem história peculiar, não teve um longo percurso de pequenos atos infracionais, de cara, mandou matar, mas, importa sinalizar, orquestrou a morte de outrem por se sentir roubado no afeto, por se sentir apartado do amor e porque esse outro era um transgressor, um opressor de mulheres. Um ex-presidiário que dentro da instituição prisional conseguia ameaçar Pensador, ser trocado por um jovem, deixou seu orgulho masculino ferido, e ao sair da prisão tratou de impor sua macheza, tirando a mulher do convívio do jovem Pensador.

O adolescente reconhece seu ato, e o fez por amor. Pensador voltou a ser institucionalizado porque, quando internado, em vez de acolhimento socioeducativo, deparou-se com a morte ao seu redor: poderia morrer a qualquer hora. Fugiu para se proteger. Quando foi encontrado, teve de voltar. O fuga não foi uma escolha pensada ou planejada, sua intenção era cumprir sua medida, mas por várias vezes conseguiu escapar da morte. E quando teve oportunidade de fugir, não pensou duas vezes. Sua família sempre soube de sua localização, pois vivia nas casas das tias. Para o adolescente Pensador o seu futuro é incerto, pois sua “cabeça” estava a prêmio, o caminho escolhido foi o ingresso ao um grupo criminoso.

A reincidência para esses adolescentes, está relacionado ao cenário de vida que cada interno encontra ao sair da instituição: a violência na família, o uso abusivo de entorpecentes, a situação socioeconômica da família, que em geral vivem numa extrema pobreza, a questão da escolarização e a falta de oportunidade ao buscar um emprego.

Em todos os casos, e por vias tortas, tais adolescentes desejam o reconhecimento, seja econômico seja afetivo/amoroso, sendo que em um mundo capitalista dinheiro e afeto muitas vezes são sinônimos. Assim sendo, realizar transgressões tem função psíquica para eles, é uma tentativa precária que individualmente (ou em parceria) utilizam para melhor a vida, uma tentativa de contornar e reagir à invisibilidade social vivida por eles. Eles não descobriram que há outros caminhos, mais coletivos, mais políticos, essa deveria ser a tarefa do CES/RR, caso oferece-lhes espaços de formação para uma vida digna.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de construir o projeto e a idealização da pesquisa foi um grande desafio pessoal e profissional. O primeiro foi aprofundar os estudos numa temática que apresenta uma configuração polêmica, quando a questão é o universo do adolescente autor de ato infracional institucionalizado em unidade socioeducativa.

Busquei analisar a história de alguns adolescentes institucionalizados no novo Centro Socioeducativo, apresentando algumas considerações da dinâmica de atendimento aos adolescentes institucionalizados, os fatores que motivaram a prática de atos infracionais repetitivos, as construções dos laços familiares e as alianças de parcerias com seus arranjos de afetividade e aceitação, o ambiente em que se encontra cada adolescente diante da fragilidade financeira e precária da família, assim, como o uso abusivo de drogas ilícitas em suas vidas e, por último, como os entrevistados compreendem a instituição como instrumento de ressocialização, sua visão dentro da instituição e sua rotina.

Assim, meu primeiro desafio nesse trabalho foi analisar as histórias dos adolescentes institucionalizados nesse novo Centro, ouvindo seus relatos, suas rotinas. A partir de seus relatos foi possível experienciar a realidade dos internos dentro de uma Unidade Socioeducativa de Boa Vista. Os adolescentes mostraram sinais de que a internação pode atuar sobre suas atitudes, percepções e perspectivas de um futuro longe da criminalidade e de sua reincidência em alguns casos. Por meio dos cursos de capacitação quanto oferecidos aos internos, quando entram no mercado de trabalho apesar de estarem cumprindo medida, o retorno a escola e o principalmente a presença ininterrupta da família nesse período de internação. Contudo tais casos foram raros, durante os poucos anos experiências na unidade antiga do CSE/RR.

Os relatos dos adolescentes entrevistados revelaram uma complexidade de subjetividades, sentimentos, experiências e significados que vão além dos muros da instituição. Percebi que os entrevistados apontaram dois pontos em comuns: a violência social e a violência institucional. No primeiro caso, trata-se de desigualdade de classe (eles são pobres, alguns são demasiadamente pobres), mas também houve casos de violência de gênero e de raça. No segundo caso, o da violência

institucional, é possível considerar que ela é fruto da violência social, pois a instituição reproduz e produz práticas opressoras contras jovens meninos pobres e que muitas vezes são negros. A propósito, no tocante ao recorte racial, dois deles são pardos e dois são brancos. Sobre a composição familiar, apenas um dos entrevistados vivia com a família, os demais mantinham esse vínculo de forma distante. Todos já fizeram uso de algum entorpecente ou álcool, e seus atos infracionais perpassam ao roubo, furto, tráfico de droga até homicídio. Os adolescentes entrevistados apresentaram um histórico de reincidência à prática de atos infracionais, alguns foram institucionalizados aos 12 anos, outros iniciara com 15 anos.

As memórias, as histórias orais dos adolescentes que estão institucionalizados em cumprindo de medida socioeducativa foram, portanto, importantes fontes de pesquisa, possibilitando analisar os fatores que os levaram à prática de atos infracionais, seus estilos de vida diante dos grupos que pertencem.

As entrevistas propiciaram revelar uma realidade cruel da rotina dos internos, seu dia a dia, as punições recebidas por ato indisciplinar praticado dentro da unidade, as violências vivenciadas entre os internos. Os registros dos depoimentos dos adolescentes apontam que a internação atua de forma negativa no processo de ressocialização, que o encarceramento não rompe sua relação com o “crime”, que em algum caso os internos buscam parceiros como mecanismo de segurança, mas que atuam no recrutamento de grupo de “facção criminosa”. Os conflitos dentro da unidade se tornaram banalizados, inclusive, muitos passam fome, pois são obrigados a “doar” sob ameaça suas comidas.

A pesquisa propiciou uma reflexão sobre o papel dessa recém-inaugurada instituição socioeducativa, demonstrando haver um caminho longo a ser percorrido. Trata-se de uma instituição nova a reproduzir velhas práticas institucionais.

Os relatos dos adolescentes sobre seu cotidiano são reveladores de solidão, tensão e violência, que faz parte do dia a dia deles. Uma violência que não está apenas fora da unidade, mas dentro dela, as condições indignas em que são inseridos e tratados, o desrespeito por suas vidas, quando são agredidos e ameaçados dentro da instituição seja pelos internos e/ou agentes, e no momento em que são obrigados a comerem dentro de sua cela. O trato recebido pelos funcionários já na sua entrada junto a instituição, sendo percebidos apenas como um

“elemento perigoso para a sociedade” e que não merecem nenhum tipo de consideração, respeito e proteção.

Portanto, a nova Unidade Socioeducativa poderia ser definida pelos entrevistados como um sistema que marginaliza e mantém os adolescentes autores de atos infracionais fragilizados pelo descaso do poder público, pela violência e pela invisibilidade social que estão inseridos.

Por fim, conclui-se que a pesquisa demonstrou, por meio das histórias dos adolescentes autores de atos infracionais, que a nova Unidade Socioeducativa, em face de seus relatos, apresentou uma deficiência no atendimento aos internos, tornando sua medida ineficaz no aspecto de ressocialização e reinserção à sociedade, agravando os problemas dentro e fora da instituição. Em vez de socializar os internos, os marginalizam e reforça a violência que há neles. Logo, mais do que promover ajustes institucionais ou práticas humanizadas dentro da instituição, e considerando o acúmulo de estudos que sinalizam a falácia de instituições totais, é preciso pôr em questão a existência de instituições como essa.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência Normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ADORNO, Sergio. **Exclusão Socioeconômica e Violência Urbana**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, Jul/Dez 2002.

_____. **A experiência precoce da punição**. In: MARTINS, José. O massacre dos inocentes no Brasil. A criança sem infância do Brasil. 2º Edição São Paulo: Hucitec, 1993. p.181-208.

_____. **A socialização na delinquência: reincidentes penitenciários em São Paulo.** Cadernos CERU, n. 3, série 2, 1991. p. 113-147.

AGUIAR, Renan; MACIEL, José Fábio. **História do Direito.** São Paulo: Saraiva, 2011.

AGUIRRE, Carlos. **Cárcere e Sociedade na América Latina.** In: MAIA, Clarissa Nunes; et. al. História das Prisões no Brasil, Volume I. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

ALMEIDA, Maria da Graça (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

ANDRADE, Carla. **Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal**. 2007. 121p. Tese (Tese em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ARANTES, Esther Maria. **De "criança infeliz" a "menor irregular" – vicissitudes na arte de governar a infância** In: Jacó Vilela, Ana Maria, Jabur, Fábio e Rodrigues, Hiliana de Barros Conde. Clio – Payché: Histórias da Psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSIS, Simone. **Traçando Caminhos numa Sociedade Violenta: A vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores**. Rio de Janeiro/Brasília: FIOCRUZ-CLAVES/ Departamento da Criança e do Adolescente- Secretaria de Estado dos Direitos Humanos - Ministério da Justiça, 1999.

_____. **Crianças e adolescentes violentados: presente e perspectivas para o futuro.** Cad, Saúde Pública 1994.

BAJER, Paula. **Processo Penal e cidadania.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2008.

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENELLI, Silvio. **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des) educativas.** São Paulo: Editora Unesp Digital, 2004.

BENGHOZI, P.; FERES CARNEIRO, T. **Adolescência, violência e agressividade: diferenciando vínculo de relação**. In: T. Feres Carneiro. (Org.). Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ Edições Loyola, 2003. pp. 47-56.

_____ **Adolescence et sexualité: liens et maillage-réseau**. Paris: L'Harmattan, 2010.

_____. **Familiar and conjugal resilience in a psychoanalytic perspective of the psychical bonds.** *Psicol. clin.*[online]. 2005, vol.17, n.2, pp.101-109. ISSN 0103-5665. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652005000200008.

BIONDI, Karina. Tecendo as Tramas do Significado: As Facções Prisionais Enquanto Organizações Fundantes de Padrões Sociais. In: GROSSI, M; HEILBORN, M. L.; ZANOTTA, L. **Antropologia e Direitos Humanos - 4***.* Blumenau: Nova Letra, 2006. pp. 303-350.

BITENCOURT, César. **Falência da Pena de Prisão: causas alternativas**. 2 ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOCK, Ana Mercês**. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores Adolescência como uma construção social**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), São Paulo, Volume 11 Número 1 Janeiro/Junho 2007.

_____. **A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão**. Cadernos CEDES, Campinas, v.24, n.62, abr. 2004. Disponível em: < http://www.bvs-psi.org.br/>Acesso em: 23/04/2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**: Tradução Fernando Tomaz: Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Maria Corrêa.11 ª Ed. Campinas-SP: Papirus, 2011.

_____. **A juventude é apenas uma palavra. Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BRASIL**. Constituição Política do Império do Brasil**. 1824.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988**.**

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069 de 13/07/1990.

_____. **Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Política Nacional de Assistência Social** (PNAS), Brasília, 2004.

_____. **Secretaria Especial de Direitos Humanos Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** (SINASE). Brasília: CONANDA, 2006.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento Anual dos/as adolescentes em Conflitos com a Le**i. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

_____. **Presidência da República. Secretaria Geral. Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil.** Brasília: Secretaria Geral da Presidência da república e Secretaria Nacional de Juventude, 2015.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2014. Brasília**: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, 2017.

BRITTO, Lemos. **As Leis de Menores no Brasil: páginas de crítica e de doutrina.** Rio de Janeiro: Typographia da Escola de Preservação 15 de Novembro, 1929.

CARNEIRO, Terezinha Féres (Orgs.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. São Paulo: Editora PUC/Rio- Loyola, 2003.

CARTAXO, Leila Regina de Brito Andrade**. A redução da maioridade penal no Brasil: uma perspectiva jurídico-constitucional/** Leila Regina de Brito Andrade Cartaxo. - Natal, 2016.

CARVALHO, Luiz. **A prisão**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAVALLIERI, Alyrio (Org.). **Falhas do Estatuto da Criança e do Adolescente.** Rio de Janeiro: ed. Forense, 1997.

_____. **Direito do Menor**, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1978.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERQUEIRA, Daniel (Orgs.). **Atlas da Violência 2017 Ipea e FBSP**. Rio de Janeiro: IPEA- Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COHN, A**. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude?** In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). Juventude e sociedade: trabalho, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.160-179, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Direitos Humanos: um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei**. Brasília-DF: Conselho Federal de Psicologia, 2006.

_____. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Panorama Nacional. **A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação Programa Justiça ao Jovem.** Brasília, 2012.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 67/2011: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 3ª edição. São Paulo:Ed. Ática, 2000.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4ª ed. São Paulo: Vozes, 2011.

COSTA, A. C. G. **Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas e desafios**. Brasília/DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.

CRUZ, Carolina. **Editoria de Polícia**: Folha de Boa Vista-RR, novembro, 2017.

CUSTÓDIO, André Viana**. Direito da criança e do adolescente.** Criciúma: UNESC, 2009.

DIGIÁCOMO, Murilo José; DIGIÀCOMO, Ideara. **Estatuto da Criança e Adolescente: anotado e interpretado**. Curitiba, SEDS, 2013.

DINIZ, Maria Helena**. Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998.

DI SANTIS, Bruno Morais; ENGBRUCH, Werner. **A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo**. São Paulo: Revista Liberdade, n.11, set.\dez. 2012.

DOTTI, René Ariel. **Bases e alternativas para o sistema de penas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

_____. **Casos criminais célebres**. 3ª ed., rev. e Ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

DUBET, François. **La Galère: jeunes en survie.** Paris: Librairie Fayard, 1987.

ERIKSON, Erik. **Identidade, Juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. **Sociedad y adolescencia**. Buenos Aires: Ed. Tucumán, 2004.

FERREIRA, Aurélio. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

FRASSETO, Flávio Américo (Orgs.). **Direitos Humanos: um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei.** Brasília: Sistema Conselhos /Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1999.

_____ . **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. "**Verdade e poder**." In: Microfísica do poder, 1-14. São Paulo: Graal, 2007.

_____. **A arqueologia do saber**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. "**O sujeito e o poder."** In: Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica, por DREYFUS, H e RABINOW, P., 273-298. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **A família face: violência na vida de crianças e adolescentes.** New York: UNICEF, 2017.

GARBELINI, Sandra Mara. Arquitetura prisional, a construção de penitenciárias e a devida execução penal. **Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**, Brasília, n.1, v.18, p.145-159, jan./jun.2005. p.150.

GARRITANO, Eliana Julia; SADALA, Glória. **O adolescente e a cultura do corpo na contemporaneidade**. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 34, n. 2, p. 485-512, 2009. Disponível em: Acessado em 29 mar. 2018.

GEERTZ, Clifford, **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar.LTC,1989.

GIL, Antônio Carlos **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Edição, São Paulo: Atlas 1999.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 7ª Edição, Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução: Danilo Moreira. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2005.

_____. **Estigma – Notas Sobre A Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. **O método de história de vida em pesquisas sobre auto-percepção de pessoas com necessidades educacionais especiais**. Santa Maria – RS: Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, n. 34, 2009.

GOMES, R. **A violência social em questão: referenciais para um debate em saúde pública**. Rev. Latinoam Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 93-100, abril 1997.

GONÇALVES, José Moura. **A invisibilidade pública**.IN: COSTA, Fernando Braga. Homens invisíveis: relatos de uma humilhação socia**l**. São Paulo: Globo, 2004.

HEILBORN, Maria; AQUINO, Estela; KANAUTH, Daniela; BOZON, Michel**. O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sócias de jovens brasileiros.** Rio de Janeiro: Garamond e FIOCRUZ, 2006.

HOLANDA, Fabíola; MEIHY, José C. S. B. **História Oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

HOLANDA, Ferreira Aurélio. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

HUTZ, Claudio Simon. **Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e Adolescência: Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção**. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2002.

LEPRE, Rita Melissa. **Educação moral e construção da autonomia**. In. www.psicopedagogia.com.br. Publicado em 11.02.2006.

LEVISKY, David Léo (org.). **Adolescência pelos caminhos da violência: psicanálise na prática social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

_____ (org.). **Adolescência e violência: consequência da realidade brasileira.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e ato infracional - medida socioeducativa e pena?** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

_____. **Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa**. 1.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

LIMA. I; ALVES, V. **Retratos de exclusão social: a família e o adolescente em conflito com a lei na periferia de Salvador**. In: PETRINI; CAVALCANTI (Orgs.). Família, sociedade e subjetividade: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MAIA, Clarissa Nunes (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MARTINS, J.S. **A exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Marina. **A imagem corporal do adolescente na contemporaneidade: o culto ao corpo.** Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2011.

MATOS, Antônio. **Notas sobre a delinquência juvenil.** In Artigos publicados nas revistas “Jornal do Médico” e “Médico”, 1978.

MEAD, Margareth**. Sexo Temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

_____. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde**. Recife: Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.91-102, maio-ago., 2001.

MINAYO, Maria; ASSIS, Simone (Orgs.). **Fala, galera: juventude, violência e cidadania.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MOTTA, Manoel Barros da. **Crítica da Razão Punitiva**: Nascimento da Prisão no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**. Rio de Janeiro: PENESB, 2003.

MUNIZ, Sodré. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Editora Sulina-Edipucrs, 2006.

OLIVEIRA, Valéria. **Relatório aponta que adolescentes sofrem tortura "bailarina" como medida disciplinar no CSE em RR**. Rede Amazônica. 17 de maio, 2017.

OLIVEN, Ruben. **Violência e cultura no Brasil**.[online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2015.** New York: UNICEF, 2015.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Saúde e sexualidade de adolescentes**. Construindo equidade no SUS. Brasília, DF: OPAS, MS, 2017.

PEDROSO, Catarina; GIVISIEZ, Fernanda (Orgs.). **Relatório de missão a nidades de privação de liberdade no estado de Roraima – Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**, SDH/PR, 2017.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Crime, Violência e Poder**. São Paulo: Brasiliense,1983.

_____ **Violência, crime e sistemas policiais em países de nova democracia.** In: Tempo Social. V.9. nº1. São Paulo: EDUSP, 1997.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Editora: Contexto,2010.

RIBEIRO, Luciana. **Ser Preto, Pobre e Ladrão: Dramaturgia e Estigmatização à Luz de Goffman.** In: ALVIM, R.; QUEIROZ, T.; FERREIRA JR, E. (Orgs.). Jovens & Juventudes. João Pessoa: PPGS/UFPB, 2005.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma**. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil**: revisitando a história (1822-2000). Brasília: UNICEF, 2000.

RODRIGUES, Lenir. **Aplicabilidade das Medidas Socioeducativas. 2002**. 52 f. Monografia (Especialização em Direito da Criança e do Adolescente) – Universidade Estácio de Sá/RJ. Boa Vista/RR, 2002.

RODRIGUES, Ricardo**. BU: O caminho faz a galera.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

ROQUETTE, Cristina. **O espírito da revolta: a greve anarquista de 1917.** São Paulo: Annablume, 2000.

RORAIMA: **Regimento Interno**: **Unidade de Atendimento Socioeducativo de Internação, Semiliberdade e Internação Provisória de 1999**. Boa Vista: SETRABES. 2013.

SÁ, Alvino Augusto. **Criminologia Clínica e Psicologia Criminal**. Prefácio Carlos Vico Mañas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martin. **As gangues e a estrutura da sociedade norte-americana**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais v.12 nº 34, 1997.

SANTOS, Marlouve. Reflexões sobre a paternidade nas relações familiares sob a ótica do direito e da psicanálise. In: coordenadores BASTOS, Eliene Ferreira. **Família e jurisdição III**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SARTI, Cynthia. Andersen. **A família como ordem simbólica.** Psicologia, São Paulo, nº 15, 2004.

SILVA, Anderson. **A punição no novo mundo: a constituição do poder punitivo no Brasil colonial**. Pelotas: Revista Perspectiva Sociais,2011.

SILVA, M. L. (2004). **O preconceito racial humilha, a humilhação faz sofrer** I: reflexões sobre a construção psíquica do sujeito negro. Conselho Federal de Psicologia (Org.), Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão (pp. 217-222). São Paulo: Casa do Psicólogo.

SILVA, Roberto. **Os filhos do Governo: A formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. Ática: São Paulo, 1997.

SILVA, Samuel; CASTELO BRANCO, Lúcio de Brito**. Sociedade civil e a criminalização do adolescente: violência, pobreza e consumismo capitalista no universo da delinquência juvenil**. Brasília: Poliarquia- Revista de Estudos Políticos e Sociais do Centro Universitário UNIEURO, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009.

SINGER, Merrill; VALENTIN, Freddie; BAER, Hans. **Why Does Juan García Have a** drinking problem? The perspective of Critical Medical Anthropology. Medical Anthopology, 14, p. 77-108, 1992.

SIQUEIRA, Liborni. **Sociologia do Direito do Meno**r. Rio de Janeiro: Editora Âmbito Cultural, 1979.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência.** Porto Alegre: Sulina Edipucrs, 2006.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Luiz; SABATINE, Thiago; MAGALHÃES, Boris (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão** social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPOSITO, Marilia Pontes. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade**. São Paulo: Tempo Social: Rev. Social. USP, 1993.

STREY, **Marlene. Violência de gênero**: uma questão complexa e interminável. In: STREY, Marlene. AZAMBUJA, Mariana; JAEGER, Fernanda (Orgs.). Violência, gênero e políticas públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.13.45.

TEJADAS, Silva. **Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

TRASSI, Maria de Lourdes **Liberdade Assistida: Uma polêmica em aberto. Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP, 1994.

_____. **Adolescência-Violência: desperdício de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.

TRINDADE, Jorge. **Delinquência Juvenil: uma abordagem transdisciplinar**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993.

VARGAS, Eduardo. **Drogas: armas ou ferramenta?** In: Minayo, MCS & COIMBRA, CEA (org.) Críticas e Atuantes - Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina: FIOCRUZ, 2003. p. 587-609.

VERISSIMO, Ramiro. **Desenvolvimento Psicossocial**. Porto: Faculdade de Medicina do Porto, 2002.

WAISELFISZ, Jacobo. **Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
_____. **Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil (2014**). Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014.

WINNICOTT, Donald. **A família e o desenvolvimento individual.** 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1965.

ZALUAR, Alba. **A ilusão dos jovens e o crime organizado.** Comunicação & Política. V.1, n.2, dez 1994/março 1995, nova série, p.231-250.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Anexo

01-ANEXO

DECLARAÇÃO de AUTORIZAÇÃO da INSTITUIÇÃO

Boa Vista, 07 de novembro de 2016.

Senhora
Profª. Drª. Nívia Pires Lope
DD Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRR
Universidade Federal de Roraima-UFRR

Prezada Senhora,

Eu, DIEGO SOUZA BEZERRA, Gerente de Unidade -Centro Socioeducativo " Homero de Souza Cruz Filho" declaro, a fim de viabilizar a execução do projeto de pesquisa intitulado "***Narrativas de adolescentes autores de atos infracionais: memórias e histórias de vida a partir de suas passagens por um Centro Socioeducativo-CSE do município de Boa Vista-RR"***, sob a responsabilidade da pesquisadora MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS que no Centro Socioeducativo " Homero de Souza Cruz Filho", conforme Resolução CNS/MS 196/96, assume a responsabilidade de fazer cumprir os Termos da Resolução nº 196/96, de 10 de Outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 303/2000, 304/2000, 340/2004, 346/2005 e 347/2005), viabilizando a produção de dados da pesquisa citada, para que se cumpram os objetivos do projeto apresentado.

Esperamos, outrossim, que os resultados produzidos possam ser informados a esta instituição por meio de Relatório anual enviado ao CEP ou por outros meios de praxe (especificar o meio caso deseje – palestra, folder e demais).

De acordo e ciente,

HENRIQUE DE LA ROQUE DE MELO GOMES
GERENTE DE UNIDADE
CENTRO SOCIOEDUCATIVO " HOMERO DE SOUZA CRUZ FILHO"

02-ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NARRATIVAS DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA A PARTIR DE SUAS PASSAGENS POR UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO-CSE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR.

Pesquisador: MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 62563716.6.0000.5302

Instituição Proponente: Universidade Federal de Roraima - UFR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.855.238

Apresentação do Projeto:

O Protocolo de pesquisa trata-se de um Projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras como requisito para qualificação da pesquisa do Mestrado. A pesquisa propõe um estudo de campo, numa abordagem social, cultural e política. Requer investigação de forma descritiva e uma abordagem teórica e social, através de uma análise qualitativa, utilizando os seguintes métodos para coleta de dados: entrevistas abertas, depoimento, observação do campo, diário de campo.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a história de vida de adolescentes reincidentes na realização de atos infracionais e que cumprem no Centro Socioeducativo de Roraima(CSE) medida socioeducativa de internação com possibilidade de realização de atividades externas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos e desconfortos que a pesquisa poderá trazer aos pesquisados são de origem psicológica, intelectual e/ou emocional, bem como os riscos de ordem física, espirituais, sociais e outros. No risco psicológico podemos citar a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário e

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.
Bairro: Aeroporto **CEP:** 69.304-000
UF: RR **Município:** BOA VISTA
Telefone: (95)3621-3112 **Fax:** (95)3621-3112 **E-mail:** coep@ufrr.br

os desconfortos nas entrevistas, a possível quebra do anonimato e sigilo de seus dados, o cansaço físico (gerado durante a pesquisa, etc.) poderá ser observado como um risco, mas em sua ocorrência eles serão mínimos.

Benefícios:

O participante desta pesquisa não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre os diferentes fenômenos sociais que são raízes para o índice de violência entre crianças e adolescentes, a evasão escolar, o abandono da família dentre outros fatores que levam a serem autores de atos infracionais, dessa forma, o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa pode transitar numa discussão no campo sociológico e político, sobretudo, sugere um posicionamento teórico-político, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos no final da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O método qualitativo está vinculado à exploração do campo da pesquisa, onde serão entrevistados quatro adolescentes, apenas aqueles que concordarem em ser entrevistados, e cujas famílias ou responsáveis autorizarem e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora anexou documentos necessários conforme o protocolo de pesquisa.

Recomendações:

Sugere-se aprovação do Colegiado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Esta pesquisa justifica-se também por valorizar as manifestações construídas pelos próprios autores sociais e pela possibilidade de investigar seus modos de vida e visões de mundo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Acatar o parecer do colegiado

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_826311.pdf	23/11/2016 00:49:46		Aceito
Folha de Rosto	TEXTO_TESTE.pdf	23/11/2016 00:48:40	MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA	Aceito

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

Continuação do Parecer: 1.855.238

Folha de Rosto	TEXTO_TESTE.pdf	23/11/2016 00:48:40	MARTINS	Aceito
Orçamento	TEXTO_TESTE11.jpg	23/11/2016 00:42:23	MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS	Aceito
Outros	texto_teste10.jpg	23/11/2016 00:39:40	MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS	Aceito
Outros	TEXTO_TESTE9.jpg	23/11/2016 00:38:54	MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS	Aceito
Outros	TEXTO_TESTE6.jpg	23/11/2016 00:37:57	MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TEXTO_TESTE7.jpg	23/11/2016 00:36:24	MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS	Aceito
Outros	Texto_teste5.jpg	23/11/2016 00:35:36	MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TEXTO_TESTE2.pdf	23/11/2016 00:34:14	MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TEXTO_teste3.jpg	23/11/2016 00:33:32	MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	texto_teste1.pdf	23/11/2016 00:32:55	MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	texto_teste4.pdf	23/11/2016 00:31:21	MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

BOA VISTA, 07 de Dezembro de 2016

Assinado por:
NIVIA PIRES LOPES
(Coordenador)

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.
Bairro: Aeroporto **CEP:** 69.304-000
UF: RR **Município:** BOA VISTA
Telefone: (95)3621-3112 **Fax:** (95)3621-3112 **E-mail:** coep@ufrr.br

03-ANEXO

UERR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS-CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E FRONTEIRAS
MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

DEFIRO
1 DEFINO;
2 INTIMAR-SR A ALTERNATIVA DE A CRIANÇA DO CSE;
EM TEMPO: A REQUERENTE DEVE AJUSTAR COM A CRIANÇA DO CSE COMO A PESQUISA SERÁ DESENVOLVIDA, PRESERVANDO-SE A IMAGEM E IDENTIFICAÇÃO DOS MENORES (FUTURAMENTE EM OS PROCESSOS TRAMITAM EM SEGREDO DE JUSTIÇA.
BOA VISTA, 26.10.16
Parima Dias Veras
Juiz de Direito

Oficio 001/2016 Boa Vista-RR, 25 de outubro de 2016.

EXCELENTISSIMO DOUTOR JUIZ DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
Dr. PARIMA DIAS VERAS

Assunto: Apresentação de Projeto de pesquisa e solicitação de autorização para pesquisa no CSE- Centro Socioeducativo-RR (localizado na RR-321)

Prezado Excelentíssimo Juiz,

Ao cumprimenta-lo, dirijo-me para encaminhar a V.Exª, o projeto de pesquisa intitulado **"Narrativas de adolescentes autores de atos infracionais: memórias e histórias de vida a partir de suas passagens por um Centro Socioeducativo-CSE do município de Boa Vista-RR"** sobre a minha responsabilidade, mestranda no curso de Sociedade e Fronteiras pela Universidade UFRR, tendo como orientadora a Dra. ***Eliane Silvia Costa*** da UFRR.

Como requisito de conclusão deste curso pretendo realizar uma pesquisa com finalidade científica no CSE- Centro Socioeducativo/RR, cujo objetivo é analisar a história de vida de adolescentes reincidentes na realização de atos infracionais e institucionalizados no Centro Socioeducativo de Roraima (CSE). Para instrumentalização de minha dissertação, a pesquisa propõe um estudo de campo de caráter qualitativa, direcionando o seu objeto: "adolescentes autores de ato infracional".

O cronograma proposto deverá ser de 30 dias de trabalho de campo, na instituição com previsão entre os meses de dezembro de 2016 a janeiro 2017, respeitando as atividades dos adolescentes.

Solicitando deste juizado, a autorização judicial para realização da pesquisa. Aproveito para informá-lo que os conteúdos descritos no corpus do projeto podem ser utilizados no processo de avaliação do mesmo, e que:

- *O Projeto passará pela Comissão do Comitê de Ética da UFRR;*
- *Que os responsáveis terão que assinar um termo de autorização para que menor participe da pesquisa;*
- *Que esse juizado e o Centro socioeducativo terão acesso a quaisquer documentos referente aos instrumentos de pesquisa.*

Wilgston Ross Pereira
Técnico Judiciário
Mat. 99111-3

Sem mais para o momento aproveito para enviar a V. Ex.ª as melhores saudações.

Atentamente,

MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS
Assinatura do responsável
C.I 73.324 SSP/RR - (95) 99165-1166
Área de conhecimento da pesquisadora
MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

Recebi em 25/10/16
George Wecsley de O. Silva
Técnico Judiciário
Mat. 99112-2

04-ANEXO

UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS-CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E FRONTEIRAS
MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

Ofício 01/2016 Boa Vista-RR, 07 de novembro de 2016.

Ilmo. Sr. GERENTE DE UNIDADE – CSE- CENTRO SOCIOEDUACATIVO DE RORAIMA
Dr. Diogo Souza Bezerra

Assunto: SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS DA INSTITUIÇÃO E PESQUISA COM 04 ADOLESCENTES EM REGIME DE INTERNAÇÃO

Prezado Senhor,

Ao cumprimenta-lo, dirijo-me para solicitar de Vossa Senhoria liberação para aquisição de alguns documentos pertinentes ao funcionamento e estrutura da Instituição do Centro Socioeducativo Homero de Souza Cruz-RR. Afim de serem anexados ao meu trabalho de "Dissertação" do Curso de Mestrado da UFRR. São eles:

1- Relação dos adolescentes internos com índice de reincidência e dados das ocorrências e com a Planta da estrutura física do centro com os nomes dos setores;
2- Relatórios dos dados de atendimentos aos adolescentes em medidas socioeducativa dos anos de 2013 e 2015;
3- Relatórios das atividades desenvolvidas na unidade durante a semana;
4- Autorização para realização de entrevistas e outras atividades caso necessário com os internos de forma individualizada.
5- Autorização para transitar no espaço da unidade no qual os internos desenvolvem suas atividades diárias (escola, refeitórios, quadra, etc.).

Sem mais para o momento aproveito para enviar a Vossa Senhoria as melhores saudações.

Atentamente,

Marilia R.R. Pantoja Martins

MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA
Assinatura do responsável
Área de conhecimento da pesquisadora
MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS
(95) 99165-1166

RECEBIDO
08/11/16

05-ANEXO

UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS-CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E FRONTEIRAS
MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

Ofício 04/2016 Boa Vista-RR, 17 de novembro de 2016.

Ilmo. Sr. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras
Dr. Maxim Repetto

Assunto: Documentos para Comissão do Comitê de Ética da Plataforma Brasil.

Prezado Senhor,

Ao cumprimenta-lo, dirijo-me para solicitar de Vossa Senhoria os seguintes documentos:

1- O parecer de mérito emitido pelo Conselho de Curso da área em que o projeto de pesquisa está sendo proposto (*elaborado pela Comissão Científica da unidade de origem, ou o coordenador da unidade de origem da proposta de pesquisa, ex.: curso de graduação; pós-graduação; extensão; especialização; etc.)*.
2- Assinatura do Coordenador do Programa na Folha de Rosto para Pesquisa envolvendo seres humanos.
3- Anexo projeto de pesquisa e os demais documentos

Sem mais para o momento aproveito para enviar a Vossa Senhoria as melhores saudações.

Atentamente,

Marilia R. R. Pantoja Martins

MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS
Assinatura do responsável
Área de conhecimento da pesquisadora
MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS
(95) 99165-1166

PPGSOF / UFRR
RECEBIDO
Em: 17/11/16 As:
Valdismara

06-ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

"Histórias dos adolescentes autores de atos infracionais: experiências no Centro Socioeducativo-CSE em Boa Vista-RR."

Declaro que fui satisfatoriamente esclarecido pela pesquisadora Marilia Ross dos Reis Pantoja Martins, mestranda no curso de MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS da UFRR, tendo como orientadora a Dra. Eliane Silvia Costa, em relação a participação de meu filho, no projeto de pesquisa intitulado " Histórias dos adolescentes autores de atos infracionais: experiências no Centro Socioeducativo-CSE em Boa Vista-RR. *cujo objetivo é analisar a história de vida de adolescentes reincidentes na realização de atos infracionais e institucionalizados no Centro Socioeducativo de Roraima (CSE).*

A pesquisa se propõe um estudo de campo de caráter qualitativa, direcionando o seu objeto: "adolescente autor de ato infracional", focando alguns marcadores sociais como machismo, racismo, discriminação de classe, bem como (em se tratando de adolescentes institucionalizados) conhecer aspectos das inter-relações entre os adolescentes internos e investigar possíveis elementos de mobilidade social nos aspectos educacional e profissional promovidos (ou não) pela instituição de internação, investigar o processo de reincidência partido de suas narrativas de vida. Utilizando-se dos seguintes métodos para coleta de dados: entrevistas abertas, depoimento, observação do campo, diário de campo.

Esclareço que todos materiais do TCLE serão repassados uma cópia ao responsável e a pesquisadora.

Estou ciente e autorizo a realização dos procedimentos acima citados e a utilização dos dados originados destes procedimentos para fins didáticos e de divulgação em revistas científicas brasileiras ou estrangeiras contanto que seja mantido em sigilo as informações relacionado à privacidade de meu filho menor, bem como garantido meu direito de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento de dúvidas acerca dos procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, além de que, se cumpra a legislação em caso de dano. O sigilo da pesquisa será respeitado, o nome do meu filho não aparecerá, não haverá nenhum custo e/ou gastos financeiros para participação da pesquisa.

Os riscos e desconfortos que a pesquisa poderá trazer aos pesquisados são de origem psicológica, intelectual e/ou emocional, bem como os riscos de ordem física, espirituais, sociais e outros. No risco psicológico podemos citar a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário e o desconfortos nas entrevistas, a possível quebra do anonimato e sigilo de seus dados, o cansaço físico (gerado durante a pesquisa, etc.) poderá ser observado como um risco, mas em sua ocorrência eles serão mínimos. Caso haja algum efeito inesperado que possa prejudicar o estado de saúde físico e/ou mental do meu filho, poderei entrar em contato com a pesquisadora responsável e/ou com a equipe da coordenação do programa. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo financeiro.

O participante desta pesquisa não terá nenhum **benefício direto**. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importante sobre os diferentes fenômenos sociais que são raízes para o índice de violência entre crianças e adolescentes, a evasão escolar, o abandono da família dentre outros fatores que levam a serem autores de atos infracionais, dessa forma o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa transita numa discussão no campo sociológico e político, sobretudo, sugere um posicionamento teórico-político, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos no final da pesquisa.

Desta forma, concordo voluntariamente e dou meu consentimento, sem ter sido submetido a qualquer tipo de pressão ou coação.

Eu,_____,
(responsável pelo menor, se for o caso) após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com a pesquisadora Marilia Ross dos Reis Pantoja Martins, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE, *(que o(a) meu(minha) filho(a), se for o caso*_____participe do mesmo.

Local Boa Vista,_____ de_____ de_____.

Nome e assinatura (do pesquisado ou responsável) ou impressão datiloscópica:

_____

Para maiores esclarecimentos, entrar em contato com os pesquisadores nos endereços abaixo relacionados:

Nome: MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS

Endereço: UFRR- DEPARTAMENTO DO PPGSOF
Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413 - Bloco CCH – Sala 41.
Bairro: Aeroporto, Boa Vista - RR, 69310-000

Cidade: Boa Vista UF: RR

Fones: (95) 3623-4489 / (95) 98411-365 E-mail: pantojareis2009@hotmail.com

Orientadora: Profª Dra. Eliane Silvia Costa
End.: CEDUC, bloco I, sala 2.

_____
Assinatura da pesquisadora
MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS
Área de conhecimento do pesquisador
MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

07-ANEXO

TERMO DE ASSENTIMENTO

TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO
(Adolescentes com 12 anos completos, maiores de 12 anos e menores de 18 anos)

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa "Histórias dos adolescentes autores de atos infracionais: experiências no Centro Socioeducativo-CSE em Boa Vista-RR. Neste estudo pretendemos analisar a história de vida de adolescentes reincidentes na realização de atos infracionais e institucionalizados no Centro Socioeducativo de Roraima (CSE). *A pesquisa se propõe um estudo de caráter qualitativo, direcionado a "adolescente que cumpre medida socioeducativa, focando alguns aspectos sociais: machismo, racismo, discriminação de classe, violência, bem como as questões de inter-relação entre os adolescentes internos e sua mobilidade dentro e fora da instituição, tentar compreender o processo de reincidência a partir de suas narrativas de vida. Nesse sentido investigar a história de vida de adolescente reincidentes na realização de atos infracionais e no cumprimento de medida socioeducativa de internação privativa de liberdade se justifica pela relevância social, psicológica, política e jurídica da temática. Esta pesquisa justifica-se também por valorizar as manifestações construídas pelos próprios autores sociais e pela possibilidade de investigar os seus modos de vida e visões de mundo.*

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: A história de vida na pesquisa qualitativa prioriza interpretar o fenômeno observado, utilizando dos seguintes métodos para coleta de dados: entrevistas abertas, depoimento, observação do campo, diário de campo. Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira, todavia nos comprometemos a dar a devolutiva da pesquisa, e esperamos que este estudo traga informações importante sobre os diferentes fenômenos sociais que são raízes para o índice de violência entre crianças e adolescentes, a evasão escolar, o abandono da família dentre outros fatores que levam a serem autores de atos infracionais, dessa forma o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa transita numa discussão no campo sociológico e político, sobretudo, sugere um posicionamento teórico-político, onde o pesquisador se compromete a

divulgar os resultados obtidos no final da pesquisa. Você será esclarecido em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo poderá apresentar alguns riscos e desconfortos aos pesquisados, em sua ocorrência provável seria de origem psicológica, intelectual e/ou emocional, bem como os riscos de ordem física, espirituais, sociais e outros. No risco psicológico podemos citar a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário e o desconfortos nas entrevistas, a possível quebra do anonimato e sigilo de seus dados, o cansaço físico (gerado durante a pesquisa, etc.) poderá ser observado como um risco, mas em sua ocorrência eles serão mínimos, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

08-ANEXO

DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO DO SUJEITO DA PESQUISA:

Eu li e discuti com a pesquisadora e responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar, e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito. Eu entendi a informação apresentada neste TERMO DE ASSENTIMENTO. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas. Eu receberei uma cópia assinada e datada deste Documento DE ASSENTIMENTO INFORMADO.

_____

NOME DO ADOLESCENTE

ASSINATURA:_____Data: ___/___/2016.

Para maiores esclarecimentos, entrar em contato com os pesquisadores nos endereços abaixo relacionados:

Pesquisadora: Marilia Ross dos Reis Pantoja Martins

Endereço: UFRR -DEPARATAMENTO DO PPGSOF

Campus Paracarana: Av. Ene Garcez, 2413 – Bloco CCH Sala 41 Bairro Aeroporto-Boa Vista-RR CEP.: 69.310-000 **Fone:** (95) 3623-4489

Orientadora: Profª Dra. Eliane Silvia Costa End.: CEDUC, bloco I, sala 2.

_____

Assinatura da pesquisadora

MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS

Área de conhecimento do pesquisador

MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS.